PRIVADO

HOLDING

BANCO PRIVADO

PORTUGUÊS

2006

BANCO PRIVADO PORTUGUÊS

10 anos

BANCO
PRIVADO
PORTUGUÊS
1996 - 2006
TAYLOR'S
Ellipse FOUNDATION

10 anos de expressão

10
anos

7 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

10 Órgãos Sociais

13 Síntese do Histórico Financeiro

17 Actividade em 2006

53 Análise das Demonstrações Financeiras

73 Proposta de Aplicação de Resultados

74 Referências Finais

75 Informações Diversas

80 Demonstrações Financeiras

88 Anexos às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

163 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

164 Certificação Legal das Contas

É para mim particularmente gratificante escrever estas linhas para o Relatório e Contas do Banco Privado 2006, ano em que celebramos o nosso décimo aniversário.

Olhando hoje para o nosso Banco em qualquer das múltiplas métricas de negócio – a expansão em três continentes, a sólida capitalização, o volume de activos sob gestão, a base accionista nacional e internacional, o reconhecimento de instituição como o Euromoney – é claro que o sonho se tornou uma magnífica realidade. O crescimento do resultado líquido deste ano em cerca de 30% é apenas um dos exemplos.

É óbvio que os êxitos obtidos são obra de muitos, em particular o empenho pessoal e profissional dos nossos colaboradores. Mas como esquecer o apoio continuado dos nossos accionistas e a confiança dos nossos clientes.

O caminho percorrido significa que podemos encarar o futuro com confiança. Afinal, estes são apenas os primeiros dez anos do nosso percurso.

É pois com satisfação que aproveito estas Contas para reiterar o compromisso de continuar a trabalhar para merecer a confiança em que nos depositam.

João Oliveira Rendeiro

expressão na mensagem

É para mim particularmente gratificante escrever estas linhas para o Relatório e Contas do **Banco Privado** 2006, ano em que assinalámos o nosso décimo aniversário.

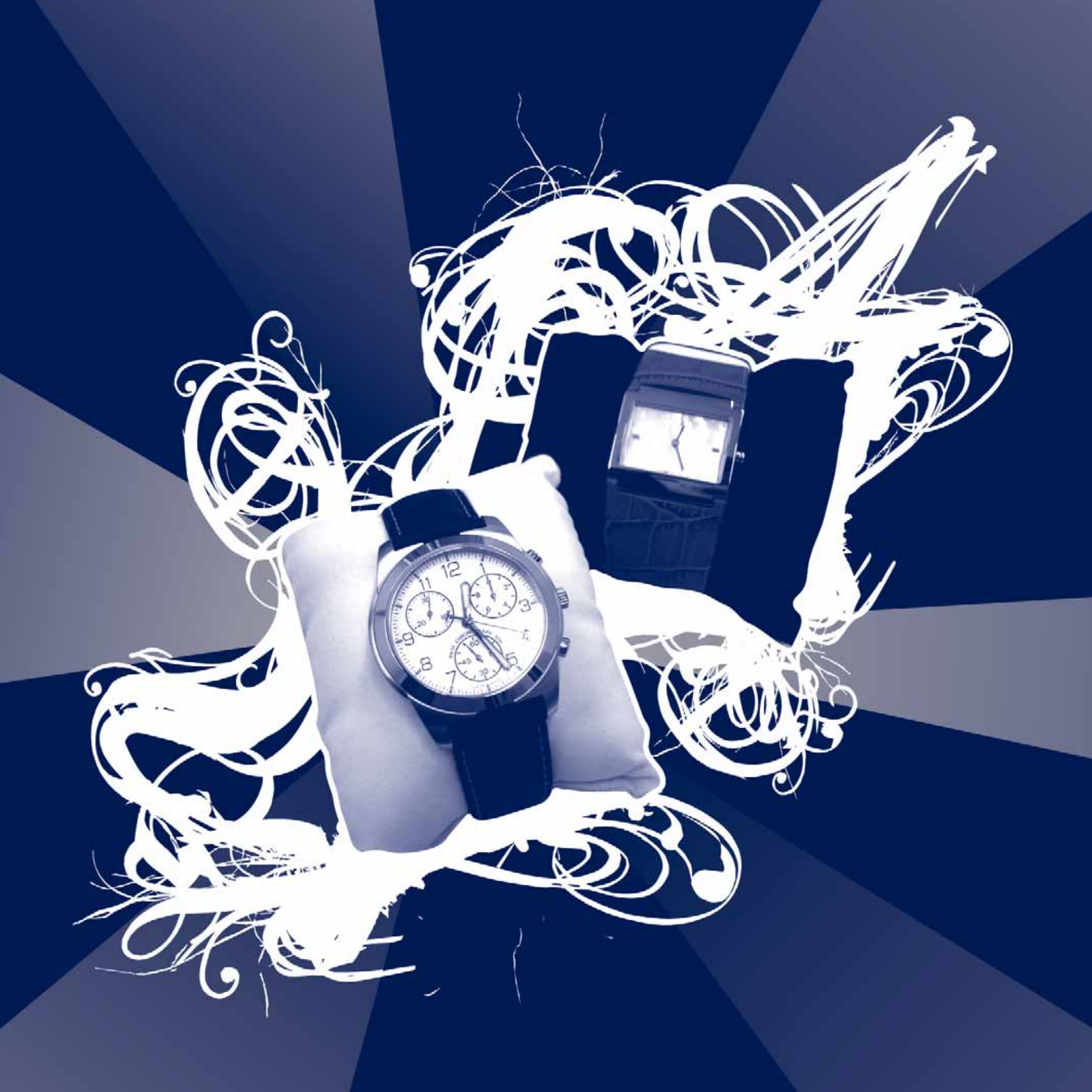
Olhando hoje para o nosso Banco em qualquer das suas múltiplas métricas de negócio – a expansão em três continentes, a sólida capitalização, o volume de activos sob gestão, a base accionista nacional e internacional, o reconhecimento de instituições como o *Euromoney* – é claro que o sonho se tornou uma magnífica realidade. O crescimento do resultado líquido neste ano em cerca de 30% é apenas um dos exemplos.

É óbvio que os êxitos obtidos são obra de muitos, em particular o empenho pessoal e profissional dos nossos colaboradores. Mas como esquecer o apoio continuado dos nossos Accionistas e a confiança dos nossos Clientes?

O caminho percorrido significa que podemos encarar o futuro com confiança. Afinal, estes são os primeiros dez anos do nosso percurso.

É, pois, com satisfação que apresento este relatório da actividade desenvolvida em 2006, reiterando o compromisso de continuar a trabalhar para merecer a confiança que em nós depositam.

João Oliveira Rendeiro
Presidente do Conselho de Administração



expressão
ao longo do tempo

O tempo é um elemento fundamental das nossas vidas e, como não podia deixar de ser, no *Private Banking*, uma vez que constitui uma variável determinante na construção das estratégias de investimento e, consequentemente, nas opções dos investidores.

E porque assinalámos o marco temporal do nosso décimo aniversário, resolvemos presentear cada colaborador(a) com um relógio.

Conselho de Administração

João Oliveira Rendeiro Presidente

Paulo Guichard Administrador Executivo
Salvador Fezas Vital Administrador Executivo
Fernando Lima Administrador Executivo
Diogo Vaz Guedes Administrador não Executivo
Luiz Vasconcellos Administrador não Executivo
Manuel Rodriguez Administrador não Executivo

Conselho Fiscal

António Pinto Barbosa Presidente

João das Neves Martins Membro Efectivo
Deloitte & Associados Membro Efectivo

Assembleia Geral

José Miguel Júdice Presidente

Nuno de Brito Lopes Vice Presidente
Cristina Cardão Secretária

Conselho Consultivo

Francisco Pinto Balsemão Presidente

Stefano Saviotti Vice Presidente
João de Queiroz Vaz Guedes Vice Presidente

Vogais
Alain Minc
Álvaro Pinto Correia
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
António Gabriel Bastos
António Pires de Lima
Arnaldo Pinto
Carlos Jorge Tomás Ruivo
Enrique Centelles
Hareb Al-Darmaki
João de Deus Pinheiro
Joaquim António Flores Ferreira dos Santos
Joaquim Alberto Vieira Coimbra
Jorge Braga de Macedo
José António Gomes Leite
José Meireles da Costa Rodrigues
Maria José Nogueira Pinto
Nuno Viegas do Nascimento
Raul de Almeida Capela
Sílvio Henriques Cerveira

Conselho Consultivo/Espanha

Ricardo Martí Fluxá Presidente

Vogais
Marcelino Oreja Aguirre
Enrique Morera Guajardo
Cándido Velázquez-Gaztelu Ruiz
Sebastián Escarrer Jaume
Juan Villar Mir de Fuentes
Antonio Pérez González
Javier Salas Collantes
José Carlos Rodríguez San Pedro
Vicente Cotino Escrivá
Manuel Blanco Losada
Rafael Escuredo Rodríguez

Conselho Consultivo/Brasil

António Hermann Dias Menezes de Azevedo Presidente

Vogais
Affonso Celso Pastore
Álvaro Coelho da Fonseca
António Alberto Gouvea Vieira
Eliane Lustosa
Horácio Lafer Piva
José Pio Borges
Marcílio Marques Moreira
Rubens António Barbosa

10
anos

(Euro)

	1995*	1996*	1997*	1998*	1999*	2000*	2001*	2002*	2003*	2004	2005	2006
Total Balanço	24.818.857	101.525.898	213.283.297	314.600.877	249.717.890	313.859.958	504.476.134	366.061.733	598.779.949	799.222.996	1.277.985.209	1.604.585.377
Produto Bancário[1]	1.094.876	3.389.546	7.589.873	10.120.300	14.162.623	17.997.765	21.381.281	22.834.499	23.076.469	32.749.149	37.646.631	43.453.282
Cash Flow Operacional[2]	232.225	1.008.968	2.768.079	3.387.491	4.988.518	9.742.097	10.249.348	9.921.867	10.365.883	17.607.363	19.806.379	23.577.378
Res. Líquido	195.589	566.190	2.543.954	2.324.373	4.319.779	5.742.930	7.613.335	7.757.448	8.194.173	10.049.748	14.078.828	18.181.606
Dividendos	-	249.399	498.798	748.197	872.896	1.496.394	2.000.000	2.250.000	2.500.000	3.517.500	5.701.900	8.252.750
ROE	2,3%	4,2%	10,0%	10,1%	8,9%	8,0%	6,3%	5,9%	5,8%	5,0%	7,0%	9,0%
Earn/share	0,13	0,16	0,53	0,61	0,64	0,45	0,08	0,07	0,07	0,07	0,09	0,12
Cost/Income ratio	66,17%	74,20%	67,05%	67,60%	65,99%	61,18%	54,88%	57,90%	63,41%	50,87%	50,88%	48,47%
Capitais Próprios[3]	8.624.216	18.879.500	23.947.287	25.782.863	51.306.352	83.174.549	135.111.018	140.868.466	144.463.702	202.065.214	213.231.502	218.090.854

* Até à data de 10/96, a informação refere-se à Sociedade de Investimento. Desta data e até 12/93, refere-se ao Banco Privado.

(1) – Margem Financeira + Comissões Líquidas + Lucros Líquidos em operações financeiras

(2) – Produto Bancário - Gastos Gerais Administrativos - Custos com o Pessoal

(3) – A partir de 2006, inclui Acções Próprias (implementação IAS/IFRS); sem este efeito, valor comparativo seria 233.477.984 EUR

BANCO
PRIVADO
PORTUGUÊS
1994 - 2004
TAYLOR'S

expressão
com distinção

Foi para nós um feliz acaso termos encontrado um Vintage Single Quinta do ano da fundação do Banco.

Símbolo maior da expressão da nossa portugalidade, brindar com um Porto Vintage é próprio de um Banco moderno e em expansão, mas que teima em preservar os nossos valores fundamentais.

Tivemos o prazer de oferecer algumas garrafas de Porto Taylor's, Quinta de Vargellas, Vintage 1996, pelo Natal deste ano.

10
anos

Actividade em 2006

Evolução dos Mercados Financeiros

Os elevados preços de algumas *commodities*, assim como o *superavit* comercial que se continua a registar nas economias asiáticas (a par de politicas monetárias menos restritivas seguidas nos blocos económicos mais importantes), sustentaram a existência de uma elevada liquidez a nível global, a qual permitiu a obtenção dos ganhos registados este ano em acções, obrigações, *commodities* e imobiliário.

Tanto os mercados accionistas europeus como norte-americano (este com um nível record histórico no *Dow Jones Industrial Average*) produziram retornos na casa dos dois dígitos ao mesmo tempo, os mercados emergentes apresentaram um comportamento ainda mais positivo, sustentado pelo investimento recorde de não residentes, que permitiu o quarto ano consecutivo de ganhos. O mercado accionista chinês, assim como o zinco, o níquel e a moeda tailandesa foram outros dos activos cujas *performances* se destacaram.

A crescente preocupação com a inflação (decorrente de uma maior actividade económica nos diferentes blocos) levou a que tivesse sido possível observar, na primeira metade do ano, a adopção simultânea de politicas monetárias restritivas pelos maiores blocos económicos. A Reserva Federal continuou a subir taxas, tendo feito uma paragem nos 5,25%, em Agosto; o Banco Central Europeu procedeu a quatro subidas de taxas e o Banco do Japão terminou a sua política de taxa de juro zero que prevaleceu durante os anos de deflação. Apesar disto, os mercados registaram afluxos de liquidez extremamente elevados.

Paralelamente à elevada liquidez, os mercados financeiros caracterizaram-se por uma redução apreciável da volatilidade: o índice VIX atingiu o mínimo dos últimos 13 anos, e quase caiu para o mínimo recorde de Dezembro de 1993.

Contudo, em Maio e Junho, os mercados registaram quedas significativas, quando as preocupações relativamente à inflação sobressaíram e se registou uma maior aversão ao risco, mas esta turbulência viria a revelar-se uma mera correcção. A paragem na subida de taxas pela Reserva Federal, a queda do preço do petróleo e o desanuviamento das tensões geopolíticas (guerra do Líbano e situação na Coreia do Norte) contribuiriam para a retoma, na tendência de subida dos mercados.

O forte crescimento económico registado na economia global, os aumentos apreciáveis registados nos resultados das empresas e também o volume significativo de fusões e aquisições permitiram um desempenho muito positivo dos mercados accionista e de crédito.

O sector de fusões e aquisições beneficiou não só da ampla liquidez disponível, como também de uma envolvente extremamente favorável ao financiamento das operações, tornado muito atractivo graças, à redução dos prémios de risco.

No final do ano, os mercados financeiros centraram a sua atenção na capacidade (ou não) de a economia norte-americana conseguir evitar uma recessão em 2007; na realidade, estas preocupações estão viradas para o mercado imobiliário, o qual registou sinais de claro abrandamento ao longo do ano, sucedendo o mesmo na componente industrial. Tem, no entanto, prevalecido a maior probabilidade de que apenas se registe um abrandamento suave no crescimento da economia.

Este enquadramento benigno dos mercados financeiros é ainda mais relevante se tivermos em conta que alguns eventos ocorridos teriam, noutras circunstâncias, consequências bastante mais negativas do que as que se verificaram em 2006, não tendo, desta vez, produzido alterações no sentimento dos investidores, que durassem mais que apenas alguns dias.

Tiveram relevância os testes nucleares promovidos pela Coreia do Norte, as perdas registadas no *Hedge Fund Amaranth* (como resultado de uma incorrecta gestão de risco no controle dos investimentos no mercado de futuros de gás natural), a guerra entre Israel e o Líbano e, ainda, a volatilidade registada na lira turca, em meados do ano.

Os mercados de crédito registaram, como já foi referido, mais um ano de excelente *performance*, que também decorreu de um assinalável crescimento económico global a par dos bons resultados das empresas. Não só as taxas de *default* registaram valores historicamente baixos, (em torno de 1%), como também as taxas de recuperação se situaram em valores, historicamente, bastante elevados.

Paralelamente, as taxas de juro mais longas também registaram subidas tanto na Zona Euro como nos Estados Unidos; contudo, as mesmas acabariam por terminar o ano ainda longe dos *yields* máximos (cerca de 5,25% nos Estados Unidos e 4,10% na Zona Euro) que se verificaram ao longo do ano. Esta situação constituiu importante contributo para as condições favoráveis de financiamento das operações de fusões e aquisições, bem como para o refinanciamento de dívida por parte das empresas, com impacto importante nos resultados destas.

Factores estruturais, como as imposições regulatórias exigidas aos fundos de pensões, no que respeita à adequação dos seus activos às responsabilidades assumidas, a implementação do Basileia II e ainda a continuação do desenvolvimento dos derivados de crédito, contribuíram para uma forte procura de activos de prazos mais longos (que permitiu a manutenção de taxas de juro baixas nestes prazos, apesar do ambiente de política monetária restritiva e de algumas pressões inflacionistas).

Na classe de *commodities,* o ano de 2006 viria a revelar-se particularmente interessante; apesar dos novos máximos atingidos no preço do petróleo (78,4 USD por barril em Julho) e do ouro (730 USD a onça *troy* em Maio), os preços acabariam depois por cair até ao final do ano: no caso do primeiro dos activos, as razões foram atribuídas não só a uma quebra da procura como a um inverno menos rigoroso.

Contudo, 2006 acabaria por constituir o quinto ano de subida do mercado de *commodities*: para além do ouro e do petróleo, também o zinco, prata e níquel atingiram todos máximos recorde, ao mesmo tempo que *soft commoditties* como o açúcar, arroz, milho e café atingiram também máximos dos últimos anos (em virtude de uma utilização mais diversificada destes recursos, o que também leva a algumas preocupações sobre a capacidade da sua oferta a prazo).

Por último, na componente cambial, as expectativas de uma forte perda de valor do dólar norte-americano não se concretizaram e o ano acabaria por apresentar uma volatilidade reduzida.

De assinalar a valorização do yuan chinês e das moedas asiáticas de uma forma geral, decorrentes da forte competitividade comercial destas economias, e a queda forte, em Novembro (num curto espaço de tempo), registada no dólar. Este último movimento decorre de expectativas relativas a cortes de taxas nos Estados Unidos e a rumores recorrentes de diversificação de reservas, por parte de diferentes bancos centrais.

Ainda de assinalar em 2006 a desvalorização do iene, que resultou de subidas de taxas menores do que as antecipadas pelo mercado e de algum desapontamento, quanto ao crescimento económico registado.

As Áreas de Negócio

A actividade do Grupo, e mais concretamente ao nível do Banco Privado continua centrada no desenvolvimento do seu triângulo estratégico de negócio, já amplamente testado na sua eficácia: *Private Banking*/*Corporate Advisory*/*Private Equity*.

Private Banking

Particulares

Durante o ano de 2006, o *Private Banking* teve um crescimento muito significativo na captação de novos Clientes e no aumento do saldo médio por cliente em todo o território nacional. A conjugação destes factores contribuiu para um forte crescimento do volume dos activos sob gestão, tendo sido amplamente ultrapassados os objectivos traçados no âmbito do "Plano Privado 2007". Assim, foram dados passos significativos para atingir a duplicação dos activos sob gestão no quadriénio 2004-2007, conforme preconizava o referido Plano.

A procura da prestação de um serviço de excelência de forma independente e especializada numa óptica de *Global Wealth Management* (activos financeiros, arte, imobiliário e aconselhamento fiscal), tem permitido a contínua melhoria do mesmo e tem permitido um elevado grau de satisfação e fidelização dos nossos Clientes. Este factor proporcionou a captação de novos Clientes através da lógica de *member-get-member*, sendo actualmente um dos principais meios de angariação de novos Clientes.

A interligação da área de *Private Banking* com o *Asset Management* tem permitido a constante criação de novas e inovadoras estratégias de investimento, que contribuíram claramente para o bom desempenho alcançado.

A cada vez melhor articulação da área de *Private Banking* com as outras áreas do Grupo, tem proporcionado a obtenção de negócios e ganhos de eficiência na óptica do *cross selling*. Saliente-se, a propósito, a colocação de vários veículos de investimento da área de *Private Equity*.

Institucionais

A Área de Clientes Institucionais consolidou em 2006 a sua trajectória de crescimento: foram atingidas, com sucesso, as metas propostas, nas várias componentes de *performance*, com especial ênfase para o incremento dos montantes sob gestão, para a manutenção da base de clientes e para o alargamento do universo de clientes em número e em natureza.

A tendência de crescimento sustentado conseguida assenta na estratégia delineada em 2005, a qual, privilegiando a captação de negócio em potenciais clientes de natureza diferente dos existentes, pressupõe uma permanente dedicação aos actuais Clientes.

Ao longo de 2006, a base de Clientes Institucionais do Banco foi alargada às Companhias de Seguros, Ordens Religiosas, Associações Profissionais, Órgãos de Tutela e Fundos de Pensões.

Subjacente ao modelo comercial adoptado, privilegiou-se o recurso a novos canais de distribuição, à segmentação de mercados e detecção de oportunidades, sempre na convicção de constituirmos, para os nossos Clientes, um parceiro na gestão do seu património, capaz de colaborar de perto na sua actividade financeira, apresentando propostas e soluções ajustadas às suas necessidades, de uma forma individual e personalizada.

Foi com este espírito de proximidade, e encarando cada negócio como uma oportunidade para ambas as partes, que construímos e cimentámos a actividade da área de Clientes Institucionais, por natureza, exigentes e conhecedores do mercado.

A gestão criteriosa de activos e a detecção de oportunidades *securities picking* permitiu, em 2006, o aproveitamento de oportunidades de investimento que se consubstanciaram em negócios rentáveis, quer para os nossos Clientes, quer para o Banco.

No cumprimento do nosso *Business Plan*, foram realizados em 2006 dois seminários com a participação de oradores de reconhecido prestígio, e subordinados a temas de manifesto interesse. "Fundos de Pensões – Modelo Sueco de Segurança Social" (realizado em Fevereiro e orientado para uma plateia constituída fundamentalmente por Clientes Institucionais da área das pensões), e "Fundos de Fundos de *Private Equity* – Uma Alavanca Estratégica de *Portfolio Management*", (realizado em Outubro contando com a presença de Clientes Institucionais da área da gestão de activos).

Tem sido uma preocupação constante da Área, a adequação da oferta disponibilizada aos Clientes, tendo em conta as especificidades que um segmento como o de Clientes Institucionais pressupõe. Neste contexto, a flexibilidade e a busca de soluções concretas e enquadráveis com os desafios propostos, têm constituído os vectores chave da linha de acção colocada em prática.

O balanço que efectuamos da actividade da Área de Gestão de Clientes Institucionais em 2006 é extremamente positivo, sobretudo tendo em consideração os ambiciosos objectivos traçados e a intensificação da concorrência. Neste sentido, o trabalho desenvolvido contribuiu decisivamente para o redimensionamento e ambição da Área, facto que permite encarar o futuro com optimismo.

África Austral

A actividade de *Private Banking* no Continente Africano caracterizou-se, no ano de 2006, por um alargamento do mercado de influência para além da África do Sul (onde o Banco Privado possui um Escritório de Representação no Centro Financeiro de Johannesburg, em Sandton).

Angola, assim como Moçambique e Zimbabwe, foram os principais países objecto da nossa maior atenção, através de deslocações assíduas, centradas no desenvolvimento de contactos ao mais alto nível Institucional e Empresarial, por parte da Alta Direcção do Banco Privado.

A Administração do Banco esteve presente na Comitiva Governamental Portuguesa que se deslocou a Luanda com o objectivo dum maior estreitamento comercial entre os dois países, facto que se veio a revelar do maior interesse.

Em termos da actividade comercial de *Private Banking* na África Austral, o ano transacto foi o melhor período desde o seu início, tanto em activos sob gestão como em número de clientes, permitindo encarar os objectivos delineados para o quadriénio de 2007 com realismo e serenidade. De referir também que este crescimento se localizou (na sua maior parte) em soluções de maior risco dentro da oferta do Banco, em USD.

Na área dos Recursos Humanos, o aumento da equipa comercial é um objectivo assumido, (já iniciado em 2006), cujo futuro passará por um crescimento adequado à evolução do mercado e principalmente, mantendo o nível de cultura e especialização que tem pautado a prática do Banco Privado.

Em conclusão, a estratégia do Banco Privado nesta área de negócio continuará a passar por uma presença sistemática, sempre centrada nas duas plataformas físicas de Lisboa e Johannesburg, locais privilegiados para a actividade de *International Private Banking* na África Austral.

Sucursal em Espanha

Completou-se, em 2006, o primeiro exercício completo do novo modelo multi-escritórios; graças ao mesmo, assistiu-se a um notável aumento da massa crítica de negócio do Banco Privado em Espanha. Além da actividade levada a cabo em Madrid e arredores, contribuíram de forma importante para consolidar o nosso posicionamento através da Sucursal a plena actividade do escritório de Sevilha e a entrada em funcionamento do escritório de Valência, no segundo semestre do ano.

Do ponto de vista institucional, o ano caracterizou-se por uma animada presença na realidade espanhola através da realização de vários eventos de grande projecção, tais como a conferência dada pelo Exmo. Sr. Dr. Carlos Solchaga – anterior Ministro da Economia e das Finanças – e pelo Dr. Julio Rodríguez, do Banco de Espanha, que abordaram o tema "O Mercado Imobiliário em Espanha". Este acto celebrou-se no velho Casino de Madrid por ocasião da reunião do Conselho Consultivo espanhol do Banco, que teve lugar em Maio.

Mas o evento mais importante do ano foi, sem dúvida alguma, a conferência dada pelo Ex-Presidente do Brasil Prof. Fernando Henrique Cardoso no IESE em Madrid, no princípio do mês de Outubro. A presença de inúmeros convidados e o facto de a apresentação do orador ter ficado a cargo do Dr. César Alierta (Presidente da Telefónica de Espanha), contribuíram sem dúvida para o êxito deste evento.

Private Banking

Relativamente à actividade de *Private Banking*, este foi um ano muito positivo, devendo-se tal facto não só ao esforço comercial realizado, como também por se ter aproveitado a alta generalizada dos mercados financeiros e, especialmente, do mercado de rendimento variável em Espanha. As captações individuais ultrapassaram em muitos casos os objectivos, tendo-se obtido um resultado global, em conformidade com o previsto.

Além da respectiva actividade dos Escritórios de Sevilha e de Valência, iniciou-se – de forma gradual – o plano de actuação para Madrid e periferia, desenvolvendo-se a actividade nas áreas definidas de acordo com a disponibilidade de recursos humanos – directos e indirectos – necessários à sua prossecução.

Do ponto de vista do Canal Indirecto, a rede foi reforçada (sobretudo na sua vertente tradicional) e iniciou-se um projecto que, nos levará em 2007, a introduzir a figura do Agente Comercial que, no Banco, foi definido como *Private Banker* Independente.

Lançamento de novas estratégias de investimento

Além do sucesso da operação *Kendall Develops* (concessões de auto-estradas), lançada em 2005 através de uma estrutura espanhola de investimento (ETVE), o Banco mantém um elevado compromisso de adaptação da sua oferta ao mercado espanhol.

Isso levou-nos a replicar em Espanha algumas das estratégias desenvolvidas em Portugal, registando através de uma gestora delegada, dois novos Fundos paralelos ao *Multibond* e ao *Iberian Opportunities*: *Privado Multibond* e *Privado Iberian Opportunities*.

Ambos os fundos foram lançados com grande êxito no segundo trimestre do ano e os resultados atingidos no final do ano ultrapassaram os respectivos *benchmarks*.

A comercialização dos referidos fundos, juntamente com o Privado Liquidez Dinâmica (lançado em 2003), proporciona-nos uma oferta base que é complementada por toda a actividade das áreas de Retorno Absoluto, Retorno Relativo e *Private Equity*. Em concreto, cabe destacar a importância crescente dos Depósitos – sobretudo nas zonas mais conservadoras – e de outros instrumentos de renda, à luz da última reforma fiscal em Espanha (que equipara as tributações de rendas e mais-valias).

No que diz respeito ao Retorno Relativo e ao *Private Equity*, destacaríamos o seu bom acolhimento em Espanha, apoiado num modelo de marketing muito efectivo que contempla *road shows* com especialistas, seguindo-se reuniões individuais com os interessados em cada estratégia. Graças a tudo isto, conseguiu-se melhorar a produtividade comercial da área de *Private Banking*.

Assessoria a Empresas

Nesta área, a actividade assumiu uma nova dimensão, graças à sua focalização geográfica, não só na Península Ibérica e no Brasil, mas também em países da Europa Central e do Leste, fruto da parceria levada a cabo com o Raiffeisen Bank; refira-se que nos foram atribuídos novos mandatos que esperamos concluir em 2007.

Galiza

A actividade comercial na Galiza tem tido um crescimento sustentado dos activos sob gestão e da actividade comercial: o apoio prestado pelos nossos Accionistas, Clientes e Consultores Comerciais tem contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento de relações comerciais, em toda a região.

A realização de vários eventos e o elevado número de reuniões com potenciais clientes do nosso segmento alvo, têm consolidado, de forma consistente, a imagem do Banco nesta região.

O *cross-seling* realizado com o *Corporate Adisory* e o Imobiliário tem sido outro factor que tem contribuído fortemente para a maior implantação do Banco Privado na Galiza.

Atendendo à evolução do negócio, foi aprovado pelo Conselho de Administração a abertura de um escritório em Vigo no primeiro semestre de 2007, com uma estrutura inicial leve e ágil (um Director Sénior, um Comercial e uma colaboradora de apoio), com a finalidade de dar seguimento à actividade comercial realizada, aumentando deste modo a capacidade de crescimento.

Brasil

Após uma série de eventos em 2005 que tiveram como principal objectivo a divulgação – com uma abordagem bastante ampla – do Banco Privado Português para o mercado brasileiro, o ano de 2006 foi marcado pela prospecção mais focalizada, onde o segmento de particulares foi prioritário no início da relação comercial com clientes potenciais. Apesar do pouco tempo de actividade no Brasil e das dificuldades de estabelecer uma marca ainda pouco conhecida num mercado bastante competitivo, o Banco Privado já deu os primeiros passos na conquista de importantes clientes, o que se reflectiu no importante aumento dos activos sob gestão.

O nosso escritório no Brasil centrou a sua actuação na identificação e prospecção de clientes nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro; após decisão do Conselho Consultivo realizado em Outubro de 2006, o interior de São Paulo passou também a fazer parte da estratégia de actuação.

Em Outubro, foi realizado um evento na cidade de Campinas (no interior de São Paulo), com a participação do Conselho Consultivo e em parceria com a Ciesp (sociedade civil que congrega as principais industrias da região), que contou com a participação de 200 empresários da cidade de Campinas e arredores.

O ano de 2006 foi também marcado pelo estabelecimento da área de *Corporate Advisory* no Brasil, contando desde Junho, com uma equipa apostada na conquista de mandatos de assessoria para fusões, aquisições e venda de empresas (tanto *cross border* quanto locais), constituíndo mais um passo para o fortalecimento do Banco Privado no país.

Foi identificada, ainda em 2006, uma oportunidade no mercado imobiliário em São Paulo, que contou com o investimento do Banco Privado – o Projecto Cidade Jardim. Este projecto, localizado num bairro nobre da cidade, contará com nove torres residenciais, quatro torres comerciais e um *Shopping* com as principais marcas internacionais de luxo. O empreendimento tem conclusão prevista para 2008 e o seu lançamento surge num momento de aquecimento do sector imobiliário de luxo no Brasil.

Corporate Advisory

O ano de 2006 ficou marcado por uma dinâmica de exploração de oportunidades de negócio intra-país e *cross border*, tendo sido visível o incremento da *performance* das diferentes equipas locais (Lisboa, Porto, Madrid e S. Paulo), tendo por base uma actuação integrada e com definição de prioridades conjuntas, nas actividades de originação e de execução.

A carteira de actividade tornou-se mais diversificada, assentando, essencialmente, numa base de projectos de média dimensão para médios e grandes clientes. Em relação a este último segmento, o Banco Privado tem vindo a conquistar, com sucesso, uma posição de assessor de referência.

Assistiu-se também a um aumento do número de projectos, consequência da acção pró-activa da equipa em termos de originação de negócio, do alargamento do âmbito geográfico da actuação ao mercado da Galiza e de países da Europa Central e de Leste, bem como ao recorrente e sistematizado *cross selling* com outras áreas do Banco, nomeadamente com o *Private Banking*.

O Banco Privado apresenta-se optimista para 2007, não só pela actual carteira de projectos e mandatos que transitou de 2006, como também pelos resultados que espera do seu forte investimento na actividade de originação e de detecção de oportunidades que apresentará pro-activamente aos seus Clientes no decorrer de 2007.

Private Equity

O ano de 2006 foi especialmente positivo para a área de *Private Equity*. As estruturas financeiras nos veículos foram particularmente sensíveis aos movimentos nos mercados globais de capitais e, acompanhando estas tendências, promoveu-se a criação de novos veículos (*Liminorke*), operações de liquidez intermédia (veículos Jerónimo Martins) e aumentos de capital em veículos existentes (*Kendall Develops*).

SPV's

Jerónimo Martins (*Ashurst Management e Zenith*)

O comportamento bolsista da sociedade Jerónimo Martins nos mercados de capitais marcou a evolução dos veículos Ashurst (Strand, Multiplus e Fitron) e Zenith, tendo a cotação da operadora de retalho valorizado aproximadamente 34%, no ano de 2006.

A actividade desenvolvida centrou-se na criação de operações de liquidez intermédia para os investidores nestes veículos (tirando assim partido de um ambiente favorável no mercado de *equity finance*), e acompanhamento da evolução económico-financeira da sociedade Jerónimo Martins. Contudo, também em 2006, foram promovidas algumas operações de renegociação de financiamentos bancários, com o objectivo de reduzir o custo financeiro destes instrumentos nos veículos.

O veículo Zenith, com o recurso a dívida financeira, aumentou mais uma vez a sua posição no capital da sociedade Jerónimo Martins, tendo adquirido 197.286 acções adicionais.

A sociedade apresentou, durante o ano, indicadores financeiros e operacionais que comprovam o sucesso da sua estratégia nacional, essencialmente centrada no reposicionamento e aumento do volume de negócios nas cadeias Pingo Doce, e internacional, com o crescimento da sua filial Biedronka no segmento de *hard discount* polaco. Como tal, as acções iniciaram o ano perto dos € 12,70 e encerraram este ano nos € 17,00.

Kendall Develops

Criado para investir em operadoras de concessões rodoviárias, o veículo *Kendall Develops* teve, em 2006, um ano marcante quer em termos societários, quer em *performance*, quer em endividamento.

Lançado em Novembro de 2005 com € 50 milhões em capital e um investimento âncora de 5% do capital da OHL Brasil, o veículo rapidamente procurou diversificar o seu portfolio de investimentos para englobar uma operadora de concessões rodoviárias Europeia. Para fazer face a estes objectivos ambiciosos, o veículo realizou, em Março deste ano, um 2º aumento de capital de € 50 milhões e contratou linhas de crédito de cerca de € 120 milhões para financiar estas aquisições. Com estes recursos, foi possível adquirir quase 3% do capital da Brisa – Autoestradas de Portugal, S.A. durante o 1º semestre de 2006.

Também durante a primeira metade do ano, um conjunto de operações de fusões e aquisições no sector rodoviário (e restrições societárias associadas às sociedades limitadas Espanholas), justificou uma operação de transformação societária da *Kendall Develops* para sociedade anónima (e alteração da sua política de investimento para englobar outras concessões, que não as rodoviárias).

As acções da OHL Brasil registaram, durante o ano, uma evolução extremamente positiva, tendo iniciado o ano perto dos $R 25,41 e encerrado o período em $R 34,40, ou seja, uma valorização em moeda brasileira de cerca de 35%. A Brisa teve também um ano positivo, tendo as suas acções iniciado o ano nos € 7,16 e terminado perto dos € 9,45 (ou seja uma valorização de cerca de 32%); refira-se que o veículo continuou a implementar durante o ano de 2006 mecanismos de protecção cambial para as suas posições em reais.

Liminorke

Criado em Novembro de 2006, o veículo *Liminorke* tem por objectivo realizar investimentos e, potencialmente, assumir responsabilidades na gestão não-executiva de empresas energéticas, com especial enfâse no sub-sector da refinação de produtos petrolíferos e gestão concessionada de redes energéticas.

Tendo por base as características operacionais/financeiras destas empresas e um conjunto de pressupostos sobre algumas variáveis chave neste sector, (especificamente a evolução do preço dos combustíveis e ambiente regulatório num conjunto de países), o veículo angariou, junto de um conjunto de investidores privados e institucionais, cerca de € 70 milhões de capital que, posteriormente, serão potenciados com o recurso a dívida externa.

O seu primeiro investimento foi a participação na operação pública de venda (OPV) do capital da Galp Energia e perspectiva-se que participe também na OPV da REN já em 2007.

Imobiliário

Os resultados da gestão de investimentos em activos imobiliários, apurados em 2006, foram muito expressivos, e de tal forma que o contributo desta actividade para o Plano Privado 2004/07 foi completado com um ano de avanço.

Confirmou-se assim, também, o acerto do posicionamento do Banco Privado no negócio de *Private Equity* imobiliário, alternativamente ao da gestão de investimentos em propriedade de rendimento. Trata-se de uma opção estratégica, alinhada com o perfil de especialização do Banco e com a sua base de clientes, e que pretende explorar sectores do mercado menos bem servidos.

Novos Investimentos

O Grupo lançou, no exercício de 2006, dois projectos de raiz, seguidamente sumariados:

Resort de golfe. Constituiu-se um veículo de investimento, orientado para o desenvolvimento de *resorts* de golfe e tendo por mercado alvo o turismo residencial, com origem no Norte da Europa. No seu âmbito, foi adquirida uma participação maioritária num projecto a desenvolver em Vila do Bispo, Algarve, abrangendo uma área com cerca de 280 hectares.

Portugal exibe vantagens competitivas sustentáveis no segmento do turismo ancorado pelo golfe. O investimento em projectos deste tipo, quando bem estruturados e com a escala apropriada, apresenta-se atractivo, considerando a tendência de crescimento da procura internacional e a rigidez do lado da oferta.

Mixed-use scheme. O Grupo tomou 50% do capital de um veículo constituído para o desenvolvimento imobiliário de um terreno em Faro com 20 hectares, e uma capacidade construtiva de aproximadamente 160.000 m^2.

Os dois projectos implicaram um compromisso de afectação de recursos próprios, no montante de 10,5 milhões de euros, que todavia só serão desembolsados em parte, dado que os respectivos veículos serão objecto de uma ou mais colocações parciais.

Outros Veículos de *Private Equity* Imobiliário

Ctema Property Fund

A Ctema, a par do Ceará Investment Fund, foi o primeiro veículo de investimento imobiliário constituído e gerido pelo Banco Privado. Completou em 2005 o seu ciclo de investimentos, representado por uma carteira de três projectos localizados em zonas *prime*: dois na Avenida da Liberdade, em Lisboa, e um na margem do rio Douro, com vista para o mar, no Porto.

A forte valorização da propriedade imobiliária, entretanto verificada nas melhores zonas de Lisboa, permite antecipar a formação de mais-valias substanciais na revenda dos dois primeiros projectos. No Porto, foi iniciada a construção do edifício residencial projectado, em parceria com o mais bem conceituado promotor deste segmento na cidade, antevendo-se, igualmente, bons resultados.

O período de desinvestimento da *Ctema* terá início em 2007.

Ceará Investment Fund

Durante o ano de 2006, o grande projecto turistico/imobiliário e hoteleiro Aquiraz Golf & Beach Villas, em que o *Ceará Fund* está envolvido no Brasil, evoluiu muito favorávelmente com o início das expropriações dos terrenos de acesso, alargamento para via dupla em ambos os sentidos da estrada de acesso ao Aeroporto de Fortaleza, e construção de novas vias de acesso ao empreendimento.

Por outro lado, foram estabelecidos os acordos com as concessionárias públicas locais para a realização das obras de fornecimento de agua (bruta, tratada e saneamento), de todo o empreendimento (estão também em fase final de concretização os acordos para o fornecimento de energia electrica e rede de voz e dados).

Para 2007, está previsto o início da construção do primeiro Hotel e do Campo de Golf do projecto.

O *Ceará Fund* tem em carteira outros projectos na região, que aguardam a maior maturação do empreendimento Aquiraz Golf & Beach Villas, que potenciem mais valias acrescidas aos projectos.

Pela sua dimensão, padrão de qualidade e peso estruturante no desenvolvimento do turismo do nordeste Brasileiro, este projecto permitirá no futuro perspectivar um desenvolvimento turístico de padrão internacional, para toda esta região.

Lusandal, SA

Em Dezembro de 2006, foi constituído um novo veículo conjuntamente com uma das mais sólidas e prestigiadas promotoras imobiliárias da Andaluzia – a Inmobiliária del Sur – orientado para o investimento em promoção imobiliária residencial, em Lisboa e no Algarve.

Esta *joint venture* enquadra-se ainda na estratégia da implantação do Banco em Espanha, neste caso na Região Andaluza, cruzando oportunidades de negócio entre os dois países e promovendo a marca **Banco Privado** naquele mercado.

Reforço da Equipa de Imobiliário

Visando intensificar o processo de *sourcing* de oportunidades na área do turismo residencial e em zonas *prime* de Lisboa – os dois sectores estratégicos de investimento eleitos pelo Banco – foi admitido um novo colaborador, com grande experiência no sector.

Ellipse Foundation

Durante o ano de 2006, o Banco Privado acompanhou o desenvolvimento da actividade da *Ellipse Foundation,* a qual esteve centrada em duas áreas:

- Constituição da Colecção *Ellipse*, em consequência da Fundação ter sido dotada com fundos decorrentes de uma 3ª chamada de capital da Holma, sendo os mesmos utilizados na aquisição de obras de arte.

- Inauguração do *Art Centre/Ellipse Foundation* em Cascais, espaço privilegiado para a exposição e consequente divulgação da Colecção e realização de acções, de âmbito cultural e educativo.

A inauguração do *Art Centre*, com a exposição *Open House*, foi antecedida de um intensivo plano de comunicação, com a apresentação da Colecção *Ellipse* em vários eventos internacionais ligados à Arte Contemporânea, o que permitiu potenciar o reconhecimento internacional da Colecção.

No que respeita à evolução da Colecção *Ellipse*, verificou-se um forte impulso na sua constituição, visando a respectiva apresentação internacional. No final do ano, a Colecção *Ellipse* era composta por 404 obras representativas de 125 artistas, com um valor de aquisição total de, aproximadamente, 16,8 milhões de euros.

No final do ano, a Colecção *Ellipse* incorporava obras de arte representativas de várias técnicas de relevo na arte contemporânea, sendo de realçar o peso da fotografia e do vídeo e filme.

Fotografia	35,9%
Vídeo e Filme	12,9%
Escultura e Instalação	23,5%
Pintura	10,6%
Desenho	17,1%

Dos 125 artistas representados na Colecção, metade são artistas *Mid Career* (49,6%), verificando-se ainda uma forte presença de artistas consagrados (28,8%) e uma aposta importante em artistas emergentes (21,6%).

Gestão de Activos Financeiros de Terceiros

Retorno Relativo

Em 2006, a área de Retorno Relativo reformulou totalmente a sua oferta, com a apresentação de estratégias de investimento temáticas, quer a nível regional, quer a nível sectorial. A filosofia de investimento também se alterou, com o investimento directo a estar focado apenas no universo Europeu e todos os investimentos fora da Europa a serem seleccionados entre os melhores fundos de terceiros.

Estas decisões tiveram o efeito desejado e este ano, pela primeira vez, todos os fundos de investimento directo registaram uma *performance* superior aos respectivos *benchmarks*, o que os posicionou muito bem, face à concorrência.

Em geral, todas as estratégias de Retorno Relativo voltaram a apresentar bons resultados, também fruto da subida dos mercados accionistas ao longo do ano. No universo das soluções de investimento disponíveis, o *Iberian Opportunities Fund* foi a estratégia que apresentou melhores resultados, com uma subida de quase 43% no ano e cerca de 11,7% de rendibilidade acima do *benchmark*. Tivemos também outras estratégias com óptimos resultados, tal como o Privado Telco's que subiu 23,1% em apenas 6 meses (uma vez que foi lançado em Junho).

As estratégias de investimento alternativo (*Hedge Funds*) foram alvo de uma profunda reestruturação após o reforço da equipa de gestão de Retorno Relativo. O resultado dessas alterações foi já evidente no último trimestre de 2006 e garantiu que as *performances* do ano fossem satisfatórias. Estamos convencidos que estas estratégias serão uma óptima solução de investimento para 2007 e que terão um comportamento *premium,* face à oferta da concorrência.

O ano não foi isento de riscos, resultantes nomeadamente da incerteza em torno da evolução da inflação e do enfraquecimento do mercado imobiliário nos EUA (e da consequente política monetária por parte do FED). No entanto, estas incertezas foram-se esbatendo à medida que os dados macroeconómicos confirmavam robustez no crescimento e uma inflação controlada. Adicionalmente, os resultados apresentados pelas empresas foram excelentes, com a Europa a registar uma subida de 12,5% e os EUA de 15,3%, o que sustentou a subida dos mercados accionistas.

Para 2007, a direcção de Retorno Relativo tem já programada uma série de alternativas de investimento oportunísticas e tenciona estar bastante activa na oferta de estratégias eficientes de controlo de risco e protecção de capital, no sentido de melhorar a relação risco/retorno do portfólio dos Clientes.

Retorno Absoluto

O ano de 2006 constituiu um desafio bastante importante para esta área de gestão de activos financeiros no Banco Privado, pois a subida previsível das taxas de juro na Zona Euro tinha implícita a natural desvalorização dos activos de taxa fixa. Este aumento do custo de oportunidade tornou os investidores ainda mais exigentes na busca de retornos cada vez mais elevados. Paralelamente, o desempenho muito positivo das outras classes de activos tornou-se ele próprio mais um factor de atractividade: na comparação com os retornos menos substanciais dos investimentos em activos de rendimento fixo, estes últimos acabaram por ser menos atractivos.

No entanto, contrariamente ao que vem sendo a tendência de mercado (redução dos investimentos em produtos de mercado monetário e obrigações), registou-se um aumento bastante interessante dos montantes sob gestão da área. Esta situação é ainda mais relevante se considerarmos que se registaram internamente, ao longo do ano, alguns desvios dos montantes aplicados nesta área, para estratégias geridas por outras áreas do Banco, que apresentavam bastante valor. Não podemos também deixar de referir a relevância do aumento dos montantes sob gestão num quadro de maior concorrência, sobretudo por parte de entidades não residentes, e que se temia que pudesse ter um efeito negativo, ao longo de 2006, sobre as diferentes gestoras dentro do mercado nacional (o que não se veio a concretizar).

A gestão do estreitamento dos prémios de risco (generalizadamente ocorridos em 2006), e a exploração da utilização de produtos derivados, ligados a instrumentos de rendimento fixo (menos exigentes no que concerne à utilização de capital), foram os pontos mais relevantes que tornaram possível registar um forte crescimento nesta área de negócio, em linha com o que já se havia registado em 2005, através da obtenção de resultados considerados muito positivos pelos Clientes.

Por outro lado, a exploração de produtos derivados (e uma concentração particular na identificação de tendências globais de médio prazo), permitiu dar seguimento a uma estratégia de inovação financeira, de valor acrescentado significativo, designadamente através da estruturação e lançamento de estratégias bem aceites pelos Clientes (e com resultados bastante satisfatórios).

Deu-se continuidade à política de desenvolvimento dos quadros que integram a área, com o aumento da equipa de gestão, e uma aposta substancial na sua autonomia e formação, que por certo contribuirá para a obtenção de ainda melhores resultados no futuro.

Gestão de Activos Financeiros Próprios

Rendimento Fixo

A estratégia de gestão de activos de rendimento fixo, ao longo de 2006, centrou-se em posições longas de títulos de dívida *corporate* que permitiram, num ambiente de alguma previsibilidade quanto à evolução das taxas de juro de curto prazo (e de estabilidade nos *spreads* de crédito, também expectável num quadro de forte crescimento económico em termos globais), a obtenção de resultados muito positivos, com um recurso muito limitado a capitais do Banco.

Estas posições foram centradas em activos de maturidade muito curta, com o objectivo de limitar surpresas que possam decorrer de evoluções negativas na qualidade de crédito do próprio emitente e, simultaneamente, minorar os riscos de ocorrência de quaisquer eventos pontuais adversos.

Neste enquadramento, foi possível beneficiar de um *carry* positivo, com um risco de taxa de juro muito reduzido, fazendo uso de financiamento, em quase todas as posições, através da entrega, como colateral, das posições longas assumidas.

Paralelamente, registaram-se também resultados substanciais em posições direccionais, assumidas ao longo do ano, em produtos estruturados, as quais permitiram a realização de operações de arbitragem, dado o *mispricing* das respectivas estruturas. Simultaneamente, assumiu-se, pontualmente, algum risco de taxa de juro em prazos mais longos, procurando explorar os movimentos registados neste período.

Mercado Cambial

Apesar dos receios recorrentes dos problemas com os *déficits* gémeos nos Estados Unidos, situação apontada como potencialmente catalizadora de uma depreciação forte do dólar a qualquer momento, o ano de 2006 apresentou, na sua generalidade, pouca volatilidade.

Os aspectos mais marcantes foram a queda forte (num curto espaço de tempo), registada precisamente no dólar em Novembro, na sequência dos receios da possível necessidade de serem efectuados cortes de taxas nos Estados Unidos, como resultado de um crescimento económico menos acentuado do que aquele registado até aqui, (e que tornaria menos atractiva a detenção desta moeda face a outras). Para este movimento, contribuiram ainda rumores de diversificação de reservas, por parte de diferentes bancos centrais.

Contudo, a depreciação registada ficou muito aquém do que foi perspectivado no início do ano, sobretudo face ao euro.

Outra das histórias relevantes de 2006 foi a fraqueza do iene, como resultado da não materialização das expectativas de subida das taxas de juro japonesas. Em contrapartida, as moedas asiáticas registaram bons desempenhos, decorrentes sobretudo de boas posições sob o ponto de vista comercial.

O **Banco Privado Português** optou, no início do ano, por assumir posições de *trading* de muito curto prazo, tanto em ienes como em dólares norte-americanos, visando aproveitar movimentos *intraday*, tendo obtido bons resultados nas mesmas. Na segunda metade do ano, descontando a gestão da área uma depreciação do dólar, menos forte face ao euro, do que a generalizadamente aceite pelo mercado, centrámo-nos na gestão de opções, por forma a manter limitados quaisquer prejuízos que das mesmas pudessem decorrer.

Esta gestão criteriosa, permitiu obter mais uma vez, resultados bastante positivos nesta área, estimando-se que no ano de 2007 possam ainda ser registados lucros relevantes de posições assumidas em 2006.

Funding & Liquidity

Devido ao forte crescimento dos montantes sob gestão registado ao longo de 2006, o Banco Privado Português voltou a apresentar um perfil estruturalmente aplicador de fundos. Paralelamente, verificou-se um aumento substancial do número de contrapartes, bem como dos montantes atribuídos como linhas de mercado monetário e cambial pelas mesmas, o qual permitiu uma diversificação ainda maior nas operações concretizadas.

A situação descrita permitiu a redução substancial do risco assumido nas operações de cedência de fundos pelo Banco, ao mesmo tempo que contribuiu para a redução do risco de liquidez e conduziu a uma optimização das margens financeiras obtidas face ao risco de contraparte assumido.

Marketing Operacional de *Asset Management*

No ano de 2006, a área continuou a desenvolver a sua missão de colaborar no desenvolvimento e dar a conhecer as estratégias de investimento que o Banco gere para os seus Clientes.

Ao longo do ano foram lançadas inúmeras estratégias novas, abarcando investimentos em áreas onde o banco não tinha estado até ao momento directamente envolvido, como sejam, por exemplo, estratégias de investimento em matérias-primas. Foram igualmente reformuladas abordagens antigas, especialmente na área de retorno relativo, com o lançamento de várias estratégias de investimento regionais e uma estratégia temática que, alargando a possibilidade de escolha dos clientes, contribuiu para o aumento dos recursos captados.

Como delineado no final de 2005, em 2006 foi igualmente feito um esforço no lançamento de estratégias de investimento melhor adequadas aos mercados internacionais onde o Banco actua. Neste sentido, foram lançados dois novos fundos de investimento registados em Espanha, replicando estratégias já geridas pela equipa de *Asset Management* em Portugal, com assinalável sucesso. Foram também lançadas inúmeras estratégias denominadas em dólares norte-americanos, que correspondem melhor aos desejos da clientela, nos mercados brasileiro e da África Austral.

Por fim, a área cumpriu a sua missão de divulgação de informação, com múltiplos eventos em que se abordaram temas gerais de estratégia de investimento e se apresentaram estratégias específicas. Estas sessões, além de cobrirem os centros de Lisboa e Porto, realizaram-se também noutras cidades de norte a sul do país, bem como em Madrid e Vigo.

O ano de 2007 não se afigura muito diferente, sendo que, com o crescimento do Banco, as solicitações ao Marketing Operacional serão cada vez maiores. Novamente, passos importantes deverão ser dados em Espanha e também no Brasil, de forma a que possamos continuar a aumentar o leque de oferta, adequado às necessidades e especificidades destes mercados.

As Áreas de Apoio ao Negócio

O desenvolvimento dos negócios do Grupo tem que ser apoiado numa máquina eficiente, que proporcione um serviço ao Cliente idealmente sem falhas e de grande qualidade percebida.

Sistemas

Ao longo do ano de 2006, a Direcção de Sistemas, tal como previsto, seguiu as linhas de orientação estratégica definidas no plano 2004-2007, com as adaptações necessárias ao crescimento extraordinário da actividade do Banco Privado, nomeadamente no suporte à actividade internacional, novas áreas de negócio e incremento das existentes.

Com estes objectivos presentes, a Direcção tomou, como projectos prioritários, o acompanhamento das novas instalações em Lisboa, simultaneamente dotando o Banco de novas tecnologias VoIP em soluções de telefonia, que serão expandidas ao resto das instalações.

A Direcção de Sistemas tem igualmente acompanhado o desenvolvimento e expansão do Banco, substituindo e aumentando o parque de infra-estruturas e equipamentos, tendo o mesmo vindo a ser modernizado anualmente, de acordo com os valores orçamentados. Neste âmbito, o ano de 2006 não foi excepção, tendo ocorrido a substituição por servidores com características tolerantes a falhas dos principais servidores de aplicações periféricas de suporte ao negócio e encontrada uma solução de *Storage,* centralizado em implementação no início de 2007. Adicionalmente, foi aumentada a capacidade do *hardware* de suporte ao sistema central, proporcionando a disponibilização de meios tendentes a aumentar a *performance* e, consequentemente, a produtividade das áreas.

No âmbito da disponibilização de novas aplicações, são relevantes a entrada em produção do *interface* com o sistema central para as aplicações de gestão de Risco e a entrada em produção da nova versão Intranet que implementa novas funcionalidades, entre as quais se destacam a digitalização e consulta de documentação formal e meios automatizados para produção de relatórios fiscais, entre outras, numa nova plataforma cuja arquitectura permite uma melhoria significativa da gestão e controlo de utilização.

Sendo o sistema central do Banco o principal sistema de suporte ao negócio, os investimentos em curso nesta plataforma foram em 2006 significativos e está prevista a sua continuidade ao longo de 2007. As diferentes direcções do Banco continuam unânimes no apoio a esta plataforma como meio fundamental de gestão, mas, considerando a expansão do Banco, tornam-se evidentes e necessários novos desenvolvimentos para os quais temos vindo a contar com a ajuda do fornecedor. Assim, a Direcção de Sistemas mantém como prioritário o acompanhamento deste sistema em todas as suas vertentes.

Em colaboração com a Direcção de Marketing, foi lançada uma nova versão do Site do Banco Privado, mais consentânea com os objectivos do negócio e com a internacionalização do Banco.

Em 2006 a Direcção de Sistemas foi auditada no âmbito da auditoria ao sistema de controlo interno (em cumprimento com as disposições normativas do Banco de Portugal), tendo os resultados observados sido bastante positivos para a actividade desenvolvida. Esta auditoria foi complementada com outras nas áreas de segurança dos sistemas, sendo os resultados observados igualmente muito positivos.

Como sempre tem feito ao longo da sua actividade, a Direcção pauta-se pela implementação de processos de trabalho tendentes a mitigar os riscos em torno dos sistemas de informação, considerando os resultados das auditorias, obtidos em 2006, indicadores importantes e motivadores.

Operações

I – Introdução

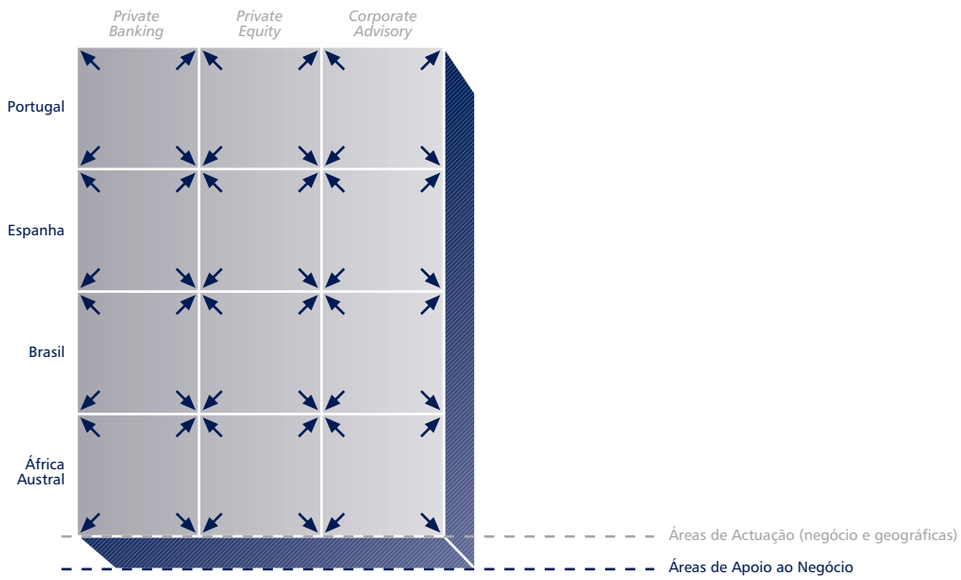
Concluído que está o marcante ano de 2006 – ano do 10º aniversário do **Banco Privado Português**, o qual foi de evidente afirmação e consolidação das métricas definidas – para uma correcta avaliação de toda a estrutura de apoio à consecução destas metas, é indispensável descrever também a actuação da Direcção de Operações, nas várias áreas de suporte ao desenvolvimento do negócio e na qual assenta também a estrutura de actuação do Grupo.

Para melhor compreender a descrição da actividade desenvolvida em 2006, começamos por abordar as funções recorrentes da Direcção de Operações – que reflectem a forma como está internamente organizada e substanciam o enquadramento organizacional da mesma – para seguidamente passar pelos principais projectos e actividades (aqueles iniciados em anos transactos e que conheceram desenvolvimentos relevantes em 2006, bem como os iniciados e desenvolvidos em 2006, concluindo com os principais projectos previstos para 2007).

II – Enquadramento Organizacional da Actividade Desenvolvida

Tendo presente o incremento significativo do negócio desenvolvido, já apresentado na descrição das actividades desenvolvidas pelas áreas de negócio e que tem sido característica universal de toda a actividade do Grupo, e o âmbito geográfico desta mesma actividade, é já um lugar comum referir que a actividade desta direcção apresenta a mesma tendência de crescimento contínuo.

Como área de suporte ao negócio, a Direcção de Operações acompanha esta dinâmica, de uma forma que podemos ilustrar seguidamente (e já apresentada em anteriores relatórios):



A contínua expansão da actividade, que se espelha no crescimento desta matriz em todos os seus quadrantes, requer um acompanhamento paralelo pelas áreas de suporte, estando a Direcção de Operações a corresponder com os padrões de eficiência indispensáveis.

III – Organização Interna da Direcção: actividades recorrentes/Suporte para as actividades do Grupo

A amplitude funcional da Direcção de Operações no seio do Grupo **Banco Privado/Privado Holding** e as responsabilidades a esta adstritas revêem-se num conjunto de funções, as quais justificam o âmbito dos projectos e actividades adiante descritos. Elencando estas funções – que reflectem a estrutura orgânica da própria direcção – e descrevendo sumariamente os principais aspectos da actividade que caracterizaram o ano de 2006:

III.1 – Função Operacional

A consolidação e expansão notáveis das taxas de crescimento do volume de activos sob gestão (com natural destaque para as actividades de *Private Banking*, *Private Equity* e Imobiliário e com uma oferta em crescendo, simultaneamente em termos de diversificação e especialização), continuam a exigir padrões de eficiência, formação e desempenho cada vez mais elevados, padrões com os quais se tem coadunado a actuação a este nível.

III.2 – Função Financeira

Apesar da adopção dos IAS/IFRS no início de 2006, que exigiu um plano de implementação e testes, a permanente revisão das normas aplicáveis e critérios de valorimetria têm vindo a obrigar a frequentes revisões das conversões e políticas efectuadas. Por outro lado, e indo ao encontro das novas normas referentes ao relato financeiro, foram novamente reestruturados e aprofundados os relatórios de acompanhamento da actividade aos órgãos de gestão, incluindo um aprofundamento do controlo analítico da actividade desenvolvida.

III.3 – Entidades de Supervisão e *Rating*

A manutenção de um relacionamento muito próximo e cordial com entidades de supervisão e casas de *rating* permanecem como prioridades desta direcção, procurando assegurar que este é um objectivo efectivamente cumprido. A entrada em vigor do novo acordo de capital (Basileia II) continua a merecer um acompanhamento no sentido de minimizar os previsíveis requisitos adicionais de capital decorrentes do mesmo (ao nível do risco de crédito, novas metodologias de mensuração dos riscos que mitiguem os requisitos de capital – com os indispensáveis sistemas de informação de suporte, bem como, em coordenação com outras áreas, aperfeiçoar mecanismos que melhorem o sistema de controlo interno, minimizando os requisitos de capital decorrentes da introdução do conceito de risco operacional).

III.4 – Função Fiscal

Com um enfoque muito centrado nos novos meios, formatos e âmbito da informação prestada às autoridades fiscais, quer nacionais, quer estrangeiras (alterações estas que têm vindo a ser introduzidas nas obrigações recorrentes de reporte externo), ficou instituída de forma evidente uma nova realidade a este nível, que obriga a que a função fiscal mereça um acompanhamento cada vez mais especializado, que a este nível se materializou e justificou com o enriquecimento do quadro de colaboradores da Direcção. Ao cumprimento, acompanhamento e planeamento de todas as obrigações (quer por conta própria, quer por conta de terceiros – especialmente, Clientes), que têm vindo a ser adequadamente alcançadas, espera-se agora uma elevação, já em 2007, do desempenho da Direcção ao nível desta função.

III.5 – *Backoffice* e Sistemas de Liquidação

O desenvolvimento – já na sua recta final, rumo a uma implementação a curto prazo – do novo sistema de *Frontoffice*, a preparação para a nova realidade do SEPA e sistemas de liquidação, e o desenvolvimento dos relacionamentos com as contrapartes financeiras externas foram três vertentes de actuação, ao nível desta função, que se destacaram de forma mais evidente, pese embora o facto da actividade recorrente (materializada numa carga acrescida de operações e indispensáveis controlos), permanecer ainda como o principal *driver* de actuação.

III.6 – Função Administrativa e de Gestão Administrativa de Recursos Humanos

Sem prejuízo de um desenvolvimento mais completo da temática de Recursos Humanos, no capítulo adiante dedicado a esta matéria, é importante referir o acompanhamento da introdução da nova legislação laboral em 2006 (tendente ao propalado modelo da «flexi-segurança»), assegurando o cumprimento das novas exigências estabelecidas (embora com impacto diminuto), e ao nível da função administrativa, uma gestão cada vez mais eficiente de prazos de pagamento, que decorre naturalmente da consolidação da situação negocial do Grupo.

III.7 – Função de Expedição de Reportes a Clientes

Não existindo novidades particularmente específicas a salientar a este nível, mantém-se válido o que tem vindo a ser referido, relativamente ao alargamento da base de clientes e a especialização e diversificação da oferta, que também aqui têm exigido níveis acrescidos de eficiência e qualidade, conseguidos pelo recurso a plataformas tecnológicas de referência e sempre actualizadas, bem como a um acompanhamento das *best practices,* conhecidas a este nível.

IV – Projectos e grupos de trabalho multidisciplinares

Abordando agora os projectos e actividades de carácter menos recorrente, e que de alguma forma se destacaram pela sua relevância, destacamos:

IV.1 – O processo de reestruturação societária, iniciado em 2004 e concluído em 2005, com a segregação formal entre as actividades bancária/financeira e não financeira, apresta-se a transformar-se num projecto recorrente, na medida em que a evolução da actividade do Grupo justifica rever sempre, de forma muito crítica, o modelo existente, procurando sempre a criação de valor com o incremento da especialização.

IV.2 – O sistema central de informação do **Banco Privado**, *Olympic Banking System*, que uma vez mais permanece como núcleo fundamental de desenvolvimentos periféricos (mas indispensáveis) para uma automatização simultaneamente mais eficaz e eficiente de toda a actividade do Grupo. Assim, e tendo o *Olympic Banking System* como pólo aglutinador de importantes desenvolvimentos (e requerendo por conseguinte uma intervenção permanente por parte da Direcção de Operações), destacamos o desenvolvimento dos seguintes sistemas:

i) *Front-System*, já anteriormente abordado, e que estreitará claramente a integração dos negócios desenvolvidos ao nível dos diversos *trading desks* com a correspondente liquidação financeira e reflexão contabilística.
ii) Sistemas de Gestão de Fundos de Investimento Nacionais, com o desenvolvimento dos indispensáveis *interfaces*.
iii) Sistemas de ALM, com uma ligação directa ao sistema central.
iv) Sistemas de *reporting* a entidades de supervisão, absolutamente baseados no sistema central.

IV.3 – Apoio a operações que marcaram o ano de 2006, de uma forma muito directa e activa, nomeadamente: o reembolso parcial a accionistas de SPVs, relacionados com o investimento em acções da Jerónimo Martins, SGPS, a operação de liquidez para Accionistas da Privado Holding, o apoio pontual a clientes na tomada de posições qualificadas em acções de empresas cotadas, o apoio à estruturação de operações de natureza imobiliária e a nova oferta de *Private Equity*, entre outras operações particulares.

IV.4 – A revisão da estrutura organizacional da própria Direcção é também merecedora de um destaque natural, desde logo pela mudança de instalações (à semelhança de diversas outras Direcções do Banco Privado) em Lisboa, passando do empreendimento das Amoreiras para a Rua Alexandre Herculano (nas imediações da Sede), mudança acompanhada de uma realocação interna de funções entre os colaboradores da própria Direcção (com o já referido enriquecimento ao nível da função fiscal).

Entre os objectivos fundamentais para 2007, para além da manutenção e potenciamento das funções já desenvolvidas, estão desde já traçados dois desafios fundamentais:

– Desenvolvimento de um sistema integrado de *reporting* que responda, de uma forma mais eficiente e centralizada, às exigências cada vez mais aprofundadas e diferenciadas de prestação de informação, conjugando os aspectos do sistema de Contabilidade Analítica do Grupo com a informação prestada em base consolidada.

– Notação de *rating*: a evolução positiva observada na actividade desenvolvida ao longo dos últimos anos, que se reflectiu numa consolidação e afirmação das métricas planeadas, constitui-se como uma base relevante para um *upgrade* na notação de *rating* existente – objectivo central para o ano de 2007.

Gestão de Risco e Auditoria

A principal função da Direcção de Risco e Auditoria (DRA) consiste na monitorização, gestão e controlo dos riscos em que o Grupo incorre, no normal desenvolvimento da sua actividade, por forma a salvaguardar os equilíbrios fundamentais do negócio e, consequentemente, os interesses dos seus Clientes e Accionistas.

Com base nas normas e directrizes emanadas pela Comissão Executiva, a DRA estabelece o seu plano de actuação visando a salvaguarda de um nível de exposição aos vários tipos de risco consonante com as opções estratégicas tomadas, particularmente para fazer face ao *Business Plan* delineado, visando a optimização do binómio risco/retorno e protecção dos activos quer do Grupo quer dos seus Clientes.

Nesta perspectiva, a DRA procede à monitorização dos Risco de Mercado (risco de preço e de taxa de juro), do Risco de Liquidez, Risco de Crédito, Risco de Contraparte e Risco Operacional.

À excepção do Risco Operacional, a monitorização dos diversos riscos centra-se, essencialmente, na análise e acompanhamento da carteira própria da instituição. No entanto, o âmbito de actuação da DRA tem-se vindo a alargar ao acompanhamento e monitorização da actividade das áreas de *Asset Management*.

A gestão do Risco Operacional, transversal a toda a instituição, apoia-se num sistema específico que permite uma melhor identificação das áreas ou actividades que representem um nível de risco mais relevante (histórico ou potencial).

Em simultâneo com a Auditoria Baseada no Risco (ABR), a introdução deste sistema representa um poderoso instrumento que vem dotar a auditoria tradicional de uma visão e metodologia cujo enfoque é o Risco Operacional, permitindo uma actuação atempada na implementação de medidas curativas e preventivas dessas fontes de risco.

Recursos Humanos

A lógica de crescimento do quadro de Recursos Humanos, definida no início do quadriénio 2004/2007, manteve uma evolução coerente durante o ano de 2006, que embora não se tenha reflectido numa nova melhoria do rácio [nº colaboradores área negócio/nº colaboradores áreas de suporte], manteve o nível já atingido no ano transacto.

A evolução do seguinte quadro de colaboradores descreve estas alterações:

Área	31/12/2004	Evol. Líquida	31/12/2005	Evol. Líquida	31/12/2006
Administração:					
Nº colaboradores	3	1	4	-	4
% total	2,50%		3,15%		3,00%
***Private Banking*:**					
Nº colaboradores	39	5	44	-1	43
% total	32,50%		34,65%		32,33%
***Corporate Advisory* e *Private Equity*:**					
Nº colaboradores	18	2	20	-3	17
% total	15,00%		15,75%		12,78%
Gestão de Activos e Actividade Seguradora:					
Nº colaboradores	16	-1	15	5	20
% total	13,33%		11,81%		15,04%
Áreas de suporte:					
Nº colaboradores	44	-	44	5	49
% total	36,67%		34,65%		36,84%
TOTAL (Nº colaboradores)	**120**	**7**	**127**	**6**	**133**

Um crescimento centrado no desenvolvimento do negócio e na expansão geográfica da actividade permanecem como resultados visíveis da política de Recursos Humanos, encetada no início do quadriénio. Embora a repartição geográfica desta evolução não traduza devidamente esta realidade, as medidas em curso confirmam esta tendência, acabando 2006 por ser um ano de consolidação, presente numa lógica de progressão futura:

País	31/12/2004	31/12/2005	31/12/2006	Variação	Var. %
Portugal	105	107	114	7	7%
Espanha	11	13	14	1	8%
África do Sul	2	2	1	-1	-50%
Brasil	2	5	4	-1	-20%
TOTAL	**120**	**127**	**133**	**6**	**5%**

O número e horas de acções de formação profissional dos colaboradores manteve-se ao nível do ano trasacto, quer em termos de acções internas, quer em termos de acções externas, depois de um crescimento visível de 2004 para 2005.

É importante salientar que um conjunto de saídas próximo do final do ano impediu que a evolução, ao nível do *Private Banking*, tivesse sido positvo (+1 elemento), e acabasse por ser negativo (-1 elemento), estando os processos de substituição e reforço de equipas em curso no final de 2006.

Ao nível de *Corporate Advisory* e *Private Equity* manteve-se, por opção, o número de profissionais, depois de algumas saídas ocorridas ao longo de 2006. É ao nível da actividade de gestão de activos que se notaram as variações mais evidentes de colaboradores, e embora o *headcount* das áreas de suporte também tenha variado na mesma medida (centrado em funções administrativas), não rompeu com a lógica de controlo e crescimento sustentado de investimento em Recursos Humanos.

Para 2007, está previsto um crescimento orgânico muito significativo, centrado na actividade internacional e áreas de negócio.

Relembramos que, para o quadriénio 2004/2007, os órgãos de gestão do Banco Privado identificaram a área de Recursos Humanos como uma área crítica de sucesso para os desafios que se apresentam neste quadriénio. De forma a garantir a correcta adequação e preparação para os referidos desafios, foi assumida uma política específica para este quadriénio, assente em acções de formação mais frequentes e intensivas, de forma a assegurar e incrementar os elevados níveis de excelência dos colaboradores.

Marketing

O ano de 2006 foi, como não podia deixar de ser, de intensa actividade ao nível da Direcção de Marketing, em grande parte devido às iniciativas decorrentes do 10º Aniversário do Banco, as quais merecerão, por esta razão, um tratamento à parte.

Assim sendo, referiremos as acções fundamentais levadas a cabo em termos de Marketing Institucional, Marketing Operacional e, finalmente, as iniciativas no âmbito do projecto Banco Privado/10 Anos.

Marketing Institucional

- A campanha de publicidade, que entrou no seu 7º ano de veiculação na revista do Expresso, assumiu este ano um carácter verdadeiramente transversal relativamente à sociedade portuguesa, ao contar com a colaboração de figuras nacionais das mais relevantes em domínios tão variados como a Arquitectura, Medicina, Teatro, Literatura, Moda, Pintura e Tauromaquia, entre outros; foi assim que tivemos a oportunidade de ler textos de Alcino Soutinho, Eduardo Barroso, Raúl Solnado, Filipe Lá Féria, Agustina Bessa Luís, Ana Salazar, Julião Sarmento ou Pedrito de Portugal.

  É óbvio que a execução publicitária de 2006 ilustrou, da melhor forma possível, a notável implantação e representatividade que o Banco Privado possui em termos nacionais.

- Os Conselhos Consultivos (Porto e Coimbra) foram expressão do empenho do Banco em aliar reflexão estratégica e acção comercial local muito personalizada.

- As conferências promovidas ao longo do ano, em conjunto com alguns dos nossos parceiros de negócio (PLMJ, Raiffeisen, Lehman Bros.), tiveram o seu ponto alto com o ciclo de conferências do Presidente Fernando Henrique Cardoso (em colaboração com a Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento e a Fundação João Soares).

Marketing Operacional

A acção desenvolvida em termos de Marketing Operacional teve, este ano, um particular reflexo na colaboração prestada ao *Private Banking,* em relação à rede de Consultores Comerciais.

De facto, para além da colaboração habitual (formação, mini-eventos, mini-seminários, canal clientes, canais alternativos, etc) houve, em 2006, um empenho particular face à rede de consultores, no sentido de a agilizar, tornando-a mais eficiente e eficaz, numa tentativa simultânea de renovação e fidelização.

Os resultados obtidos foram satisfatórios, mas constituíram apenas o início de um processo que se prolongará certamente pelo ano de 2007.

Banco Privado/10 Anos

Cabe aqui realçar algumas iniciativas que, no seu conjunto, contribuíram para ilustrar os dez anos de vida do Banco:

• Concertos Mariza

Pode dizer-se que as comemorações do 10º aniversário tiveram início com os dois concertos promovidos na Casa da Música (15 e 16 de Fevereiro), por ocasião do Conselho Consultivo que teve lugar no Porto.

Em 22 de Maio, realizou-se idêntico concerto no Centro Cultural de Belém, data que marcou, aliás, formalmente o aniversário do Banco.

O brilho que estes espectáculos assumiram e o entusiasmo com que foram aplaudidos por cerca de 4000 convidados, foi prova da admiração do público por Mariza e ilustraram bem as comemorações do Banco.

• *Ellipse Foundation*

Houve uma grande actividade no campo das artes plásticas centrada em torno da *Ellipse Foundation*:

- Em 22 de Maio, houve a apresentação pública da *Ellipse Foundation Art Centre* em Alcoitão, que contou com a presença de numerosos convidados, para além de várias entidades, onde cabe destacar o Sr. Presidente da Câmara de Cascais Dr. António D'Orey Capucho.

- Em 15 de Outubro, tiveram lugar duas importantes exposições – no *Art Centre* da *Ellipse Foundation* em Alcoitão e no Centro Cultural de Cascais – que assinalaram a inauguração do Espaço Expositivo da Fundação.

  Refira-se que a exposição em Alcoitão foi inaugurada por Sua Excelência o Senhor Presidente da República Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva, para além de ter contado com a presença de numerosos e notáveis membros da comunidade artística mundial (artistas, críticos, galeristas, responsáveis de museus e coleccionadores), para além do patrocínio do Sr. Presidente da Câmara de Cascais, Dr. António Capucho.

• Conferências/Profº Fernando Henrique Cardoso

Deslocou-se a Portugal, a convite do Banco Privado, o Profº Fernando Henrique Cardoso, Ex-Presidente do Brasil.

No âmbito da sua visita, o Professor Fernando Henrique Cardoso proferiu duas importantes conferências em Lisboa e em Cortes (Leiria) que o Banco Privado promoveu, em conjunto com (respectivamente) a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e a Fundação João Soares.

Controlo de Gestão

A Direcção de Controlo de Gestão tem como missão a concepção, implementação e melhoria contínua do modelo de informação de gestão do Grupo Privado Holding.

A evolução de cada uma das Áreas de actuação (*Private Banking*, *Corporate Advisory* e *Private Equity*) e a expansão geográfica do Banco (actualmente presente em Portugal, Espanha, África Austral e Brasil), exigem uma perspectiva individualizada de cada uma das actividades e localizações no que respeita a objectivos de posicionamento, de crescimento e de rentabilidade.

Este contexto de crescimento e diversificação geográfica levanta um desafio relevante à monitorização individualizada e, em simultâneo, à visão integrada da actividade desenvolvida, bem como do alinhamento dos resultados alcançados com os objectivos estratégicos definidos.

Em 2006, a actividade desta Direcção foi centrada nos seguintes aspectos principais:

- apoio à definição das orientações estratégicas, considerando diferentes horizontes temporais;
- desenvolvimento do processo anual de planeamento e orçamento, em conjunto com os responsáveis das Áreas/Plataformas Geográficas;
- preparação periódica de informação relevante ao acompanhamento dos objectivos definidos por Área de Negócio e localização geográfica;
- validação, uniformização e desenvolvimento dos conceitos e das regras de negócio relevantes para a monitorização da actividade;
- desenvolvimento dos critérios analíticos com o objectivo de suportar um grau mais exigente de controlo e gestão de proveitos e custos.

Em 2007, a Direcção de Controlo de Gestão irá dar continuidade ao trabalho que tem vindo a desenvolver, tendo sido estabelecidos como objectivos centrais: o desenvolvimento da medida de rentabilidade de cada Área/Plataforma Geográfica; monitorização do Plano Quadrienal 2004/2007 e preparação do Plano Quadrienal 2008/2011.

Assessoria Jurídica

A forte expansão a nível global da actividade do Grupo **Privado Holding**, trazendo novos desafios durante o ano de 2006, levou a um intenso e criativo trabalho na área de assessoria jurídica.

Constatou-se, por um lado, um recurso permanente aos serviços jurídicos pelas diferentes áreas de negócio estratégicas do Banco: *Private Banking*/*Corporate Advisory*/*Private Equity* e, por outro lado, um aumento exponencial das solicitações pelas diversas áreas, com destaque para o Imobiliário e *Private Equity*. Esse facto deveu-se à necessidade de acompanhamento e continuidade dos projectos já iniciados, bem como à garantia de um elevado rigor jurídico nos novos projectos.

Encontrando-se já sedimentado o processo de reestruturação do Grupo, iniciado em 2004 e a segregação entre as áreas bancária e não bancária do **Banco Privado Português**, iniciou-se agora uma nova etapa nesse processo, com o alargamento (embora em fase embrionária), a novas áreas. Foi possível alcançar esse objectivo graças à grande interacção entre diferentes Direcções não só do Banco como de todo o Grupo. Assim, deu-se início a um processo de alargamento do âmbito de actuação da Privado Fundos Sociedade Gestora de Participações Mobiliárias, S.A., tendo já dado entrada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários um requerimento para a constituição do primeiro fundo de investimento imobiliário e, simultaneamente, reactivou-se a sua actividade junto das entidades de supervisão (Comissão de Mercados de Valores Mobiliários e Banco de Portugal).

Ainda no plano das sociedades do Grupo, é de salientar a crescente actividade da Imoprivado – Sociedade Imobiliária, S.A., em projectos de investimento imobiliário não só a nível nacional, como também internacional, incluindo a criação de parcerias ibéricas com sociedades neste ramo de actividade, as quais resultaram na criação de novas estruturas societárias.

Pode-se, assim, afirmar que a evolução do Grupo **Privado Holding** demonstra um crescimento mais acentuado nas suas áreas de especialização. A nível da actividade de *Private Equity*, esta passou para um novo patamar, caracterizado pela consolidação e pelo proeminente crescimento, nomeadamente pela constituição de um novo veículo de investimento *Liminorke SGPS S.A.*, o que requereu uma maior solicitação de apoio jurídico (um pouco à semelhança do que se passou com as demais áreas de negócio, em que se registou uma crescente interdependência com a área jurídica).

Para o ano de 2007 perspectiva-se, novamente, um incremento da actividade jurídica, com intensificação das solicitações de apoio legal, uma vez que é cada vez mais crucial um acompanhamento constante de toda a actuação das diversas áreas de negócio. Mais concretamente: apoio ao nível do Grupo **Privado Holding** com a criação (em curso) da Privado Seguros – Corretores e Consultores, S.A. e a constituição de uma sociedade gestora de participações sociais na área de imobiliário, a qual irá deter grande parte das participações financeiras da área imobiliária do Grupo.

Em cumprimento da Instrução nº 22/2001, publica-se o seguinte Documento de Gestão e Controlo de Risco.

Gestão e Controlo de Risco

A gestão e controlo de risco do Grupo são da responsabilidade da Direcção de Risco e Auditoria (DRA).

Esta direcção tem como princípio orientador a salvaguarda de um nível de exposição aos vários tipos de risco, coerente com as opções estratégicas tomadas, com base nas directivas da Comissão Executiva e para fazer face ao *Business Plan* delineado.

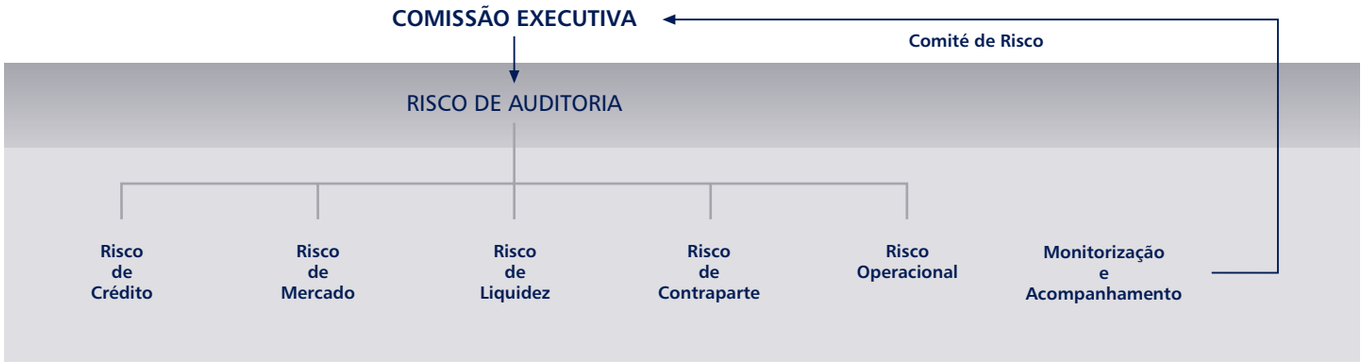
Procurou-se, assim, concorrer de modo determinado para a homogeneização de critérios e políticas, através da criação de uma estrutura única, com capacidade de resposta às necessidades das várias áreas do Grupo.

Mantendo este posicionamento, e tendo por base o *know-how* e experiência interna adquirida da equipa de *Risk Management*, o Banco Privado Português implementou um modelo de gestão e controlo de riscos integrado, eficaz e adaptado à realidade do seu negócio, visando:

- o desenvolvimento de políticas de risco de acordo com os objectivos estratégicos e de negócio delineados;
- a salvaguarda da solvabilidade financeira – assegurando que os níveis de exposição a cada momento, respeitam integralmente os limites aprovados numa óptica de maximização do binómio risco/retorno;
- a adaptação das análises e indicadores de risco às permanentes alterações na envolvente de negócio.

Estrutura Organizacional

A actividade de gestão e controlo de riscos desenvolve-se numa base de cooperação e de total segregação de funções com as áreas gestoras e operacionais da instituição, com o objectivo de assegurar a independência da mesma na prossecução de um objectivo comum: a defesa dos interesses da instituição e dos seus Clientes.



A Comissão Executiva, mediante plano e proposta do Comité de Risco, aprova as linhas mestras que pautam a actividade de *Risk Management*, bem como as condições necessárias à sua implementação: estrutura organizacional, procedimentos e normas internas, sistemas e modelos para medição do risco e estabelecimento de limites, sistemas de informação e de controlo.

A DRA é responsável por supervisionar a implementação da política geral de riscos aprovada, e por assegurar que os níveis de exposição ao risco, a cada momento, são consistentes com a estratégia previamente delineada.

No sentido de assegurar que o risco é monitorizado e gerido de forma adequada, em cada fase e em cada área de actuação do Banco, a função de *Risk Management* encontra-se repartida por tipo de risco: crédito, mercado (preço e taxa de juro), operacional, liquidez, e contraparte.

No Grupo Privado Holding, a função de gestão e controlo de riscos é uma função de suporte à Comissão Executiva.

Gestão de Risco de Crédito

Os riscos inerentes à carteira de crédito a clientes são pouco expressivos na actividade do Grupo, pois a instituição segue uma política de concessão de crédito, essencialmente destinada ao reforço de carteiras sob gestão.

É também política do Grupo que o crédito concedido seja totalmente colateralizado por activos financeiros com elevada liquidez que se encontrem à guarda da mesma, exigindo-se um nível de cobertura superior à dimensão do crédito.

Desta forma, consegue-se alcançar um grau de cobertura da carteira de crédito muito superior à dimensão do mesmo e com um elevado nível de convertibilidade.

Não obstante, o **Banco Privado Português** tem implementado um sistema de gestão e controlo do risco de crédito bastante rigoroso, alargando o conceito aos riscos de formalização, legal e fiscal.

A gestão do risco de crédito é realizada em cada uma das suas fases (análise, aprovação e monitorização), envolvendo todos os participantes no processo de decisão, desde os *Private Bankers* (responsáveis pela angariação do risco), passando pela DRA, até à Comissão Executiva, órgão que decide a estratégia de risco a implementar e concede a aprovação final. Este modelo de funcionamento permite uma gestão diária muito apurada, assegurando o envolvimento dos vários intervenientes, ao longo do ciclo de vida do risco e salvaguardando os critérios de independência.

Neste contexto, a DRA assume um papel consultor e de reporte, que visa fornecer à Comissão Executiva, toda a informação necessária para que as medidas certas sejam tomadas em tempo útil:

- Submetendo à Comissão Executiva a adopção de medidas que, em conformidade com as melhores práticas do sector e com as recomendações das entidades de supervisão, assegurem a cada momento a correcta identificação, quantificação, monitorização e controlo do risco de crédito.

- Procurando assegurar um nível de risco de crédito adequado, acompanhando de perto e participando no processo de análise e aprovação da tomada de risco.

A optimização e controlo da qualidade do risco da carteira de crédito a clientes, está sob responsabilidade das áreas comercias em estreita colaboração com a DRA.

A DRA conduz permanentemente uma análise de toda a carteira de crédito com o objectivo de identificar atempadamente qualquer situação que possa afectar o risco de crédito do Banco, para assim decidir quais as medidas mais eficazes a serem tomadas.

Gestão de Risco de Mercado

Neste âmbito a DRA tem como principal função a avaliação, controlo e monitorização dos riscos de mercado inerentes à actividade desenvolvida.

O risco de mercado é entendido como o risco de eventuais perdas associadas a alterações adversas no valor de um instrumento financeiro, como consequência de variações de taxas de câmbio, taxas de juro ou preços.

A gestão de risco de mercado é feita de modo integrado com a gestão de activos e passivos (ALM).

Ao nível do risco de mercado, o principal elemento de avaliação de riscos consiste na estimativa das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, recorrendo-se para isso à metodologia *Value at Risk* (*VaR*), através de estimativas baseadas no modelo de variâncias/co-variâncias.

Durante este ano procedeu-se à implementação de um novo sistema de avaliação de Risco de Mercado, baseado em volatilidades históricas – HSVaR (*Historical Simulation VaR*).

Neste novo sistema, passou-se a utilizar nas análises um intervalo de confiança de 99%, considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis.

São igualmente efectuadas análises de sensibilidade, suportadas por *duration-based indicators*, bem como a produção de indicadores que combinam o *VaR* com os limites de perda máximo definidos. Complementarmente são elaboradas análises de *Risk-Return*, que numa perspectiva de *back-testing*, permitem aferir do ajuste do modelo à realidade, bem como obter medidas de rendibilidade por unidade de risco.

Os níveis de *VaR* autorizados, os limites de perda máxima definidos, e os critérios de análise praticados, são estabelecidos pela Comissão Executiva e monitorizados diariamente pela DRA.

Regularmente, é produzido um documento de Risco onde se apresenta à Comissão Executiva as conclusões das análises supra mencionadas.

Gestão de Risco de Taxa de Juro

Quer pela natureza do negócio da instituição, quer por opção estratégica, o Grupo tende a utilizar instrumentos de taxa de juro variável e de curta duração, procurando reduzir, ao máximo, este tipo de risco.

Desta forma, o recurso a instrumentos com durações superiores é pontual e resulta de decisões de investimento numa perspectiva de *trading* que, pela sua natureza, são posições detidas por prazos reduzidos.

A gestão de risco de taxa de juro é da responsabilidade da Direcção de Mercados, cabendo por seu turno à Direcção de Risco e Auditoria o acompanhamento e monitorização dos níveis de risco, bem como a apresentação de relatórios que permitam um acompanhamento mais eficiente deste pela área gestora.

A análise deste tipo de risco é realizada com base nas posições de balanço, numa óptica consolidada, onde são consideradas as rúbricas activas e passivas relevantes. Os relatórios de análise resultantes são parte integrante do Comité de Risco.

Gestão de Risco de Liquidez

A manutenção de uma forte capacidade de liquidez tem sido uma opção estratégica do Grupo.

Na monitorização do risco de liquidez, a Direcção de Risco e Auditoria acompanha periodicamente a evolução dos níveis de liquidez geral da instituição, produzindo relatórios sobre a sua e respectivos riscos.

A metodologia utilizada é o *liquidity gap analysis*.

Em complementaridade, esta Direcção acompanha a capacidade de financiamento da instituição junto de outras instituições financeiras.

Gestão de Risco de Contraparte

Regra geral, o Grupo não apresenta exposição significativa a este tipo de risco. Na realidade, as contrapartes com as quais transacciona, sendo de primeira linha e com notação de *rating* claramente acima do que normalmente se designa por *investment grade*, assegurando à partida um confortável grau de segurança.

Para a determinação de limites de exposição ao risco de contraparte, o Grupo recorre a um *software* interno de notação de *ratings (BPP Scoring Model)*, do qual e em combinação com análises detalhadas, resulta uma grelha geral de limites de exposição ao risco de contraparte.

Nesta vertente, é importante salientar que, para as operações que envolvem valores mobiliários, o Grupo recorre a instituições internacionais para assegurar os serviços de custódia e *settlement* dos mesmos. Estas instituições seguem, na sua generalidade, uma política de *payment against delivery*, o que se traduz numa drástica redução do risco de contraparte, associado a este tipo de transacções.

A grelha de limites de exposição ao risco de contraparte passa pela aprovação da Comissão Executiva, sendo também delineados níveis de aprovação especiais para eventuais necessidades (devidamente justificadas e analisadas) de incremento de envolvimento para além dos limites estabelecidos.

Sempre que se registe uma alteração das condições de solidez de uma instituição, procede-se à revisão imediata dos pressupostos que fundamentam a atribuição do nível de risco dessa instituição, sendo uma opção válida a suspensão imediata de todos os limites de exposição, sempre que tal se entender necessário.

A monitorização da liquidação das operações é realizada pelo *Back Office* que, aquando da ocorrência de qualquer irregularidade, prontamente notifica as áreas gestoras, a Direcção de Risco e Auditoria e a Comissão Executiva.

Sendo sistemática a monitorização do cumprimento dos limites aprovados, sempre que se verifique uma ultrapassagem destes para além das competências de validação dos mesmos, é imediatamente despoletada uma Comunicação Interna para a Comissão Executiva, dando conhecimento da dita situação de excepção.

Gestão de Risco Operacional

O Risco Operacional é internamente definido como a estimativa de perdas – directas ou indirectas – resultantes de processos internos, falhas de pessoas, sistemas inadequados e eventos externos.

A quantificação dos riscos operacionais possibilita estabelecer critérios qualitativos/quantitativos entre os diversos processos e as categorias de risco, complementando, de uma forma mais robusta, as políticas de controlo interno.

Desta forma, optou-se por se classificar os diversos riscos operacionais, de acordo com uma matriz própria.

De uma forma genérica, o objectivo do sistema de risco operacional implementado consiste na avaliação de riscos e medição de perdas operacionais, visando:

- A identificação e avaliação das perdas operacionais – permitindo o desenvolvimento de políticas de actuação que visem a mitigação dos riscos operacionais mais significativos.

- A prevenção dos riscos operacionais – o módulo de *Self Assessment* permitirá antecipar situações potenciais de risco, possibilitando uma actuação preventiva.

Compliance

No universo do **Banco Privado Português**, o conceito de *Compliance* é transversal a toda a instituição, sendo exigido a todos os seus colaboradores um padrão de conduta que assegure o cumprimento rigoroso de todas as disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis à actividade bancária, financeira e de intermediação.

Na prossecução de elevados princípios éticos e deontológicos, encontra-se implementado um Regulamento Interno sobre normas de conduta que visa orientar e incentivar os seus colaboradores, no cumprimento deste objectivo.

De acordo com este entendimento, existem dentro do Grupo vários elementos que, de acordo com a sua especialização profissional e com o seu grau de responsabilidade dentro da mesma, desempenham e asseguram o cumprimento de todas as obrigações que são exigidas à instituição, actuando como *Compliance Officers* e reportando ao *Head of Compliance* qualquer irregularidade ou insuficiência detectada, no âmbito do desempenho das suas funções.

Estes elementos actuam de forma coordenada, interagindo e formando grupos de trabalho sempre que seja necessária a análise de questões e/ou delinear orientações associadas a estas matérias.

Ellipse FOUNDATION

expressão na arte

Desde o seu lançamento que o Banco tem manifestado o maior interesse pela cultura, particularmente pelas artes plásticas: é fundamental uma referência à Colecção de Arte Contemporânea do **Banco Privado** que esteve depositada na Fundação de Serralves, de que o banco é membro fundador, e cuja exposição no museu de Serralves, em 2001, constituiu um enorme êxito, tendo sido visitada por mais de 20.000 pessoas.

Por outro lado, o Presidente do **Banco Privado** é reconhecidamente um notável coleccionador de arte e mecenas, tendo doado à Fundação de Serralves a emblemática escultura *Plantoir,* da autoria de Claes Oldenburg e Coosje van Brugen, que está implantada nos jardins da Fundação e já foi capa de diversas publicações, incluindo uma, do Metropolitan Museum de Nova Iorque.

É neste contexto, que o **Banco Privado** entendeu incrementar a sua participação na arte contemporânea, pela constituição da *Ellipse Foundation*, que tem como objectivo criar uma das mais importantes colecções de Arte Contemporânea do século XXI – a *Ellipse Contemporary Art Collection*.

Em 22 de Maio, inaugurou-se o *Art Center* da *Ellipse Foundation* em Alcoitão, que teve projecção internacional com a inauguração, em 15 de Outubro, de uma notável exposição, inaugurada pelo Senhor Presidente da República, e que contou com a presença de numerosos convidados da comunidade artística internacional (artistas, galeristas, coleccionadores e críticos de arte).

10
anos

Análise das Demonstrações Financeiras da Privado Holding

Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

A indispensável adopção das IAS/IFRS pelo Grupo **Privado Holding**, no ano de 2006, alterou a estrutura de apresentação das Demonstrações Financeiras (e algumas políticas contabilísticas) observada no ano transacto.

Seguindo o modelo de análise e apresentação das Demonstrações Financeiras que tem vindo a ser seguido ao longo dos últimos anos (neste capítulo), a análise seguinte compara directamente as Demonstrações Financeiras observadas no ano transacto (devidamente adaptadas, em pró forma, de acordo com as IAS/IFRS, embora com detalhes adicionais para tornar efectiva a comparabilidade) com as Demonstrações Financeiras IAS/IFRS de 2006, ressalvando sempre os impactos (algo limitados, conforme adiante se verá) valorimétricos que advieram da implementação das IAS/IFRS.

2006 – Mercados Financeiros e Conjuntura Económica

A análise da conjuntura económica em 2006 evidencia alguma tendência de convergência da realidade nacional com a internacional, embora as diferenças permaneçam evidentes.

Contudo, as evoluções face a 2005 permitem aferir uma tendência de melhoria:

Plano Internacional	Plano Nacional
Expansão económica sustentada – média de crescimento do PIB mundial em 2006 de cerca de 5% (>4% em 2005)	Expansão económica ainda débil, embora com sinais positivos de evolução (crescimento do PIB de cerca de 1,3% em 2006, perto de 0,8% em 2005)
China (Δ PIB 10,7% em 2006), Indía (Δ PIB > 10% em 2006), EUA (Δ PIB 3,4% em 2006), novos membros da União Europeia e América Latina continuam a dinamizar crescimento mundial	Procura interna e investimento (especialmente construção) ainda em plano negativo, embora a envolvente externa favorável, a melhoria do rendimento disponível das famílias e projectos de investimento em curso, com alguma dimensão, estejam a contribuir para um clima mais favorável (mais optimista)
Zona Euro com melhorias (Δ PIB 2,6% em 2006, 1,3% em 2005), especialmente consumo privado, Japão já em ciclo positivo (ainda abaixo de 0,5%)...	Taxa de desemprego controlada após anos de agravamento (agora 7,5% a 8%), e medidas de saneamento da dívida pública com impacto imprevisível
... mas E.U.A. estão em nítida desaceleração	Exportações permanecem como pólo dinamizador

Apresentando aquelas que são apontadas como as causas para a evolução observada:

Plano Internacional	Plano Nacional
Natureza expansionista das políticas internacionais	Políticas de consolidação orçamental com resultados do lado da receita
Comportamento favorável dos mercados financeiros	... com repercussão limitada em Portugal, embora as últimas operações de M&A se estejam a mostrar polarizadoras e mobilizadoras dos agentes económicos
Expansão dos negócios e perspectivas favoráveis para empresas, que continuam a apresentar resultados positivos e a manter níveis de emprego	Competitividade da economia portuguesa ainda em causa, ameaçada pela globalização, alargamento e lenta recuperação da U.E.
Aumentos significativos dos preços do Petróleo (média por barril de USD 38 em 2004, USD 55 em 2005, USD 65 em 2006, embora o ano tenha encerrado perto de USD 55) e das matérias primas, com impacto ainda sentido na economia portuguesa	

Algumas pressões inflaccionistas são também evidentes na economia mundial, face à recuperação evidente da actividade (reflectida no PIB mundial), a um aumento da utilização das capacidades produtivas instaladas de uma forma geral, e ainda aos preços das energias observados nos meses iniciais de 2006, (embora os sinais de abrandamento, que são hoje evidentes na economia norte americana, de alguma forma contenham estas pressões).

Ao nível dos principais indicadores e mercados financeiros, 2006 manteve alguns contrastes, embora menos evidentes que em 2005:

Taxas de Juro	Taxas de Câmbio	Mercados de capitais
Subida generalizada das taxas da Zona Euro (directoras e de mercado): + 125/130 b.p. (agora cerca de 4%), mas estabilizadas nos E.U.A.: 5,25%, contidas pelo arrefecimento do sector da construção nos E.U.A.. Japão: 0,25%	Invertendo o observado em 2005, Euro valorizou-se em 2006 face a um cabaz significativo de moedas:	Novo crescimento generalizado e assinalável dos índices bolsistas internacionais, incluindo também dos mercados norte-americanos (algo desalinhado em 2005):
Evolução das margens segue num sentido de estreitamento, embora continuem a observar-se flutuações importantes	Dólar EUA : + 12% (-12,6% 05) Iene Japão: +13% (-0,5% 05) Real Brasil: +2,5% (-24,1% 05)	CAC 40 (França) +18% (+23% 05) DAX (Alemanha) +22% (+27% 05) Ibex (Espanha) +32% (+18% 05) PSI 20 (Portugal) +30% (+13% 05)
Yield dos títulos de dívida pública: EUA – 4,5%, + 10 b.p. face a 2005 EUR – 3,9%, + 64 b.p. face a 2005	Libra Esterlina: -2% (-2,8% 05)	Nasdaq (EUA) +10% (+1% 05) S&P 500 (EUA) +14% (+3% 05) Dow Jones (EUA) +16% (-1% 05)

De facto, os movimentos observados em 2006 nos mercados de capitais, com tendências evidentes para concentrações e M&A, animaram fortemente os principais indíces bolsistas, sendo um indicador evidente da existência de oportunidades de aquisição (e ainda de alguma sub-valorização de activos), o que leva a antever um 2007 positivo (embora as fortes taxas de crescimento dos dois anos anteriores não permitam antecipar se se manterão os elevados níveis observados).

Finalmente, ao nível do sector bancário português, os resultados, até agora conhecidos, dos principais grupos financeiros portugueses, demonstram que 2006 foi mais um ano de crescimento claramente acima da média nacional, ainda marcado pela OPA BCP/BPI.

Entre as razões, geralmente apontadas para esta *performance,* destacamos novamente a manutenção das taxas de juro das principais moedas em níveis reduzidos (apesar dos aumentos de 2006, continuam em níveis muito contidos), uma penetração cada vez mais expressiva do sector financeiro no quotidiano nacional (impulsionada pela diversidade das necessidades financeiras específicas das empresas e famílias portuguesas), bem como pela introdução de produtos e serviços financeiros cada vez mais sofisticados (junto de uma sociedade ainda algo "tradicionalista", no recurso ao mercado financeiro).

2006 – Actividade Desenvolvida

Nesta conjuntura, uma vez mais o Grupo **Privado Holding** prosseguiu a sua actividade, fiel à estratégia de sempre, numa rota de afirmação, consolidação e crescimento contínuo no sector financeiro português.

O cumprimento dos objectivos de execução orçamental, alicerçado no alargamento da base de clientes e numa estrutura accionista coesa e comprometida com as estratégias delineadas, evidenciou uma vez mais uma menor dependência de resultados em operações financeiras (com um carácter menos previsível), e um crescimento ainda mais forte dos proveitos de carácter recorrente (comissões líquidas e margem financeira).

A variação dos custos operacionais, indispensáveis e incontornáveis numa fase de expansão tão acentuada da actividade (especialmente ao nível da actividade internacional – Espanha e Brasil), foi também claramente inferior aos proveitos decorrentes desta variação.

A recente atribuição dos prémios da revista *Euromoney*, distinguindo a actividade desenvolvida nas áreas de *Private Equity* e *Real Estate* são um reconhecimento muito justo para a excelente *performance* destas áreas.

A actividade de *Private Equity* contribuiu, uma vez mais de forma notável, para os resultados conseguidos e para o aumento do Produto Bancário:

– o veículo *Kendall Develops, S.A.* (veículo de investimento em empresas de concessões rodoviárias, criado em 2005, e com o capital duplicado em 2006), além de uma valorização muito forte em 2006 para os respectivos accionistas, contribuiu muito positivamente para a base de proveitos recorrentes do Grupo;

– o novo veículo de 2006 *Liminorke, SGPS, S.A.* (veículo de investimento em empresas do sector energético), além de uma valorização notável nos seus dois (ainda curtos) meses de existência em 2006, confirma a vitalidade desta actividade e amplia os contributos já referidos ao nível da *Kendall Develops, S.A.*;

– os veículos de investimento na sociedade Jerónimo Martins SGPS (*Strand Ventures Incorporated*/*Ashurst Management Limited* e *Zenith SGPS SA*) valorizaram-se extraordinariamente em 2006 e foram realizadas operações que permitiram "devolver" aos investidores a quase totalidade dos capitais desembolsados, sem comprometer minimamente as rentabilidades entretanto alcançadas.

Refira-se que novas ofertas estão já a ser ultimadas, confirmando a vitalidade desta actividade e afirmando o contributo notável para os resultados alcançados.

A actividade de *Real Estate* apresentou também uma vitalidade ímpar em 2006, assim como um contributo muito tangível para a execução alcançada. Com uma carteira de investimentos imobiliários já muito alargada (nesta fase focalizada em Portugal e no Brasil), destacamos dois investimentos que contribuiram, de uma forma muito visível, para os proveitos de 2006:

– Algarve, onde se destacou o projecto de investimento da zona de Vila do Bispo;

– Brasil, S.Paulo, onde destacamos a participação no empreendimento Cidade Jardim.

Estão em carteira numerosos outros projectos, que permitem encarar com grande optimismo o futuro contributo desta área para a *performance* do Grupo.

Uma vez mais, apesar de 2006 se ter constituído como um marco ímpar ao nível destas actividades (com todos os eventos assinalados e, especialmente ao nível de *Real Estate*), a base já alcançada – e que possibilitou um notável nível de proveitos da mesma – assume já um carácter recorrente e sustentado para o futuro (e não apenas delimitado ao exercício findo, além de produzir sinergias óbvias para a actividade de outras áreas).

A actividade de *Private Banking* permanece como a actividade fundamental de todo o Grupo: em 2006, uma vez mais, foram superados todos os objectivos de captação e crescimento dos volumes sob gestão, bem como de base de proveitos, afirmando a notável evolução do "comissionamento" líquido do Grupo.

O contínuo desenvolvimento de novos mercados, a prestação de serviços financeiros inovadores, uma oferta muito diferenciada e um crescimento evidente da actividade são próprios de um período de forte investimento e crescimento; por outro lado a capitalização do Grupo afirmou-se novamente como um dos pilares essenciais desta actividade, no sentido de confortar os nossos Clientes quanto à defesa do respectivo património, bem como na redução da volatilidade do retorno dos Accionistas (o que tem contribuído decisivamente para a consolidação destas duas bases fundamentais – Clientes e Accionistas).

Cremos que já não existirão dúvidas que, face aos cenários macroeconómicos observados nos últimos anos, a capitalização alcançada para o Grupo foi fundamental para a criação da base de actividade alcançada (especialmente tendo em conta a juventude do **Banco Privado** e do Grupo **Privado Holding**), e cremos inclusivamente que já se colocam novos desafios nesta matéria (com os requisitos que advêm da manutenção da tendência de crescimento do activo que se observa).

As Demonstrações Financeiras, em base consolidada, apresentam uma *performance* global ajustada aos objectivos ambiciosamente definidos, confirmando-se assim a salvaguarda e prossecução das orientações estratégicas do Grupo.

I – Análise de Balanço

I.1 – Rúbricas Patrimoniais Activas

(EUR)	Valores Consolidados				
Activo	**31-Dez-06**	**% ALT**	**31-Dez-05**	**% ALT**	**Δ %**
Activos de liquidez imediata	248.697.193	15,5%	103.525.450	8,3%	140%
Cx e disponib. em Bancos Centrais	5.970.097	0,4%	6.618.611	0,5%	-10%
Disponib. e outros créditos s/ I.C.s	242.727.096	15,1%	96.906.839	7,8%	150%
Créditos sobre clientes	303.167.774	18,9%	311.022.059	24,9%	-3%
Activos financeiros:	418.183.381	26,1%	306.385.646	24,6%	36%
Detidos para negociação	120.917.128	7,5%	91.896.069	7,4%	32%
Ao justo valor através de resultados	257.470.886	16,0%	206.625.270	16,6%	25%
Disponíveis para venda	28.375.459	1,8%	7.276.807	0,6%	290%
Não correntes detidos para venda	11.419.908	0,7%	587.500	0,0%	1844%
Filiais e associadas excluídas de consolidação	1.419.984	0,1%	214.469	0,0%	562%
Propriedades de investimento	398.828	0,0%	0	0,0%	-
Activos tangíveis e intangíveis	13.449.292	0,8%	10.891.773	0,9%	23%
Activos por impostos correntes e diferidos	9.299.460	0,6%	6.998.363	0,6%	33%
Vendas a prazo de títulos	596.304.606	37,2%	506.438.251	40,6%	18%
Outros activos e contas de regularização	13.664.859	0,9%	2.216.613	0,2%	516%
Total do Activo	**1.604.585.377**	**100%**	**1.247.692.624**	**100%**	**29%**

ALT – Activo Líquido Total

- Seguindo a realidade já observada nos anos transactos, o total do activo líquido cresceu novamente, de forma acentuada, em 2006 (29%).

- A origem da variação observada – aproximadamente 357 milhões de euros – centrou-se nas disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito (150% de crecimento), activos financeiros (fundamentalmente títulos, 36% de crescimento) e um recurso ainda mais intenso a operações de venda a prazo de títulos (18% de crescimento). Globalmente, estas três rúbricas representam mais de 78% do activo líquido total.

- O aumento da carteira de activos financeiros ao justo valor, através de resultados, está directamente relacionado com o crescimento da carteira de clientes de carácter institucional. Todavia, o crescimento dos activos financeiros detidos para negociação foi igualmente marcante, embora investindo sempre em activos com *rating,* igual ou superior ao do próprio Banco Privado.

- A redução dos descobertos em depósitos à ordem explicam a redução observada em crédito sobre clientes, embora a carteira de financiamento e linhas de crédito concedidas tenha crescido sensivelmente (abaixo dos 10%) em 2006.

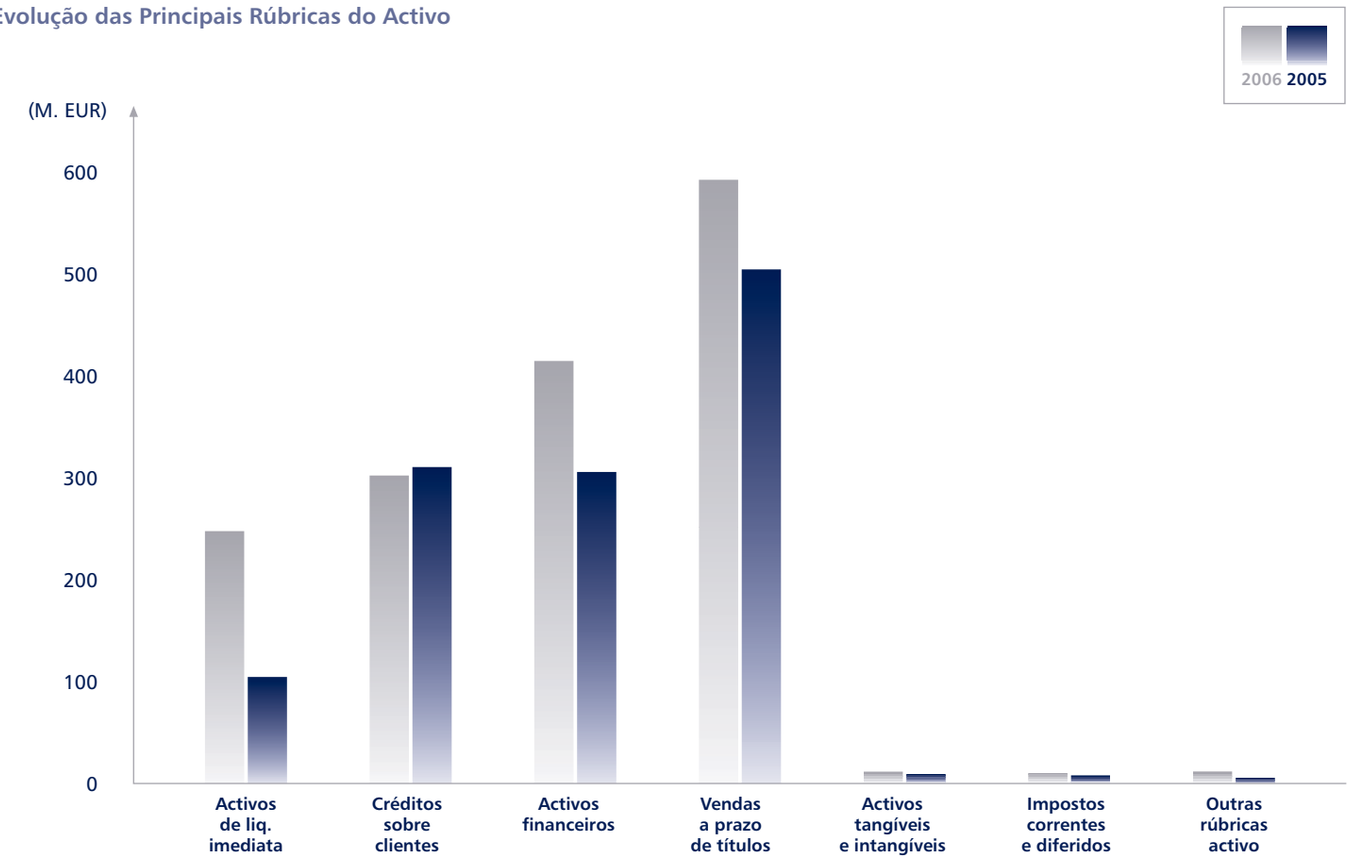
- A rúbrica "Vendas a Prazo de Títulos" é composta por títulos já alienados, fundamentalmente por conta de clientes, cuja liquidação financeira (a que se refere o saldo desta rúbrica) ocorre nos 2 meses, subsequentes à data da sua contratação.

- O contributo decisivo das equipas de *Asset Management* assumiu-se uma vez mais como um pilar importante para a contínua afirmação da marca Banco Privado, como uma marca de referência no negócio de *Private Banking*, que se reviu no crescimento do volume dos patrimónios sob gestão e/ou depositados junto do Banco (crescimento próximo de 39%) – corolário da competitividade e adequação dos serviços financeiros oferecidos (bem espelhadas nos resultados proporcionados por estes serviços).

- A transposição destes mesmos princípios para a gestão dos activos próprios, proporcionaram mais uma vez resultados financeiros assinaláveis, com os quais se prossegue um *track-record* consistente, e que continua a contribuir decisivamente para a fidelização e ampliação ainda mais acentuada da base de clientes.

Em síntese desta análise das rúbricas patrimoniais activas, apresentamos o gráfico seguinte que ilustra as variações observadas e a importância de cada rúbrica no activo consolidado.

Evolução das Principais Rúbricas do Activo



I.2 – Rúbricas Patrimoniais do Passivo e Situação Líquida

I.2.1 – Passivo

(EUR)	Valores Consolidados				
Passivo	**31-Dez-06**	**% ALT**	**31-Dez-05**	**% ALT**	**Δ %**
Débitos para com instituições de crédito	265.191.148	16,5%	201.069.240	16,1%	32%
Depósitos de clientes	416.580.515	26,0%	300.526.102	24,1%	39%
Passivos financeiros de negociação	674.302	0,0%	0	0,0%	-
Compras a prazo de títulos	692.208.401	43,1%	529.861.900	42,5%	31%
Passivos por impostos correntes e diferidos	1.965.877	0,1%	1.913.900	0,2%	3%
Passivos subordinados	7.517.975	0,5%	7.519.930	0,6%	0%
Outros passivos	2.356.305	0,1%	454.207	0,0%	419%
Total do Passivo	**1.386.494.523**	**86%**	**1.041.345.279**	**83%**	**33%**

ALT – Activo Líquido Total

- Variação também assinalável nas rúbricas de Passivo em 2006 – aproximadamente 345 milhões de euros – centrada em depósitos de clientes (39% de crescimento), embora os débitos para com instituições de crédito (32% de crescimento) e o recurso mais intenso a operações de compra a prazo de títulos (31% de crescimento) sejam igualmente muito significativas para explicar a variação observada. Globalmente, estas 3 rúbricas representam 99% do passivo total.

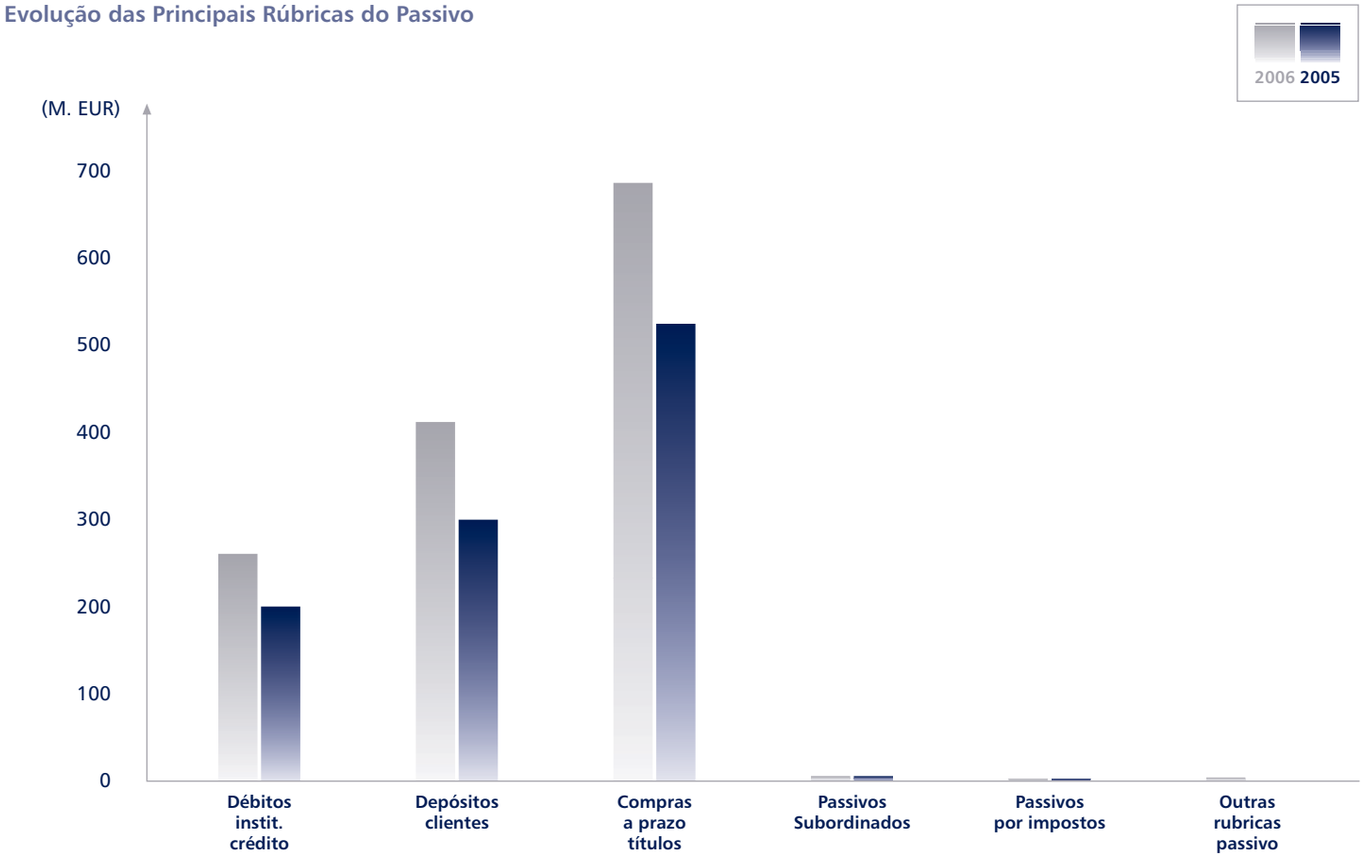
- A rúbrica "Compras a Prazo de Títulos" é composta por títulos já adquiridos, fundamentalmente por conta de clientes, cuja liquidação financeira (a que se refere o saldo desta rúbrica) ocorre nos 2 meses subsequentes à data da sua contratação.

- É sempre importante relembrar que a expressão dos activos sob gestão e depositados junto do Grupo não se esgota na rúbrica de depósito de clientes: de facto, em 31 de Dezembro de 2005, esta rúbrica apenas representa pouco mais de 17% (coincidentemente a mesma percentagem, quer em 2005, quer em 2006) do valor líquido dos patrimónios sob gestão e valores depositados junto do Grupo.

- Saliente-se ainda o peso dos Clientes de carácter Institucional na rúbrica de depósitos de clientes: com um volume global aproximado de 278 milhões de euros, representam cerca de dois terços do total dos depósitos de clientes.

- Uma vez mais, agora como sinopse desta breve análise das rúbricas patrimoniais do Passivo, apresentamos o gráfico seguinte que ilustra as variações observadas e a importância de cada rúbrica no passivo consolidado.

Evolução das Principais Rúbricas do Passivo



I.2.2 – Situação Líquida

(EUR)	Valores Consolidados				
Capital Próprio	**31-Dez-06**	**% ALT**	**31-Dez-05**	**% ALT**	**Δ %**
Capital	150.050.000	9,4%	150.050.000	12,0%	0%
Prémios de emissão	45.000.000	2,8%	45.000.000	3,6%	0%
Outros instrumentos de capital	888.760	0,1%	615.730	0,0%	44%
Reserva de justo valor	2.822.848	0,2%	-2.180	0,0%	-
Reservas e res. transitados	14.368.380	0,9%	6.236.831	0,5%	130%
Acções próprias	-15.387.130	-1,0%	-9.025.010	-0,7%	70%
Interesses minoritários	2.166.390	0,1%	0	0,0%	-
Lucro do exercício	18.181.606	1,1%	13.471.974	1,1%	35%
Total do Capital Próprio	**218.090.854**	**14%**	**206.347.345**	**17%**	**6%**

ALT – Activo Líquido Total

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social da **Privado Holding** representa cerca de 9% do activo líquido total e 69% do volume de capitais próprios, o que permanece assinalável, face ao já referido crescimento do volume do activo líquido.

O crescimento da rúbrica de acções próprias ficou a dever-se a uma tomada de posição temporária em acções da **Privado Holding**, que será alienada em 2007, repondo o valor desta rúbrica, nos níveis anteriormente observados.

A rúbrica "Reserva de Justo Valor" quantifica as mais valias potenciais da carteira de activos financeiros, disponíveis para venda.

(EUR)	Valores Consolidados		
Principais Variações Patrimoniais	**31-Dez-06**	**31-Dez-05**	**Variação**
Activos de liquidez imediata	248.697.193	103.525.450	145.171.743
Créditos sobre clientes	303.167.774	311.022.059	-7.854.285
Activos financeiros	418.183.381	306.385.646	111.797.735
Vendas a prazo de títulos	596.304.606	506.438.251	89.866.355
Outras rubricas de activo	37.833.595	20.321.218	17.512.377
Débitos para com instituições de crédito	-265.191.148	-201.069.240	-64.121.908
Depósitos de clientes	-416.580.515	-300.526.102	-116.054.413
Compras a prazo de títulos	-692.208.401	-529.861.900	-162.346.501
Outras rubricas de passivo	-12.514.459	-9.888.037	-2.626.422
Total do Capital Próprio	**217.692.026**	**206.347.345**	**11.344.681**

Ao nível dos Fundos Próprios e rácio de solvabilidade, os valores de referência encontram-se abaixo especificados:

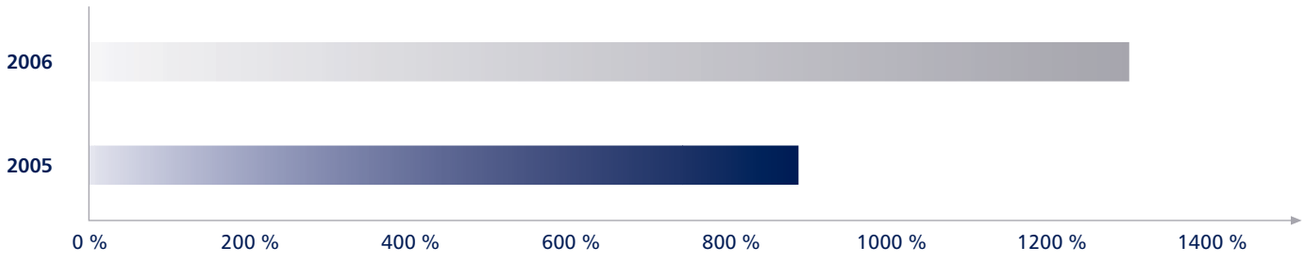
(EUR)	Valores Consolidados		
Fundos Próprios	**2006**	**2005**	**Δ %**
Fundos Próprios de Base	195.378.640	188.700.718	4%
dos quais: Acções	150.050.000	150.050.000	0%
dos quais: Acções Próprias	-15.387.130	-9.025.000	70%
Fundos Próprios Complementares	2.992.787	4.489.181	-33%
Deduções (-)	4.000.000	0	-
Fundos Próprios Suplementares	0	0	-
Total de Fundos Próprios	**194.371.427**	**193.189.899**	**1%**
Requisitos de Fundos Próprios	102.819.069	85.864.721	20%
Core Tier 1	**10,5%**	**13,1%**	**-20%**
Tier 1	15,2%	17,6%	-14%
Rácio de Solvabilidade	**15,1%**	**18,0%**	**-16%**

Apesar do crescimento da base do total de Fundos Próprios, o crescimento da actividade e dos activos elevaram os requisitos de fundos próprios calculados, de acordo com a instrução nº25/97 do Banco de Portugal.

A evolução do rácio de solvabilidade reflecte a natural evolução decorrente do investimento dos fundos próprios adicionais gerados pelo aumento de capital de 2004.

Também ao nível do rácio de cobertura, se sente ainda – embora de forma menos evidente – o efeito positivo do aumento de capital em 2004 (Fundos Próprios/[Imobilizado + Participações Financeiras]):

Evolução do Rácio de Cobertura



II- Análise da Demonstração de Resultados e Outros Indicadores

II.1 – Introdução

Com um resultado líquido final superior a 18 milhões de euros, 2006 revelou-se um ano de consolidação dos resultados alcançados (aproximadamente 14 milhões de euros em 2005 – PCSB – ou 13,6 milhões de euros – pro forma IAS/IFRS), em linha com a tendência observada em exercícios anteriores, num crescimento de 36%, entre 2005 e 2006.

(EUR)	Valores Consolidados				
Apuramento do Resultado Líquido	**31-Dez-06**	**% ALT**	**31-Dez-05**	**% ALT**	**Δ %**
Juros e proveitos equiparados	32.828.500	2,0%	23.200.233	1,9%	42%
Juros e custos equiparados	-20.469.710	-1,3%	-11.025.128	-0,9%	86%
Margem Financeira	**12.358.790**	**0,8%**	**12.175.105**	**1,0%**	**2%**
Comissões, Valor líquido	21.143.830	1,3%	17.438.294	1,4%	21%
Resultados de activos financeiros	2.246.685	0,1%	3.012.005	0,2%	-25%
Resultados reavaliação cambial	2.558.538	0,2%	4.398.075	0,4%	-42%
Rendimentos instrumentos capital	169.190	0,0%	78.578	0,0%	115%
Outros resultados de exploração	4.976.249	0,3%	32.346	0,0%	15284%
Produto Bancário	**43.453.282**	**2,7%**	**37.134.403**	**3,0%**	**17%**
Custos com o pessoal	-9.476.899	-0,6%	-8.262.645	-0,7%	15%
Gastos gerais administrativos	-10.399.005	-0,6%	-9.795.356	-0,8%	6%
Cash Flow Operacional	**23.577.378**	**1,5%**	**19.076.402**	**1,5%**	**24%**
Amortizações	-1.185.699	-0,1%	-1.012.560	-0,1%	17%
Provisões e imparidade (líquida)	0	0,0%	-86.963	0,0%	-100%
Resultados em empresas associadas	50.992	0,0%	-500.000	0,0%	-110%
Resultado da Activ. Corrente	**22.442.671**	**1,4%**	**17.476.879**	**1,4%**	**28%**
Impostos	-4.293.499	-0,3%	-4.004.905	-0,3%	7%
Interesses minoritários	32.434	0,0%	0	0,0%	-
Lucro do Exercício	**18.181.606**	**1,1%**	**13.471.974**	**1,1%**	**35%**

ALT – Activo Líquido Total

Margem Financeira

- Manutenção do crescimento do volume das carteiras próprias (obrigações), como factor fundamental para a *performance* observada.

- Objectivo de execução orçamental total do ano alcançado.

- Da execução global, aproximadamente 54% (6,8 milhões de euros) foi originada na actividade de *Private Banking*; a área de gestão de clientes institucionais representou cerca de 35% da execução (4,4 milhões de euros), sendo o remanescente resultado da gestão dos excedentes correntes de tesouraria (margem de segurança).

Comissões (valor líquido)

- Crescimento forte (21%), como resultado directo do crescimento do volume dos patrimónios sob gestão e/ou depositados junto do Banco, com melhorias sensíveis nas taxas efectivas das comissões cobradas (actividade de *Private Banking*, essencialmente).

- Reforçado o carácter recorrente destes proveitos, que foram ainda ajudados pelas comissões geradas ao nível da actividade de *Private Equity*.

- Está criada uma base de comissionamento estável que permite encarar com optimismo a execução orçamental dos próximos anos.

- Da execução alcançada, destacamos que cerca de 66% decorreu directamente da actividade de gestão de carteiras (comissões de gestão e depositário), afecta à actividade de *Private Banking* e 28% decorreu da actividade de *Private Equity*.

Resultados em Operações Financeiras

- Ao nível dos Resultados em Activos Financeiros, essencialmente decorrentes das mais valias líquidas da gestão das carteiras próprias de títulos (negociação ao justo valor através de resultados e mais valias já realizadas em títulos disponíveis para venda), verifica-se um decréscimo dos resultados alcançados, apesar de um padrão de gestão quase inalterado e também condicionado pelo facto do crescimento observado da carteira própria ter ocorrido, essencialmente, próximo do final de 2006;

- Os Resultados de reavaliação cambial, decorrentes da gestão da posição cambial (essencialmente através de operações de *trading*), registaram um novo decréscimo. As indefinições observadas em 2006, que se traduziram em níveis de volatilidade muito elevados, especialmente em comparação com anos transactos (com muitas oscilações no decorrer do ano, apesar da tendência global de apreciação do euro), obrigaram a cuidados redobrados na gestão da posição cambial do Grupo;

- Finalmente, a rúbrica de Outros resultados de exploração tem a sua execução essencialmente associada às mais valias realizadas em operações associadas à área de *Real Estate* (as mais valias geradas pela gestão, detenção e alienação de activos imobiliários explicam essencialmente o valor observado).

Outros Custos Operacionais

- O investimento realizado ao nível da actividade internacional e o forte crescimento da actividade comercial do **Banco Privado** implicaram o aumento destes custos, com reflexos – que não hesitamos em qualificar como contidos – nas rúbricas de Custos com o pessoal e Gastos gerais administrativos;

- O crescimento da estrutura orgânica (o quadro de Recursos Humanos aumentou de 127 para 133 colaboradores), a efectiva abertura em curso de novos balcões em Espanha e um vastíssimo conjunto de actividades de natureza comercial (com os resultados já evidenciados) tiveram implicações incontornáveis a este nível; contudo, salvaguardou sempre o carácter variável (custos directamente proporcionais ao nível de actividade) e a "economicidade" dos mesmos (a variação destes custos foi claramente inferior à dos proveitos associados).

Amortizações

- A abertura do novo edifício em Lisboa (na Rua Alexandre Herculano, substituindo as anteriores instalações no empreendimento das Amoreiras), indispensável para a prossecução das métricas de crescimento delíneadas, implicou investimentos materiais em activos tangíveis, o que explica a variação de 29%, observada nesta rúbrica.

II.2 – Produto Bancário

Em 2006 o Grupo apresentou, ao nível do produto bancário, uma evolução muito positiva face a 2005, acentuando-se assim a tendência dos anos anteriores.

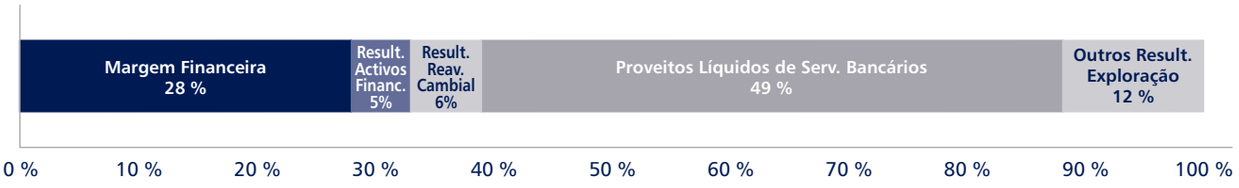
(EUR)

Produto Bancário Consolidado	2006	% Total	2005	% Total	Δ %
Margem financeira	12.358.790	28%	12.175.105	29%	2%
Resultados de activos financeiros	2.246.685	5%	3.012.005	42%	-25%
Resultados reavaliação cambial	2.558.538	6%	4.398.075	42%	-42%
Outros resultados de exploração	5.145.439	12%	110.924	42%	4539%
Proveitos líquidos de serviços bancários	21.143.830	49%	17.438.294	28%	21%
Total	**43.453.282**	**100%**	**37.134.403**	**100%**	**17%**

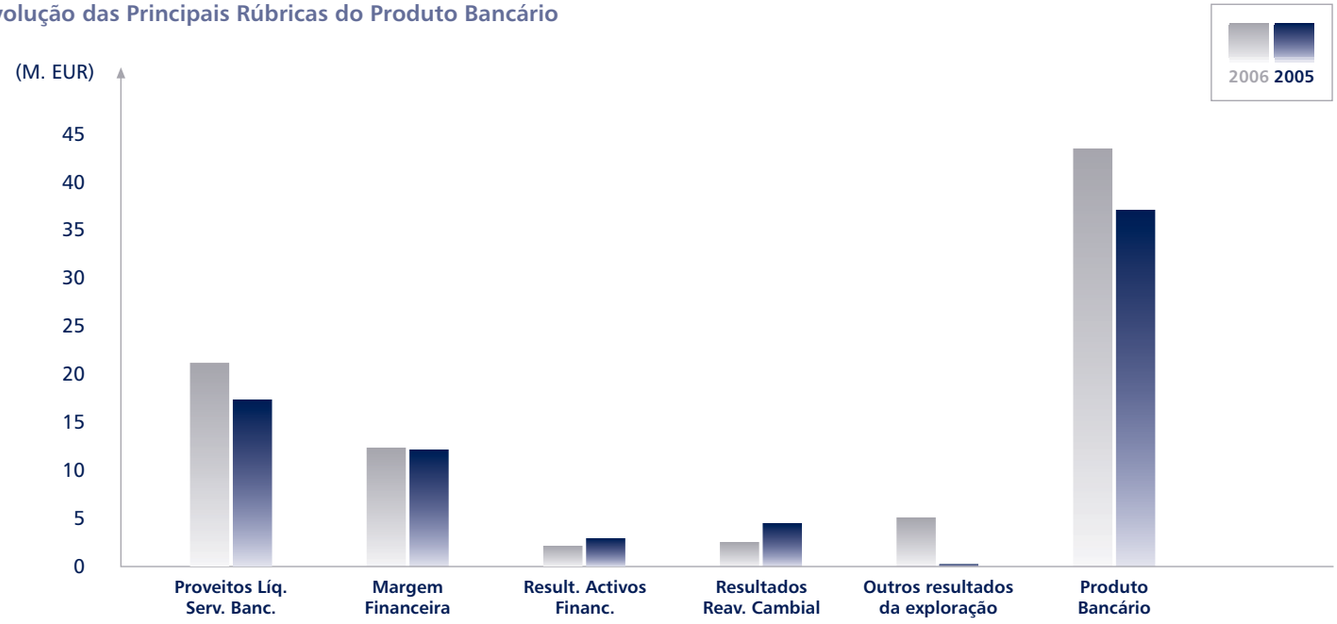
É evidente a alteração da composição qualitativa do produto bancário consolidado: embora a diminuição do contributo líquido dos lucros em operações financeiras não seja em si um facto positivo pela redução observada de valor, a melhoria da contribuição dos Proveitos Líquidos de Serviços Bancários (comissionamento) não só compensou e ultrapassou largamente este efeito, como traz ainda o benefício adicional de incutir um carácter mais recorrente a esta estrutura de proveitos, (cada vez mais consolidada).

A evolução da margem financeira também compensa parcialmente a redução atrás mencionada, na medida em que o padrão da negociação de títulos que anteriormente também contribuiu, em grande escala, para os Lucros líquidos em operações financeiras, foi substituído por um padrão mais consentâneo com a actividade de carteira de investimento (com um volume mais contido de transacções), que acarretou proveitos de margem financeira superiores, em detrimento dos ganhos de preço.

Composição do Produto Bancário



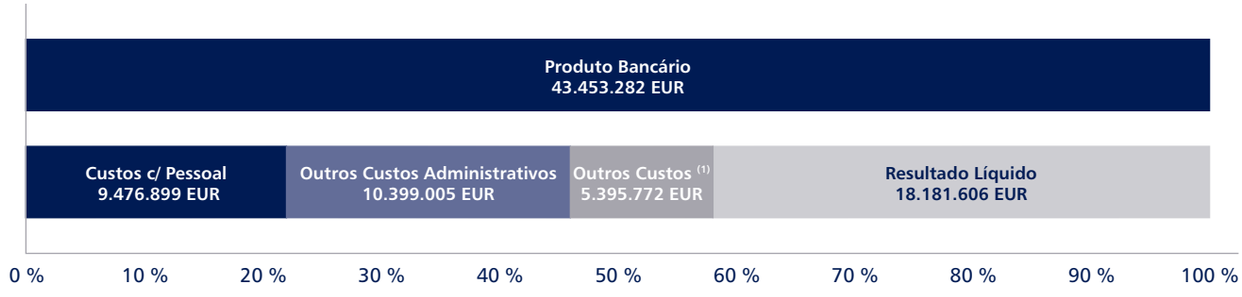
Evolução das Principais Rúbricas do Produto Bancário



Prosseguiu, em 2006, a implementação de uma estratégia com vista ao crescimento sustentado, implicando investimentos significativos em termos de estrutura (Recursos Humanos, *Marketing* e Sistemas) para fazer face ao *Business Plan* em vigor, com alterações estruturais assinaláveis, ao nível dos Recursos Humanos.

Estas alterações não implicaram ainda assim um acréscimo significativo dos custos operacionais que, tal como já diversas referido, cresceram claramente abaixo da taxa de crescimento do volume de negócios.

Afectação do Produto Bancário



(1) Incluí amortizações do exercício, outros custos de exploração, provisões líquidas, resultados extraordinários, imposto sobre lucros, outros impostos e os interesses minoritários.

II.3 – Análise de Indicadores

(EUR)

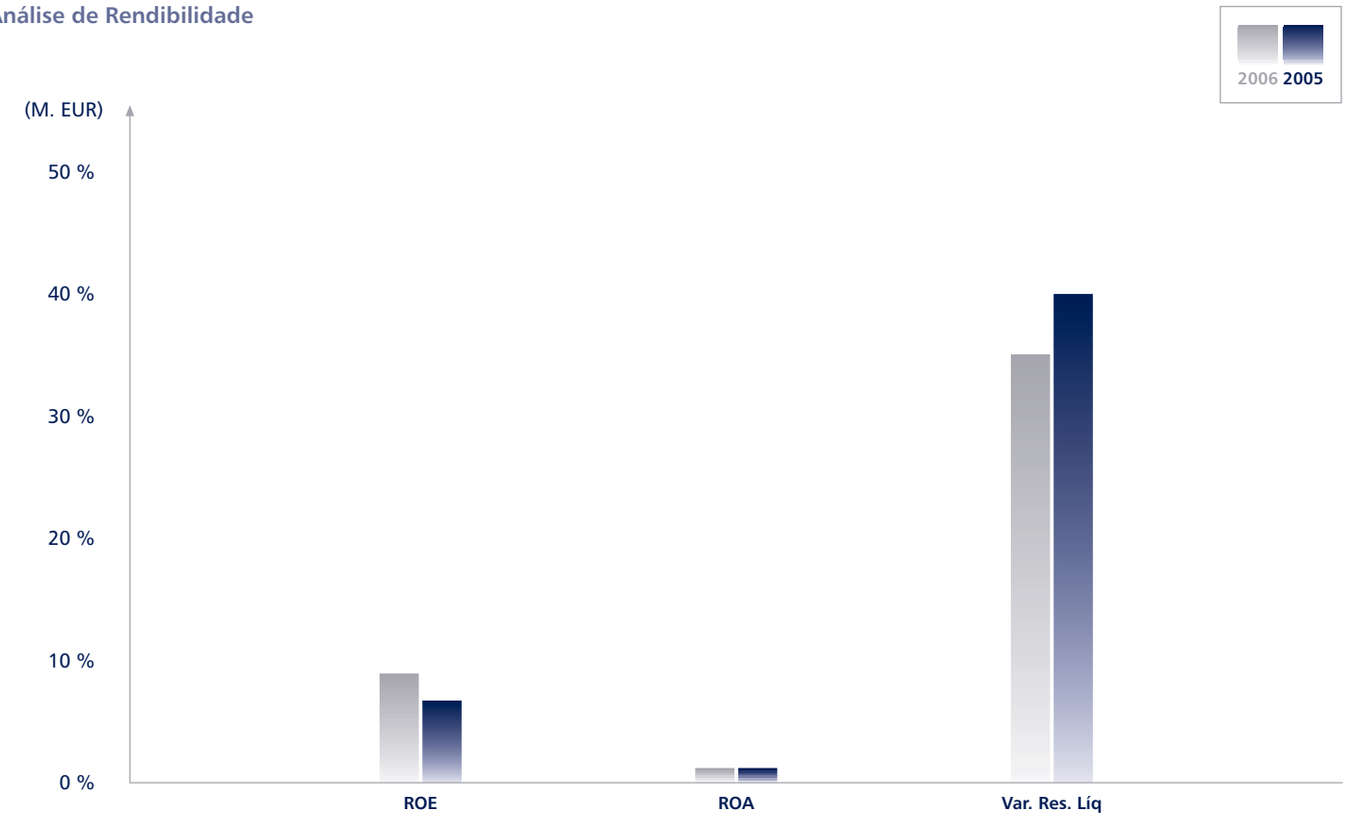
Indicadores de Actividade	2006	2005	Δ %
Rendibilidade			
Margem Financeira	12.358.790	12.175.105	2%
Produto Bancário	43.453.282	37.134.403	17%
ROA	1,13%	1,08%	5%
ROE	9,03%	7,01%	29%
Produtividade			
Custos c/pessoal/Total Custos Administrativos	47,68%	45,76%	4%
Número de empregados	133	127	5%
Produto Bancário per capita	326.716	292.397	12%
Total Custos Administrativos/Produto Bancário	45,74%	48,63%	-6%
Cost-Income	48,47%	50,28%	-4%
Outros Indicadores			
Disponibilidades s/ Inst. Crédito/Resp. s I.C.'s	91,53%	48,20%	90%
Activos Liquidez Imediata/Activo Total	15,50%	8,30%	87%
Crédito a Clientes/Depósitos de Clientes	72,78%	103,49%	-30%

Em primeiro lugar, queremos esclarecer que o rácio *cost-income* apresentado resulta da fórmula: [Custos com o pessoal + Gastos gerais administrativos + Amortizações]/[Produto Bancário].

A percentagem alcançada – abaixo dos 50% – representa um valor notável, que atesta uma eficiência operativa muito sustentada. Mesmo com a inclusão (observada em determinadas análises) dos impostos sobre os lucros no numerador da fórmula supra, é alcançada uma percentagem de 58%, que se mantém muito competitiva.

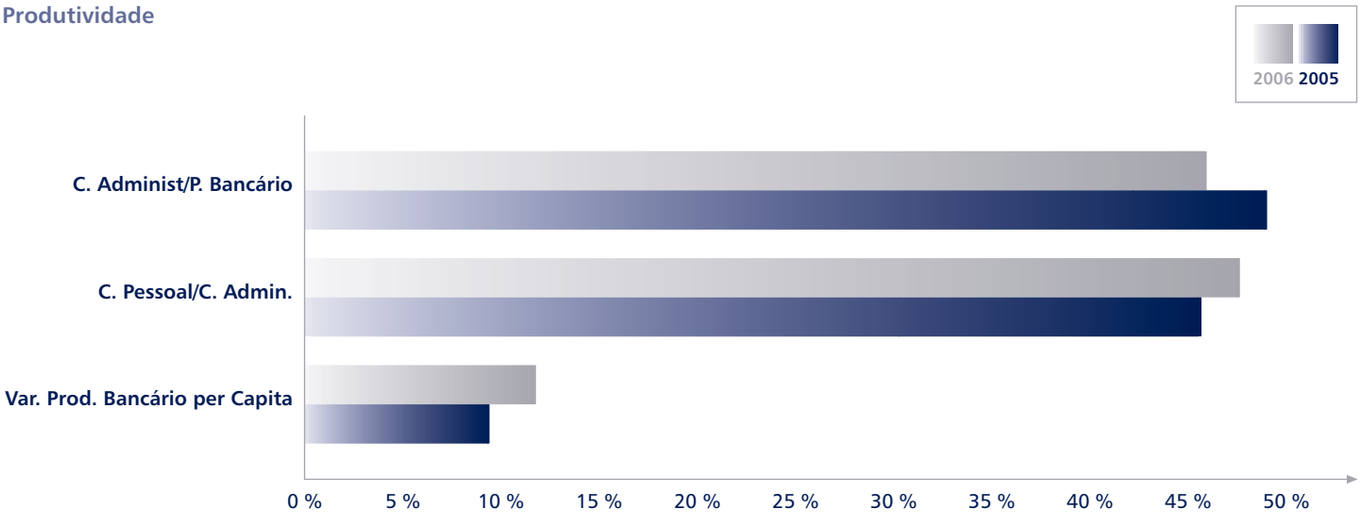
O ROE foi elevado notavelmente, estando agora muito mais próximo do objectivo do final do quadriénio 2004-2007 (>=10%), validando que a base sustentável de proveitos, que tem vindo a ser criada, permite encarar este objectivo como perfeitamente atingível.

Análise de Rendibilidade



Finalmente, e abordando as questões relacionadas com a produtividade da estrutura de recursos humanos existente, apresentamos os indicadores seguintes:

Produtividade



A contenção dos custos é uma realidade evidente, especialmente dos Gastos Administrativos, cujo crescimento foi ainda menor que dos custos com o pessoal (situação contrária à observada nos anos transactos). Apesar de nos últimos anos terem sido alcançados resultados notáveis, ao nível da contenção de custos com o pessoal, o peso da globalidade dos Custos Administrativos (Custos com o pessoal + Gastos gerais administrativos) é cada vez menor, face ao produto bancário, e o crescimento dos custos com o pessoal (15%) é claramente inferior à do Lucro do Exercício (36%), representando uma aposta clara no crescimento orgânico.

Sublinhe-se que mais uma vez se melhorou o indicador produto bancário *per capita* (com nova evolução positiva), o que valida o dimensionamento da estrutura.

Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício de 2006, a **Privado Holding, S.G.P.S., S.A.** alcançou um lucro, ao nível da actividade consolidada, de EUR 18.181.606, e um lucro ao nível da actividade individual, de EUR 15.182.590,16.

O Conselho de Administração propõe que, relativamente ao exercício de 2006, seja distribuído para dividendos o valor de EUR 8.252.750,00, correspondente a sensivelmente (*pay out ratio*) 45% do resultado da actividade consolidada.

Assim, nos termos da alínea b) do artº 376º do Código das Sociedade Comerciais, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação do resultado líquido da actividade individual apurado, no exercício de 2006:

Reserva Legal (artº 295º do Código das Sociedades Comerciais)	€ 759.129,51
Resultados Transitados	€ 6.170.710,65
Dividendos	€ 8.252.750,00
Resutado Individual	**€ 15.182.590,16**

Referências Finais

Ao concluir o relatório, o Conselho de Administração não pode deixar de agradecer a todos os que o apoiaram ao longo do exercício em análise.

Desde logo, ao Conselho Consultivo que, nas suas reuniões periódicas, contribuiu com elevado valor para a reflexão estratégica e para o desenvolvimento das relações com os Clientes.

Aos Órgãos Sociais, pela contribuição que deram para o bom desenvolvimento da actividade em 2006. Também uma especial referência às Autoridades de Supervisão, nomeadamente ao Banco de Portugal e à Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, pela disponibilidade e atenção com que acompanharam os assuntos do Grupo.

Aos consultores e auditores, e em especial à Deloitte & Associados, SROC, S.A., pelo rigor e independência dos trabalhos efectuados.

A todos os Accionistas, é devida uma palavra de consideração e agradecimento pela confiança que depositaram na instituição. Um agradecimento particular também aos nossos Clientes, pela confiança depositada, que constitui o nosso maior incentivo e a melhor compensação para um contínuo aperfeiçoamento e melhoria do serviço prestado.

O Conselho de Administração agradece ainda a todos os Colaboradores o seu empenho, dedicação, competência e motivação, sem os quais não teria sido possível alcançar os objectivos traçados.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2007

O Conselho de Administração

João Oliveira Rendeiro	Presidente Conselho de Administração
Diogo Vaz Guedes	Vogal
Fernando Lima	Vogal
Luiz de Almeida e Vasconcellos	Vogal
Manuel Rodriguez	Vogal
Paulo Guichard	Vogal
Salvador Fezas Vital	Vogal

Informações Diversas

A participação no capital da **Privado Holding, SGPS, S.A.** dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, em exercício no final do ano de 2006, foi a seguinte:

Membros do Conselho de Administração/Fiscal	Saldo a 31-Dez-2005	Adquiridas em 2006 (Nota 1)	Alienadas em 2006 (Nota 2)	Saldo a 31-Dez-2006
João Oliveira Rendeiro:				
Joma Advisers	18.750.000	1.612.104	0	20.362.104
Paulo Guichard	127.188	0	0	127.188
Salvador Fezas Vital	97.891	0	0	97.891
Luiz Vasconcellos	1.260.000	240.500	0	1.500.500
Manuel Rodriguez: Alfa Europa Eco, S.A.	7.502.500	645.056	0	8.147.556

NOTAS:

1) Joma Advisers adquiriu 1.612.104 acções em 13 de Outubro de 2006, ao valor unitário de € 2,12;

Luíz Vasconcellos adquiriu 108.333 acções em 13 de Outubro de 2006, ao valor unitário de € 2,12;

Luíz Vasconcellos adquiriu 132.167 acções em 21 de Novembro de 2006, ao valor unitário de € 2,12.

Alfa Europa Eco, S.A. adquiriu 645.056 acções em 26 de Outubro de 2006, ao valor unitário de € 2,12.

Relação de accionistas da Privado Holding, S.G.P.S., S.A. com participações iguais ou superiores a 2% do capital social

Accionista	Participação	%
Joma Advisers	20.362.104	13,57
Francisco Pinto Balsemão	9.675.579	6,45
Partners Equity Trust	9.512.505	6,34
Saviotti, SGPS, S.A.	9.502.315	6,33
Alfa Europa Eco, S.A.	8.147.556	5,43
BASCOL, SGPS, S.A.	5.214.947	3,48
Sofip, SGPS, S.A.	4.469.875	2,98
Helene Investments Holdings	3.750.000	2,50
Copper Investments LLC	3.385.634	2,26
Joaquim Alberto Vieira Coimbra	3.257.937	2,17
SF – Sociedade de Controlo, S.A.	3.249.000	2,17
Joaquim António Ferreira dos Santos	3.125.000	2,08
Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento	3.031.250	2,02
Banco Privado Português, S.A.	3.001.000	2,00

expressão no alargamento geográfico

Tem sido notável a expansão do Banco Privado ao longo dos últimos anos.

Assumindo com naturalidade a Península Ibérica como o seu mercado doméstico, o Banco abriu durante o ano de 2003 uma sucursal em Madrid, assim como escritórios em Sevilha (em 2005) e em Valência (em 2006). Refira-se ainda a intensa actividade desenvolvida na Galiza, que culminará com a abertura de um escritório em Vigo em 2007.

Também no Brasil o Banco iniciou um importante e disciplinado programa de investimentos, cobrindo sectores como o turismo, imobiliário e concessões rodoviárias. Sequencialmente, o Banco Privado abriu um escritório de representação em São Paulo, e constituiu um Conselho Consultivo que integra figuras das mais prestigiadas da sociedade civil brasileira.

É neste contexto que, a propósito do seu aniversário, o Banco Privado convidou o Ex-Presidente do Brasil Profº Fernando Henrique Cardoso para um ciclo de conferências subordinado ao tema Brasil: A Grande Oportunidade para Portugal na América Latina.
Refira-se que esta iniciativa contou com a colaboração da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e da Fundação Mário Soares.

Privado Holding, SGPS, S.A. e Subsidiárias
Balanços Consolidados em 31 de Dezembro de 2006 e 2005
(Montantes expressos em Euros)

		2006			2005
Activo	**Notas**	**Activo bruto**	**Imparidade e amortizações**	**Activo líquido**	**Activo líquido** *(Pró-forma)*
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	5.970.097	-	5.970.097	6.618.611
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	91.772.081	-	91.772.081	49.603.770
Activos financeiros detidos para negociação	6	120.917.128	-	120.917.128	91.896.069
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	6	257.470.886	-	257.470.886	206.625.270
Activos financeiros disponíveis para venda	7 e 32	28.603.249	(227.790)	28.375.459	7.276.807
Aplicações em instituições de crédito	9	150.955.015	-	150.955.015	47.303.069
Crédito a clientes	10 e 32	303.177.627	(9.853)	303.167.774	311.022.059
Activos não correntes detidos para venda	11	11.419.908	-	11.419.908	587.500
Propriedades de investimento	2.8.	398.828	-	398.828	-
Outros activos tangíveis	12	18.274.521	(5.321.815)	12.952.706	10.456.911
Activos intangíveis	13	5.390.188	(4.893.602)	496.586	434.862
Investimentos em associadas	14	1.419.984	-	1.419.984	214.469
Activos por impostos correntes	15	8.986.603	-	8.986.603	6.416.388
Activos por impostos diferidos	15	312.857	-	312.857	581.975
Outros activos	16	609.969.465	-	609.969.465	508.654.864
Total do Activo		**1.615.038.437**	**(10.453.060)**	**1.604.585.377**	**1.247.692.624**

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

Privado Holding, SGPS, S.A. e Subsidiárias
Balanços Consolidados em 31 de Dezembro de 2006 e 2005
(Montantes expressos em Euros)

Passivo e Situação Líquida	Notas	2006	2005
			(Pró-forma)
Passivos financeiros detidos para negociação	8	674.302	-
Recursos de outras instituições de crédito	17	265.191.148	201.069.240
Recursos de clientes e outros empréstimos	18	416.580.515	300.526.102
Passivos por impostos correntes	15	899.735	1.535.428
Passivos por impostos diferidos	15	1.066.142	378.472
Outros passivos subordinados	19	7.517.975	7.519.930
Outros passivos	20	694.564.706	530.316.107
Total do Passivo		**1.386.494.523**	**1.041.345.279**
Capital	21	150.050.000	150.050.000
Prémios de emissão	21	45.000.000	45.000.000
Outros instrumentos de capital	22	888.760	615.730
Acções próprias	23	(15.387.130)	(9.025.010)
Reserva de justo valor	24	2.822.848	(2.180)
Outras reservas e resultados transitados	24	14.368.380	6.236.831
Resultado do exercício atribuível aos accionistas do Banco	24	18.181.606	13.471.974
Interesses minoritários	25	2.166.390	-
Total da Situação Líquida		**218.090.854**	**206.347.345**
Total do Passivo e da Situação Líquida		**1.604.585.377**	**1.247.692.624**

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

Privado Holding, SGPS, S.A. e Subsidiárias
Demonstrações dos Resultados Consolidados para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2006	2005
			(Pró-forma)
Juros e rendimentos similares	26	32.828.500	23.200.233
Juros e encargos similares	26	(20.469.710)	(11.025.128)
Rendimentos de instrumentos de capital		169.190	78.578
Margem Financeira Alargada		**12.527.980**	**12.253.683**
Rendimentos de serviços e comissões	27	23.138.378	18.650.365
Encargos com serviços e comissões	27	(1.994.548)	(1.212.071)
Resultados em operações financeiras	28	4.805.223	7.410.080
Outros resultados de exploração	29	4.976.249	32.346
Produto Bancário		**43.453.282**	**37.134.403**
Custos com pessoal	30	(9.476.899)	(8.262.645)
Outros gastos administrativos	31	(10.399.005)	(9.795.356)
Amortizações do exercício	12 e 13	(1.185.699)	(1.012.560)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	32	-	(86.963)
Resultados em empresas associadas	14	50.992	(500.000)
Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários		**22.442.671**	**17.476.879**
Impostos sobre lucros			
Correntes	15	(4.355.299)	(4.269.059)
Diferidos	15	61.800	264.154
		(4.293.499)	**(4.004.905)**
Resultado consolidado antes de interesses minoritários		18.149.172	13.471.974
Interesses minoritários	25	32.434	-
Resultado Líquido Consolidado Atribuível aos Accionistas do Banco		**18.181.606**	**13.471.974**
Acções em circulação	21 e 23	134.662.870	141.024.990
Resultado por acção		0,14	0,10

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Privado Holding, SGPS, S.A. e Subsidiárias
Demonstrações das Alterações nos Capitais Próprios Consolidados para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005
(Montantes expressos em Euros)

(EUR)

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos capital
Saldos em 31 de Dezembro de 2004 - PCSB		150.050.000	45.000.000	-
Impacto da adopção dos IFRS em 1 de Janeiro de 2005	35	-	-	331.095
		150.050.000	**45.000.000**	**331.095**
Distribuição do lucro do exercício de 2004:				
Distribuição de dividendos	24	-	-	-
Anulação de dividendos distribuídos a acções próprias	24 e 35	-	-	(46.460)
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda:				
Reduções	7	-	-	-
Efeito fiscal	15	-	-	-
Outros instrumentos de capital	22	-	-	331.095
Lucro do exercício de 2005 (re-expresso)		-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2005 - *pró-forma*		**150.050.000**	**45.000.000**	**615.730**
Distribuição do lucro do exercício de 2005:				
Distribuição de dividendos	24	-	-	-
Anulação de dividendos distribuídos a acções próprias	22 e 24	-	-	(58.065)
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda:				
Anulação do efeito de anos anteriores		-	-	-
Acréscimos	7	-	-	-
Efeito fiscal	15	-	-	-
Outros instrumentos de capital	22	-	-	331.095
Aquisição de acções próprias	23	-	-	-
Interesses minoritários	25	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2006		**150.050.000**	**45.000.000**	**888.760**

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

		Outras reservas e resultados transitados					
Acções próprias	Reserva de justo valor	Reserva legal	Resultados transitados	Total	Lucro do exercício	Interesses minoritários	Total
-	-	3.241.217	(3.242.407)	(1.190)	7.016.404	-	202.065.214
(9.025.010)	-	-	2.621.907	2.621.907	-	-	(6.072.008)
(9.025.010)	**-**	**3.241.217**	**(620.500)**	**2.620.717**	**7.016.404**	**-**	**195.993.206**
-	-	-	-	-	(3.517.500)	-	(3.517.500)
-	-	-	117.210	117.210	-	-	70.750
-	-	442.257	3.056.647	3.498.904	(3.498.904)	-	-
-	(3.007)	-	-	-	-	-	(3.007)
-	827	-	-	-	-	-	827
-	-	-	-	-	-	-	331.095
-	-	-	-	-	13.471.974	-	13.471.974
(9.025.010)	**(2.180)**	**3.683.474**	**2.553.357**	**6.236.831**	**13.471.974**	**-**	**206.347.345**
-	-	-	-	-	(5.701.900)	-	(5.701.900)
-	-	-	361.475	361.475	-	-	303.410
-	-	1.540.522	6.229.552	7.770.074	(7.770.074)	-	-
-	2.180	-	-	-	-	-	2.180
-	3.840.609	-	-	-	-	-	3.840.609
-	(1.017.761)	-	-	-	-	-	(1.017.761)
-	-	-	-	-	-	-	331.095
(6.362.120)	-	-	-	-	-	-	(6.362.120)
-	-	-	-	-	-	2.166.390	2.166.390
-	-	-	-	-	18.181.606	-	18.181.606
(15.387.130)	**2.822.848**	**5.223.996**	**9.144.384**	**14.368.380**	**18.181.606**	**2.166.390**	**218.090.854**

Privado Holding, SGPS, S.A. e Subsidiárias
Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005
(Montantes expressos em Euros)

	2006	2005
		(Pró-forma)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais:		
Juros e comissões recebidas	60.407.405	35.201.671
Juros e comissões pagas	(21.238.379)	(11.352.880)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(19.318.300)	(17.383.920)
Pagamentos de impostos sobre os lucros	(4.995.031)	(4.707.005)
Outros resultados	10.325.550	9.900.308
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	**25.181.245**	**11.658.174**
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(79.866.675)	(193.074.504)
Activos financeiros disponíveis para venda	(22.087.968)	(7.358.115)
Aplicações em instituições de crédito	(103.651.946)	52.214.836
Créditos a clientes	7.854.285	(69.885.313)
Outros activos	(102.816.194)	(197.393.788)
	(300.568.498)	**(415.496.884)**
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Passivos financeiros detidos para negociação	674.302	-
Recursos de outras instituições de crédito	64.121.908	91.638.800
Recursos de clientes e outros empréstimos	116.054.413	119.528.003
Outros passivos	162.740.230	230.962.965
	343.590.853	**442.129.768**
Caixa líquida das actividades operacionais	**68.203.600**	**38.291.058**
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento:		
Aquisições líquidas de alienações de activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento	(4.148.850)	(882.294)
Variação de activos não correntes detidos para venda	(10.832.408)	(587.500)
Variação de acções próprias	(6.362.120)	974.990
Caixa líquida das actividades de investimento	**(21.343.378)**	**(494.804)**
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento:		
Pagamento de dividendos	(5.340.425)	(3.400.290)
Caixa líquida das actividades de financiamento	**(5.340.425)**	**(3.400.290)**
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	41.519.797	34.395.964
Caixa e seus equivalentes no início do período	56.222.381	21.826.417
Caixa e seus equivalentes no fim do período	97.742.178	56.222.381

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

1. Nota Introdutória

A **Privado Holding SGPS, S.A.** (adiante igualmente designada por **Privado Holding**, Sociedade ou Grupo **Privado Holding**) foi constituída em 30 de Junho de 2003, tendo iniciado a sua actividade nessa data. A Sociedade tem por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta do exercício de actividades económicas, detendo a totalidade das acções representativas do capital social do **Banco Privado Português, S.A.** (adiante designado por Banco ou **Banco Privado**).

A Sociedade tem sede social na Rua Mouzinho da Silveira, nº 12, freguesia do Coração de Jesus, em Lisboa.

As demonstrações financeiras da Sociedade e das suas filiais e associadas, em 31 de Dezembro de 2006, encontram-se pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da **Privado Holding** foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2006 são as primeiras apresentadas pelo Grupo de acordo com os IFRS. Deste modo, tal como definido na Norma "IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro", foram utilizadas as Normas e Interpretações em vigor em 31 de Dezembro de 2006. Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, bem como no Decreto-Lei nº 36/92, de 26 de Março. As principais diferenças entre os dois normativos e os impactos de transição para as IFRS são explicados na Nota 36.

De acordo com a Norma IFRS 1, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005, apresentadas para efeitos comparativos (demonstrações financeiras pró-forma), foram elaboradas e re-expressas com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2006.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Sociedade e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo (Nota 3).

A nível das empresas participadas, são consideradas "filiais" aquelas nas quais a Sociedade exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação, de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rúbrica "Interesses minoritários", da situação líquida.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Sociedade e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

2.3. Concentrações de actividades empresariais e *goodwill*

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais" são registados pelo respectivo justo valor.

O *goodwill* corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes. O *goodwill* é registado como um activo, não sendo objecto de amortização. No entanto, é objecto de testes de imparidade com uma periodicidade mínima anual.

Caso, após reavaliação pelo Grupo, se verifique que a parcela correspondente à sua percentagem de participação nos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida excede o custo de aquisição, o excesso é imediatamente reflectido como um proveito na demonstração de resultados do exercício.

Até 1 de Janeiro de 2005, e conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o *goodwill* era totalmente anulado por contrapartida de reservas no ano de aquisição das participações. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2005 permanece registado em reservas.

As aquisições de subsidiárias com o objectivo de venda num prazo não superior a um ano são classificadas de acordo com a Norma IFRS 5 – "Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas" (Nota 11).

2.4. Investimentos em associadas

Consideram-se empresas "associadas" aquelas sobre as quais a Sociedade tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo Privado Holding se situa, directa ou indirectamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são valorizados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respectivo custo de aquisição, sendo o valor subsequentemente ajustado com base na percentagem efectiva do Grupo Privado Holding nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efectuados ajustamentos aos capitais próprios das empresas associadas utilizados para cálculo da equivalência patrimonial, de forma a reflectir a utilização dos princípios contabilísticos do Grupo Privado Holding.

O *goodwill* correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes, permanece reflectido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objecto de testes de imparidade anuais.

Os resultados não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efectiva do Grupo nas entidades em questão.

2.5. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada "moeda funcional").

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros, com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rúbrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente atribuíveis à transacção são registados na rúbrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do activo. Quando do reconhecimento inicial, estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e

- activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção permitida pela Norma IAS 39.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, na rúbrica de "Resultados em operações financeiras". Os juros são reflectidos nas rúbricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das categorias de activos financeiros referidas anteriormente. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo Privado Holding, valores a receber de outras instituições financeiras e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens.

No reconhecimento inicial, estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros, ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados, associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro, na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados no reconhecimento inicial e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio, classificados nesta categoria, são registados como proveitos na demonstração dos resultados quando é estabelecido o direito do Grupo **Privado Holding** ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Activos financeiros disponíveis para venda" são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção, em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado pela Direcção de *Asset Management,* sendo sujeito a revisão por parte da Direcção de Risco e Auditoria, com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos.

- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

  i) preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes;

  ii) cotações indicativas (*bid prices*) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*;

  iii) modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

- Os restantes instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transacções recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa e vendas de títulos a descoberto, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

A Sociedade realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rúbricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados, embutidos noutros instrumentos financeiros, são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- as características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- a totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição da Sociedade a um determinado risco, inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, está sujeita ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a Sociedade não detém instrumentos financeiros de cobertura.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;

- derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;

- derivados contratados com o objectivo de *trading*.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rúbricas de "Resultados em operações financeiras". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rúbricas de "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respectivamente.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Grupo efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, para o crédito a clientes.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual pela Direcção de Risco e Auditoria para os clientes que apresentam uma cobertura pelos activos sob gestão da Sociedade ou por garantias apresentadas inferior ao crédito concedido.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;

- dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;

- existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;

- concessão de facilidades ao devedor em resultado das suas dificuldades financeiras que não seriam concedidas numa situação normal;

- comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal nunca será recuperado na totalidade; e

- dados indicativos de uma redução mensurável no valor estimado dos *cash-flows* futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu registo inicial, embora essa redução não possa ser identificada nos activos financeiros individuais do grupo.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

O montante apurado de imparidade é reconhecido em custos do exercício, sendo reflectido no balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, não foram apuradas pela Sociedade perdas por imparidade, para além de um crédito concedido a um antigo empregado. Adicionalmente, a Sociedade não apresenta qualquer histórico de perdas por imparidade relativamente a crédito a clientes.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.6. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos – valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em activos de rendimento variável:

- informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e

- um declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

As perdas por imparidade em activos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo **Privado Holding** efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

2.7. Activos não correntes detidos para venda e grupos de activos e passivos a alienar

De acordo com a Norma IFRS 5 – "Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas", os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rúbrica, deverá ser assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- o activo está disponível para venda imediata no seu estado actual; e
- existe a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rúbrica.

Os activos registados nesta rúbrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda.

2.8. Propriedades de investimento

Correspondem aos terrenos detidos pelo Grupo Privado Holding com o objectivo de obtenção de rendimentos, através da sua valorização.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição e não são amortizadas. No entanto, são objecto de testes de imparidade com uma periodicidade mínima anual.

2.9. Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rúbrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos
Obras em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8 e 10
Máquinas e ferramentas	5 e 7
Equipamento informático	4
Instalações interiores	4 a 8
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8

2.10. Locação Financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor no activo e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados como custos financeiros.

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

2.11. Activos intangíveis

Esta rúbrica compreende custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Sociedade. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício, numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.12. Impostos sobre lucros

A Sociedade e as suas subsidiárias estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama. Porém, a Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira do Banco Privado beneficia, ao abrigo do Artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos de aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no Artigo 33º A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco Privado é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

A Sociedade encontra-se abrangida pelo regime de preços de transferência, o qual exige que os preços a adoptar sejam aqueles que seriam estabelecidos em condições de plena concorrência, que assegurem que são adoptadas condições de mercado nas relações comerciais e financeiras entre entidades relacionadas, introduzindo os devidos mecanismos de correcção quando tal não suceda (Artigo 58º do Código do IRC). Caso não sejam, a administração tributária está autorizada a proceder aos ajustamentos ao lucro tributável da Sociedade que se revelem necessários para reflectir a aplicação do princípio de livre concorrência.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico, devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- diferenças temporárias resultantes de goodwill;

- diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável; e

- diferenças tributárias resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que a Sociedade tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha ocorrer num futuro previsível.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rúbricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.13. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.14. Pensões de reforma e sobrevivência

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a Sociedade não dispunha de quadro próprio de pessoal, estando as tarefas inerentes ao seu funcionamento a cargo do efectivo do **Banco Privado**.

O Banco assumia anteriormente a designação de Sigma Capital – Sociedade de Investimentos, S.A., a qual estava abrangida pelo regime geral da Segurança Social. Consequentemente, pelo facto de o Banco não ter subscrito o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, continua a estar abrangido pelo Regime Geral da Segurança Social não tendo, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, quaisquer responsabilidades com pensões ou com complementos de reforma para com os seus empregados. As restantes filiais e subsidiárias da Sociedade não têm igualmente quaisquer responsabilidades com pensões ou com complementos de reforma para com os seus empregados.

2.15. Programa de atribuição de acções

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o **Banco Privado Português, S.A.** tem em curso um programa de atribuição de 8.960.413 acções aos seus colaboradores e a três dos seus administradores, relativamente ao quadriénio 2004-2007.

As acções correspondentes a este programa, encontram-se na posse do *Partners Equity Trust (Trust)*, entidade constituída sob as leis da República da Nova Zelândia, que tem como objecto social exclusivo a gestão do programa de atribuição de acções a colaboradores do Banco (Notas 23 e 24). A atribuição deste programa está subordinada ao desempenho dos colaboradores no quadriénio 2004-2007.

O número de acções atribuídas a cada colaborador não está estabelecido. A Sociedade informará por escrito os colaboradores, ao abrigo do programa de atribuição de acções, do número de acções que estes poderão adquirir ao valor unitário de 2 Euros. As acções não adquiridas pelos colaboradores serão transaccionadas pelo *Trust* segundo instruções dos dois responsáveis pela gestão do mesmo, sendo um membro da Administração, e outro quadro directivo do Banco.

Os custos com o programa de atribuição de acções são periodificados em custos com pessoal, em contrapartida da rúbrica "Outros instrumentos de capital", conforme definido na IFRS 2 para programas de *share-based payment*. O prémio das opções na data de atribuição é periodificado de forma linear, desde o início do programa (1 de Janeiro de 2004) até à respectiva data de disponibilização ao colaborador (31 de Dezembro de 2007).

2.16. Comissões

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o Grupo Privado Holding não cobrava comissões nas operações de crédito.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

Os proveitos associados a comissões de performance pela gestão de Sociedades, cuja actividade consiste exclusivamente no investimento em valores mobiliários representativos de partes de capital de outras sociedades, são apenas reconhecidas após liquidação destes investimentos.

2.17. Valores recebidos em depósito

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rúbricas extrapatrimoniais ao valor de mercado ou, no caso de títulos não cotados, ao valor nominal.

2.18. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rúbricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.19. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade e das empresas do Grupo Privado Holding. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade incluem as abaixo apresentadas:

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, a Sociedade valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.6. a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.6. a), a valorização destes instrumentos financeiros é determinada pela Direcção de *Asset Management,* sendo revista pela Direcção de Risco e Auditoria.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.6. d), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da Reserva de justo valor. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas, que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor, devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Grupo determina a existência ou não de imparidade nestes activos, através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.6. d)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que seja pouco provável a integral recuperação do montante investido pelo Grupo **Privado Holding**.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade e das filias sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

3. Empresas do Grupo e Transacções ocorridas no Período

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os dados financeiros mais significativos, retirados das contas individuais das entidades incluídas no perímetro de consolidação, podem ser resumidos da seguinte forma:

				2006		
Subsidiárias	**Sede**	**Participação directa**	**Participação efectiva**	**Activo**	**Situação líquida**	**Lucro/ (Prejuízo)**
Banco Privado Português, S.A.	Portugal	100,0%	-	1.021.133.183	154.519.091	14.889.449
PCapital – SGPS, S.A.	Portugal	100,0%	-	22.675.198	4.063.248	519.640
Privado Geste, SGPS, S.A.,	Portugal	100,0%	-	30.060.878	7.121.435	13.096.356
Geste Advisers, Limited (Geste)	Ilhas Cayman	-	100,0%	3.711.671	3.698.565	8.489.247
Banco Privado Português (Cayman), Ltd.	Ilhas Cayman	-	100,0%	259.698.655	18.592.368	(17.349)
Imoprivado – Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal	-	100,0%	8.759.172	715.92	(47.740)
Kinetics, SGPS, S.A.	Portugal	-	100,0%	15.926.423	3.669.004	179.415
Privado Development Capital Advisers, Ltd.	Ilhas Cayman	-	100,0%	802.709	630.955	592.990
Privado Development Capital Promoters, Ltd.	Ilhas Cayman	-	100,0%	834.061	24.326	(232)
B.P.P. – Escritório de Representação no Brasil, Ltda	Brasil	-	99,9%	505.123	(112.910)	(47.757)
Privado Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	Portugal	-	100,0%	466.492	401.190	(5.340)
Sociedade Y2K – Imobiliária, S.A.	Portugal	-	100,0%	518.851	67.681	3.340
Sociedade Evitu – Imobiliária, S.A.	Portugal	-	100,0%	523.797	71.538	3.035
Sociedade Toupronto – Imobiliária, S.A.	Portugal	-	100,0%	520.257	68.171	3.215
Fino S.A.R.L.	Luxemburgo	100,0%	-	8.408.301	8.408.301	4.395.801
Belt Finance S.A.R.L.	Luxemburgo	-	50,0%	3.959.513	3.959.513	(40.487)
Vale da Rã	Portugal	-	27,9%	444.994	421.311	(27.517)

				2005		
Subsidiárias	**Sede**	**Participação directa**	**Participação efectiva**	**Activo**	**Situação líquida**	**Lucro/ (Prejuízo)**
Banco Privado Português, S.A.	Portugal	100,0%	-	786.315.169	146.665.584	8.187.360
PCapital – SGPS, S.A.	Portugal	100,0%	-	10.625.483	1.198.237	(5.838)
Privado Geste, SGPS, S.A.,	Portugal	100,0%	-	9.975.000	5.375.000	4.501.589
Geste Advisers, Limited (Geste)	Ilhas Cayman	-	100,0%	34.734.77	3.459.318	4.749.058
Banco Privado Português (Cayman), Ltd.	Ilhas Cayman	-	100,0%	256.242.948	29.896.825	9.325.939
Imoprivado – Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal	-	100,0%	8.444.706	763.668	93.260
Kinetics, SGPS, S.A.	Portugal	-	100,0%	3.123.686	3.010.655	42.693
Privado Development Capital Advisers, Ltd.	Ilhas Cayman	-	100,0%	1.337.514	1.176.327	1.133.943
Privado Development Capital Promoters, Ltd.	Ilhas Cayman	-	100,0%	838.667	28.976	(4.301)
B.P.P. – Escritório de Representação no Brasil, Ltda	Brasil	-	99,9%	454.054	47.757	(99.393)
Privado Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	Portugal	-	100,0%	408.973	406.530	(8.301)
Sociedade Y2K – Imobiliária, S.A.	Portugal	-	100,0%	427.818	62.563	3.470
Sociedade Evitu – Imobiliária, S.A.	Portugal	-	100,0%	431.996	66.788	3.464
Sociedade Toupronto – Imobiliária, S.A.	Portugal	-	100,0%	428.384	63.242	3.416

A Sociedade adquiriu a totalidade das acções do **Banco Privado** em 22 de Dezembro de 2004 (Nota 22). O **Banco Privado** é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, constituída em 9 de Agosto de 1996, por alteração da denominação e objecto social da Sigma Capital – Sociedade de Investimentos, S.A., a qual iniciou a sua actividade em 12 de Setembro de 1995. A constituição do Banco foi autorizada pelo Banco de Portugal em 20 de Maio de 1996.

O **Banco Privado** tem por objecto social a obtenção de recursos de terceiros, os quais aplica essencialmente sob a forma de títulos e em instituições de crédito. Adicionalmente, dedica-se à gestão de activos financeiros de investidores institucionais e particulares, à prestação de serviços financeiros, à administração de fundos de investimento e outras actividades consentidas por lei à actividade bancária.

Para a realização das suas operações, o **Banco Privado** dispõe de dois balcões, um em Lisboa e um no Porto, e um escritório de representação na África do Sul. Adicionalmente, dispõe de duas sucursais: a Sucursal Financeira Exterior na Zona Franca da Madeira e uma Sucursal em Espanha.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o Banco detém participações superiores a 50% nas seguintes sociedades:

- **Banco Privado Português (Cayman), Ltd.**, cujo objecto social é idêntico ao do **Banco Privado**, sendo igualmente responsável pela gestão de sociedades cujo objecto social consiste exclusivamente no investimento em valores mobiliários representativos de partes de capital de outras sociedades.

- Privado Fundos cujo objecto social consiste na administração, gestão e representação de fundos de investimento mobiliário.

- Imoprivado – Sociedade Imobiliária, S.A. (Imoprivado), cuja actividade consiste na gestão de activos imobiliários, designadamente o imóvel sito na Rua Mouzinho da Silveira, nº12, em Lisboa, que é utilizado como sede da Sociedade e do **Banco Privado**. Esta sociedade é, ainda, detentora de 100% do capital social de três sociedades imobiliárias, que em conjunto são titulares da propriedade sobre um imóvel sito na Avenida de Montevideu, nº 66-80, Porto, utilizado pela delegação do **Banco Privado** nesta cidade:

  - Sociedade Y2K – Imobiliária, S.A.(Y2K);
  - Sociedade Evitu – Imobiliária, S.A.(Evitu);
  - Sociedade Toupronto – Imobiliária, S.A.(Toupronto).

- Privado Development Capital Advisers, Ltd., constituída no decurso do exercício de 2000. Esta Sociedade tem sede nas Ilhas Cayman e tem como objecto social a gestão de fundos de *private equity*. Esta sociedade é responsável pela gestão do Ctema *Property Fund*, *Ceará Investment Fund* e *Stichting Ellipse Foundation*.

- **BPP** – Escritório de representação no Brasil, Ltda., constituída no decurso do exercício de 2004. Esta sociedade tem sede no Brasil e o seu objecto social é idêntico ao do Banco, embora a sua actividade esteja delimitada ao âmbito de escritório de representação nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

A Sociedade adquiriu, pelo respectivo valor contabilístico, a totalidade das quotas representativas do capital da **BPP** – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Sociedade Unipessoal, Lda. em 30 de Dezembro de 2005 ao **Banco Privado**. Adicionalmente, na mesma data procedeu à sua transformação em Sociedade Anónima, tendo sido alterada a respectiva denominação social para PCapital – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (PCapital). A PCapital tem como objecto social a gestão de participações sociais em outras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividades económicas.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a PCapital detém participações superiores a 50% nas seguintes sociedades:

- Privado Development Capital Promoters, Ltd., constituída no decurso do exercício de 2000. Esta sociedade tem sede nas Ilhas Cayman e tem como objecto social a promoção e colocação de fundos de *private equity*. Esta sociedade é responsável pela promoção e colocação do *Ctema Property Fund* e *Ceará Investment Fund*.

- Kinetics, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Kinetics), cujo objecto social é a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividades económicas.

A Privado Geste, SGPS, S.A., detida integralmente pela **Privado Holding**, é uma sociedade anónima, com sede na Zona Franca da Madeira, tendo sido constituída em 22 de Dezembro de 2005 com o objectivo de prestar serviços de gestão de activos para o grupo **Privado Holding**.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a Privado Geste detém a Geste Advisers, Limited (Geste), cuja actividade principal é a gestão de fundos de investimento mobiliário. Nestas datas, a Geste geria o fundo *Iberian Opportunities Fund*.

Em Outubro de 2006, a Privado Geste constituiu duas sociedades sedeadas no Luxemburgo denominadas Fino S.A.R.L. (Fino) e Belt Finance S.A.R.L. (Belt), sendo o capital da Belt detido na sua globalidade pela Fino. Estas duas sociedades foram constituídas com o objectivo de adquirir a sociedade Vale da Rã – Investimentos Turísticos & Imobiliários, S.A. (Vale da Rã), detentora de 166 hectares e 24 hectares, da Herdade de Vale da Rã e Herdade dos Pardieiros, respectivamente, bem como dos direitos de aquisição de 94 hectares da Herdade dos Pardieiros. Estas herdades situam-se em Vila do Bispo, Algarve, sendo o objectivo do Grupo **Privado Holding** construir nas mesmas um empreendimento imobiliário e turístico, incluindo equipamentos de golfe, lotes para edificação de moradias e para construção em altura para, uso predominantemente turístico.

Deste modo, em 29 de Novembro de 2006, a Belt adquiriu ao valor nominal uma participação de 55,7% na Vale da Rã, na sequência de um aumento de capital realizado por esta sociedade no montante de 398.828 Euros.

Por sua vez, em 19 de Dezembro de 2006, a Fino alienou 16.000 acções da Belt correspondentes a 50% da sua participação nesta sociedade, a cinco clientes do Grupo **Privado Holding**, tendo registado uma mais valia com esta operação de 4.400.000 Euros (Nota 29).

4. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	5.422.361	6.088.711
Depósitos à ordem no Banco de Espanha	531.355	524.062
Caixa	16.381	5.838
	5.970.097	**6.618.611**

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal, de carácter obrigatório, visam satisfazer os requisitos legais de constituição de reservas mínimas. De acordo com o Aviso nº 7/94, do Banco de Portugal, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis.

5. Disponibilidades à Vista sobre Instituições de Crédito

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Depósitos à ordem:		
• Em instituições no País	5.338.051	939.493
• Em instituições no estrangeiro	86.434.030	48.664.277
	91.772.081	**49.603.770**

Os depósitos à ordem em instituições de crédito no País e no estrangeiro são remunerados às taxas de juro vigentes no mercado.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os depósitos à ordem eram denominados por moeda de acordo com as seguintes percentagens:

	2006	2005
Denominados em Euros	94,93%	86,37%
Denominados em USD	3,82%	9,90%
Denominados em outras moedas	1,25%	3,73%

6. Activos Financeiros detidos para Negociação e Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados

Estas rúbricas têm a seguinte composição:

	2006			2005		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
Instrumentos de dívida						
- De emissores públicos:						
• Obrigações de dívida pública portuguesa	14.392	11.714.186	11.728.578	284.960	11.731.079	12.016.039
• Obrigações de dívida pública estrangeira	-	-	-	-	5.301.922	5.301.922
- De outros emissores:						
• Obrigações:						
De residentes	10.208.934	4.028.395	14.237.329	1.579.457	2.518.689	4.098.146
De não residentes	99.311.374	241.728.305	341.039.679	85.418.111	187.073.580	272.491.691
	109.534.700	**257.470.886**	**367.005.586**	**87.282.528**	**206.625.270**	**293.907.798**
Instrumentos de capital						
• Acções:						
De residentes	1.382.416	-	1.382.416	1.283.119	-	1.283.119
De não residentes	2.707.983	-	2.707.983	-	-	-
Unidades de participação	6.938.383	-	6.938.383	2.842.821	-	2.842.821
	11.028.782	**-**	**11.028.782**	**4.125.940**	**-**	**4.125.940**
Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 8)	353.646	-	353.646	487.601	-	487.601
	120.917.128	**257.470.886**	**378.388.014**	**91.896.069**	**206.625.270**	**298.521.339**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o detalhe do inventário de títulos é apresentado nos Anexos I e II, respectivamente.

7. Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2006									
	Quantidade	Moeda	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	% participação efectiva	Custo de aquisição	Aumentos/ diminuições da reserva de justo valor	Valor de mercado	Imparidade (Nota 32)	Valor de balanço
Instrumentos de capital:										
Valorizados ao justo valor										
KENDALL	9.237.839	EUR	1,13	1,48	10,00%	10.484.610	3.187.392	13.672.002	-	13.672.002
LIMINORKE, SGPS	8.054.877	EUR	1,00	1,07	10,00%	8.054.877	563.841	8.618.718	-	8.618.718
TERNA PARTIC S.A.	28.380	BRL	7,47	8,54	Inf. 1%	211.957	30.277	242.234	-	242.234
						18.751.444	**3.781.510**	**22.532.954**	**-**	**22.532.954**
Valorizados ao custo histórico										
HOLMA – Serviços de Consultadoria, Lda	1.500.000	EUR	1,00	1	10,00%	1.500.000	-	1.500.000	-	1.500.000
AQUAPURA – Hotel & Resort & Spa, S.A.	1.135.500	EUR	1,00	1	12,50%	1.135.500	-	1.135.500	-	1.135.500
DIVINVEST – Promção Imobiliária, S.A.	21.510	EUR	5,00	5	3,35%	107.550	-	107.550	-	107.550
SOC. MERCANTIL CLUB FINC. VIGO, S.A.	1	EUR	18.631,38	18.631,38	Inf. 1%	18.631	-	18.631	-	18.631
UNITENIS	1	EUR	3.990,38	3.990,38	Inf. 1%	3.990	-	3.990	-	3.990
MADISON MERCHANT PARTNERS	100	USD	3.000,00	3.000,00	10,00%	300.000	-	227.790	(227.790)	-
						3.065.671	**-**	**2.993.461**	**(227.790)**	**2.765.671**
						21.817.115	**3.781.510**	**25.526.415**	**(227.790)**	**25.298.625**
Unidades de participação										
Valorizadas ao justo valor										
FUNDO LIBERTAS I	1.250	EUR	1.000,00	973,44	25,00%	1.250.000	(33.200)	1.216.800	-	1.216.800
PREF PAN EUROPEAN RL EST F. OF FND.C	6.998	EUR	100,00	105,64	25,40%	699.783	39.468	739.251	-	739.251
TISHMAN SPEYER REAL ESTATE VENT LP	47.997	USD	10,10	11,55	2,70%	367.952	52.831	420.783	-	420.783
						2.317.735	**59.099**	**2.376.834**	**-**	**2.376.834**
Valorizadas ao custo histórico										
CEARÁ	5.000	EUR	100,00	100	4,97%	500.000	-	500.000	-	500.000
CTEMA	2.000	EUR	100,00	100	0,90%	200.000	-	200.000	-	200.000
						700.000	**-**	**700.000**	**-**	**700.000**
						3.017.735	**59.099**	**3.076.834**	**-**	**3.076.834**
						24.834.850	**3.840.609**	**28.603.249**	**(227.790)**	**28.375.459**

	2005									
	Quantidade	Moeda	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	% participação efectiva	Custo de aquisição	Aumentos/ diminuições da reserva de justo valor	Valor de mercado	Imparidade (Nota 32)	Valor de balanço
Instrumentos de capital:										
Valorizados ao justo valor										
KENDALL	4.235.754	EUR	1,00	1,00	10,00%	4.235.754	-	4.235.754	-	4.235.754
Valorizados ao custo histórico										
HOLMA – Serviços de Consultadoria, Lda	1.000.000	EUR	1,00	1,00	10,00%	1.000.000	-	1.000.000	-	1.000.000
AQUAPURA – Hotel & Resort & Spa, S.A.	587.500	EUR	1,00	1,00	12,50%	587.500	-	587.500	-	587.500
DIVINVEST – Promção Imobiliária, S.A.	21.510	EUR	5,00	5	3,35%	107.550	-	107.550	-	107.550
SOC. MERCANTIL CLUB FINC. VIGO, S.A.	1	EUR	18.631,38	18.631,38	Inf. 1%	18.631	-	18.631	-	18.631
UNITENIS	1	EUR	3.990,38	3.990,38	Inf. 1%	3.990	-	3.990	-	3.990
MADISON MERCHANT PARTNERS	100	USD	3.000,00	3.000,00	10,00%	254.302	-	254.302	(254.302)	-
						1.971.973	**-**	**1.971.973**	**(254.302)**	**1.717.671**
						6.207.727	**-**	**6.207.727**	**(254.302)**	**5.953.425**
Unidades de participação										
Valorizadas ao justo valor										
PREF PAN EUROPEAN RL EST F. OF FND.C	6.264	EUR	100,00	99,52	35,80%	626.389	(3.007)	623.382	-	623.382
Valorizadas ao custo histórico										
CEARÁ	5.000	EUR	100,00	100,00	4,97%	500.000	-	500.000	-	500.000
CTEMA	2.000	EUR	100,00	100,00	0,90%	200.000	-	200.000	-	200.000
						700.000	**-**	**700.000**	**-**	**700.000**
						1.326.389	**(3.007)**	**1.323.382**	**-**	**1.323.382**
						7.534.116	**(3.007)**	**7.531.109**	**(254.302)**	**7.276.807**

Em 2006, o Grupo **Privado Holding** criou a sociedade Liminorke – SGPS, S.A. com o objectivo de adquirir participações de referência em empresas de transmissão energética, nomeadamente Galp Energia, SGPS, S.A., Rede Eléctrica Nacional, S.A. e Enagás, S.A.. Em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo **Privado Holding** detinha uma participação de 10% no capital desta sociedade.

No último trimestre de 2005, a PCapital adquiriu uma participação correspondente a 10% do capital da sociedade Kendall Develops, SL, cujos principais activos consistem em acções representativas do capital social de sociedades concessionárias de exploração de auto-estradas. Esta Sociedade é gerida pelo Grupo **Privado Holding**. Os restantes accionistas são clientes do Grupo **Privado Holding**. No primeiro trimestre de 2006, na sequência de um aumento de capital de 50 milhões de Euros, a PCapital passou a deter uma participação de 17% do capital desta sociedade. Ainda, durante o exercício de 2006, alienou 7% da sua participação a clientes tendo registado uma mais valia com a alienação de 794.300 Euros (Nota 28).

A Holma – Serviços de Consultadoria, Lda., tem por objecto social a prestação de apoio técnico de consultadoria à criação, desenvolvimento, expansão e modernização de empresas industriais, comerciais e de serviços de âmbito internacional, entre outros. A actividade desta sociedade consiste na intermediação das subscrições das participações numa fundação de direito holandês, cujo objecto é a criação e manutenção de uma colecção de arte, em representação dos clientes do Grupo Privado Holding. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a participação da Privado Holding nesta sociedade inclui prestações suplementares nos montantes de 1.410.000 Euros e 910.000 Euros, respectivamente.

No primeiro semestre de 2005, o Grupo Privado Holding adquiriu uma participação correspondente a 25% do capital social da sociedade Aquapura Hotels & Resort & SPA. O Grupo Privado Holding adquiriu metade desta participação com intenção da sua alienação junto dos seus clientes no curto prazo, razão pela qual procedeu ao registo da parte alienável no prazo de um ano, na rúbrica de "Activos não correntes detidos para venda". Em Janeiro de 2006, o Grupo Privado Holding concretizou a alienação de metade da sua participação pelo respectivo custo de aquisição (Nota 11).

Em Fevereiro de 2006, a sociedade Aquapura Hotels & Resort & SPA procedeu a um aumento de capital no montante de 4.384.000 Euros, tendo o Grupo Privado Holding realizado o montante de 548.000 Euros, correspondente à sua participação de 12,5%.

A Divinvest tem como actividade a promoção imobiliária, gestão de imóveis próprios e alheios, compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim e prestação de serviços conexos com as referidas actividades. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a participação da Privado Holding nesta sociedade inclui prestações suplementares no montante de 105.875 Euros.

8. Instrumentos Financeiros Derivados

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4. d). Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2006					
	Montante nocional			Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 6)	Passivos detidos para negociação	Total
Instrumentos financeiros derivados:						
Forwards cambiais				-	(103.873)	(103.873
Compras	168.254.274	-	168.254.274	-	-	-
Vendas	168.189.115	-	168.189.115	-	-	-
Swaps	140.000.000	-	140.000.000	255.072	(255.072)	-
Opções	4.943.500	-	4.943.500	98.574	(47.757)	50.817
	481.386.889	**-**	**481.386.889**	**353.646**	**(406.702)**	**(53.056)**

	2005					
	Montante nocional			Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 6)	Passivos detidos para negociação	Total
Instrumentos financeiros derivados:						
Forwards cambiais				460.518	-	460.518
Compras	193.846.542	-	193.846.542	-	-	-
Vendas	193.450.265	-	193.450.265	-	-	-
Swaps	10.000.000	-	10.000.000	27.083	-	27.083
	397.296.807	**-**	**397.296.807**	**487.601**	**-**	**487.601**

Em 31 de Dezembro de 2006, o saldo da rúbrica "Passivos financeiros detidos para negociação", inclui a reavaliação negativa dos instrumentos financeiros derivados, bem como o valor de mercado de 15.000 acções da Antena 3 Television, nos montantes de 406.702 Euros e 267.600 Euros, respectivamente. O Banco procedeu à venda destas acções a descoberto pelo montante de 290.463 Euros.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2006, por prazos residuais, apresenta o seguinte detalhe por montante nocional:

	2006				
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	Total
Instrumentos financeiros derivados:					
Forwards cambiais					
Compras	168.254.274	-	-	-	168.254.274
Vendas	168.189.115	-	-	-	168.189.115
Swaps	40.000.000	-	-	100.000.000	140.000.000
Opções	4.943.500	-	-	-	4.943.500
	381.386.889	**-**	**-**	**100.000.000**	**481.386.889**

Em 31 de Dezembro de 2005, os instrumentos financeiros de derivados venciam-se no primeiro trimestre de 2006.

O Grupo Privado Holding realiza operações com produtos derivados como parte normal da sua actividade, bem como para satisfazer as necessidades dos seus clientes e gerir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações de títulos.

9. Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rúbrica tema a seguinte composição:

	2006	2005
Depósitos a prazo – Em instituições de crédito no estrangeiro	150.886.500	47.300.000
Juros a receber	68.515	3.069
	150.955.015	**47.303.069**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as "Aplicações em instituições de crédito" tinham vencimento no primeiro trimestre do exercício seguinte, eram denominadas em Euros, e remuneradas às taxas de juro médias anuais de 3,59% e 2,73%, respectivamente.

10. Crédito a Clientes

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Crédito interno e externo – particulares e empresas:		
• Empréstimos	184.669.722	190.252.920
• Descobertos em depósitos à ordem	114.795.980	114.375.329
Crédito e juros vencidos	9.853	9.853
	299.475.555	**304.638.102**
Juros a receber	3.702.072	6.393.810
	303.177.627	**311.031.912**
Imparidade do crédito concedido (Nota 32)	(9.853)	(9.853)
	303.167.774	**311.022.059**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rúbrica apresenta a seguinte estrutura, em termos de prazos residuais de vencimento:

	2006	2005
Até três meses	141.309.548	158.228.617
De três meses a um ano	90.656.060	110.279.970
De um a cinco anos	68.342.166	42.513.472
Mais de cinco anos	2.860.000	-
	303.167.774	**311.022.059**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rúbrica "Crédito a clientes" inclui créditos concedidos a um conjunto de sociedades cuja, gestão é assegurada pelo **Banco Privado Português (Cayman), Ltd.**, de acordo com o seguinte detalhe:

	2006		2005	
	Capital	Juros	Capital	Juros
Ashurst Management, Ltd.	23.263.414	838.718	-	-
Fitron Management Ltd.	6.000.000	2.251	6.414.882	1.768.706
Zenith – SGPS, S.A.	646.448	14.059	6.000.000	83.638
Multiplus Investments Ltd.	-	-	21.771.248	2.349.388
Strand Ventures Inc.	-	-	938.892	16.054
	29.909.862	**855.028**	**35.125.022**	**4.217.786**

A actividade destas sociedades consiste exclusivamente no investimento em valores mobiliários representativos de partes de capital de outras sociedades. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estas sociedades detinham 23.071.800 acções da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. representativas de 18,38% do capital desta sociedade.

Em Fevereiro de 2007, estas sociedades alienaram 18.878.850 acções representativas de 15% do capital da Jerónimo Martins ao preço de 19,20 Euros por acção, tendo os empréstimos concedidos pelo Grupo **Privado Holding** sido reembolsados.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rúbrica "Crédito interno e externo – particulares e empresas" apresenta a seguinte decomposição em termos do colateral associado ao crédito concedido:

	2006	2005
Valores mobiliários ou activos financeiros	279.003.698	293.627.556
Acções da Privado Holding	11.363.985	16.816.031
Sem colateral	12.800.091	578.472
	303.167.774	**311.022.059**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o crédito concedido pela **Privado Holding** e Subsidiárias a accionistas ou sociedades, em relação de grupo com estes, ascende a 45.695.228 Euros e 58.187.262 Euros, respectivamente. Adicionalmente, no exercício de 2006, foram concedidas garantias bancárias pela **Privado Holding** e Subsidiárias a accionistas ou sociedades em relação de grupo no montante de 500.000 Euros.

Os créditos sem colateral correspondem a créditos concedidos à Holma – Serviços de Consultadoria, Lda. e a colaboradores.

11. Activos não Correntes detidos para Venda

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rúbrica tem a seguinte composição:

	Quantidade	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição
M. Dias Branco	1.113.000	7,47	8,89	8.313.758
Imoseagle Cinco:				
Prestações suplementares				568.000
Capital	150	5,00	5,00	750
				568.750
Unidades de participação:				
Coller International Partners	10.000.000	0,04	0,04	354.973
Crossroads Fund Capital Call	7.500.000	0,17	0,17	1.252.847
Harbourvest International	6.000.000	0,15	0,15	929.580
				2.537.400
				11.419.908

A sociedade M. Dias Branco é o principal fabricante e vendedor de biscoitos e massas alimentícias do Brasil, actuando ainda nos segmentos de moagem de trigo, refinação de óleo, gorduras, margarinas e cremes vegetais. O Grupo Privado Holding dispõe de uma participação de 0,971% do capital desta empresa.

Em 31 de Dezembro de 2006, o saldo desta rúbrica engloba ainda a subscrição inicial, realizada pelo Grupo Privado Holding, em três fundos de fundos de *Private Equity,* constituídos no final de 2006.

No exercício de 2007, o Grupo Privado Holding pretende transferir a totalidade da participação na M. Dias Branco, bem como as unidades de participação nos três fundos de fundos de *Private Equity*, para sociedades a constituir. Estas sociedades serão detidas por clientes, ficando o Grupo Privado Holding responsável pela sua gestão.

Em Dezembro de 2006, o Grupo **Privado Holding** constituiu em parceria com a Turmuge – Empreendimentos Turísticos, S.A. (Turmuge) a sociedade Imoseagle Cinco – Gestão Mobiliária e Imobiliária, Lda. (Imoseagle Cinco). Esta sociedade foi constituída com o objectivo de adquirir um terreno sito em Vale da Amoreira, Distrito de Faro, com uma área total de 160.000 metros quadrados, para o desenvolvimento de um projecto turístico e imobiliário. O terreno foi adquirido por, aproximadamente, 13.000.000 Euros, dos quais 3.790.000 foram liquidados em Dezembro de 2006, sendo os restantes 9.210.000 Euros liquidados no horizonte temporal de dois a três a anos, em função do desenvolvimento do projecto. A Imoseagle Cinco procedeu à liquidação dos 3.790.000 Euros, através de prestações suplementares concedidas em partes iguais pelo Grupo **Privado Holding** e Turmuge, no montante de 1.895.000 Euros.

No segundo trimestre de 2007, o Grupo **Privado Holding** bem como a Turmuge perspectivam reduzir a sua participação de 50% para 35% na Imoseagle Cinco por alienação a um terceiro, que tomará uma participação de 30% do capital desta sociedade. Deste modo, o capital bem como as prestações suplementares concedidas à Imoseagle Cinco que se estimam alienar no segundo trimestre de 2007, foram registadas na rúbrica "Activos não correntes detidos para venda", tendo a participação, bem como as prestações suplementares não alienáveis no curto prazo, sido registadas na rúbrica de "Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos conjuntos" (Nota 14).

Em 31 de Dezembro de 2005, o saldo desta rúbrica corresponde ao custo de aquisição de 12,5% do capital da Aquapura Hotels & Resorts, S.A. Em Janeiro de 2006, o Grupo **Privado Holding** concretizou a alienação desta participação pelo respectivo custo de aquisição (Nota 7).

12. Outros Activos Tangíveis

O movimento ocorrido nas rúbricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

2006

	Saldos em 31-12-2005			Abates e alienações				31-12-06
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Variação cambial	Valor líquido
Imóveis serviço próprio	11.046.340	(1.515.472)	2.500.058	(120.229)	106.729	(468.594)	(4.250)	11.544.582
Equipamento:								
Mobiliário e material	1.605.083	(1.085.366)	473.220	(2.945)	-	(167.157)	(2.059)	820.806
Máquinas e ferramentas	427.407	(380.893)	87.004	-	-	(21.104)	(462)	111.952
Equipamento informático	1.756.667	(1.506.029)	211.430	-	-	(155.727)	(33)	306.308
Instalações interiores	184.722	(89.710)	88.173	-	-	(25.638)	-	157.547
Material de transporte	7.708	(7.708)	-	(7.708)	7.708	-	-	-
Equipamento de segurança	18.379	(6.346)	420	-	-	(2.432)	-	10.111
Outro equipamento	5.596	(3.497)	-	-	-	(699)	-	1.400
	15.051.902	**(4.594.991)**	**3.360.305**	**(130.882)**	**114.437**	**(841.261)**	**(6.804)**	**12.952.706**

2005

	Saldos em 31-12-2004				Abates e alienações				31-12-05
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adopção das IFRS *(Nota 35)*	Adições	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Variação cambial	Valor líquido
Imóveis serviço próprio	10.647.917	(1.216.024)	-	415.428	(17.460)	11.805	(311.253)	455	9.530.868
Obras em edifícios arrendados	115.098	(77.161)	(37.937)	-	-	-	-	-	-
Equipamento:									
Mobiliário e material	1.537.946	(917.092)	-	75.495	-	-	(168.244)	(8.358)	519.747
Máquinas e ferramentas	402.322	(355.734)	-	26.211	-	-	(25.159)	(1.126)	46.514
Equipamento informático	1.660.611	(1.351.750)	-	112.290	(16.234)	3.737	(158.016)	-	250.638
Instalações interiores	180.026	(66.870)	-	4.696	-	-	(22.840)	-	95.012
Material de transporte	7.708	(5.781)	-	-	-	-	(1.927)	-	-
Equipamento de segurança	18.362	(4.017)	-	17	-	-	(2.329)	-	12.033
Outro equipamento	5.596	(2.798)	-	-	-	-	(699)	-	2.099
	14.575.586	**(3.997.227)**	**(37.937)**	**634.137**	**(33.694)**	**15.542**	**(690.467)**	**(9.029)**	**10.456.911**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rúbrica imóveis de serviço próprio nas demonstrações financeiras consolidadas pode ser detalhada como se segue:

	2006			2005		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imóvel Mouzinho da Silveira, nº 12 – Lisboa	3.854.443	(724.331)	3.130.112	3.814.758	(630.407)	3.184.351
Imóvel Avenida de Montevideu, nº 66-80 – Porto	3.927.421	(542.855)	3.384.566	3.613.688	(423.501)	3.190.187
Imóvel Rua Alexandre Herculano, nº 27 – Lisboa	5.640.055	(610.151)	5.029.904	3.617.894	(461.564)	3.156.330
	13.421.919	**(1.877.337)**	**11.544.582**	**11.046.340**	**(1.515.472)**	**9.530.868**

O valor bruto inclui o custo de aquisição acrescido das obras de beneficiação realizadas nos imóveis.

Durante o exercício de 2000, o Banco Privado realizou um contrato de suprimentos com a Imoprivado no valor de 3.630.750 Euros, através dos quais a Imoprivado adquiriu o capital social e os suprimentos de três sociedades imobiliárias – Y2K, Evitu e Toupronto por 2.551.351 Euros e 1.079.016 Euros, respectivamente. O principal activo destas sociedades é o edifício na Avª de Montevideu, nº 66-80, que é utilizado pelos serviços do Banco, pelo que a diferença entre o valor de aquisição e a situação patrimonial das empresas na data de aquisição, no montante global de 2.409.407 Euros, foi registada nas contas consolidadas em "Outros activos tangíveis – imóveis de serviço próprio".

Durante o exercício de 2004, o Banco Privado realizou um novo contrato de suprimentos com a Imoprivado no valor de 2.361.016 Euros, através do qual a Imoprivado adquiriu o imóvel sito na Rua Alexandre Herculano nº 27 – Lisboa. Este imóvel passou a ser utilizado pelos Serviços do Banco Privado, em Novembro de 2006.

Em 31 de Dezembro de 2005, o imóvel sito na Rua Mouzinho da Silveira, nº12 (Lisboa) encontrava-se em regime de locação financeira. Nesta data o passivo associado a esta operação de locação financeira ascendia a 304.680 Euros (Nota 20). Esta operação terminou em Agosto de 2006.

13. Activos Intangíveis

O movimento ocorrido nas rúbricas de "Activos intangíveis", durante os exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

2006

	Saldos em 31-12-2005					31-12-06
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições		Amortizações do exercício	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados	4.984.026	(4.549.164)	406.162		(344.438)	496.586

2005

	Saldos em 31-12-2004				Abates e alienações			31-12-05
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adopção das IFRS *(Nota 35)*	Adições	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Valor líquido
Despesas de estabelecimento	755.824	(422.066)	(333.758)	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	538.838	(538.838)	-	-	-	-	-	-
Investigação e desenvolvimento	91.221	(85.161)	(6.060)	-	-	-	-	-
Sistemas de tratamento automático de dados	4.754.401	(4.263.755)	-	278.030	(48.405)	36.684	(322.093)	434.862
Outras	31.210	(29.839)	(1.371)	-	-	-	-	-
	6.171.494	**(5.339.659)**	**(341.189)**	**278.030**	**(48.405)**	**36.684**	**(322.093)**	**434.862**

14. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o saldo desta rúbrica apresenta a seguinte composição:

	2006		2005
	Percentagem de participação	Valor de balanço	Valor de balanço
Avenida 35 – Sociedade Imobiliária	25%	91.234	214.469
Imoseagle Cinco – Gestão Mobiliária e Imobiliária, Lda.	35%	1.328.750	-
		1.419.984	**214.469**

Os dados financeiros, retirados das contas individuais provisórias destas entidades, relativos ao último exercício económico, podem ser resumidos da seguinte forma:

		2006			
	Sede	Percentagem participação efectiva	Activo	Lucro/ (Prejuízo)	Situação líquida (a)
Avenida 35 – Sociedade Imobiliária	Lisboa	25%	435.634	294.857	349.694
Imoseagle Cinco – Gestão Mobiliária e Imobiliária, Lda.	Lisboa	35%	13.402.224	(20.248)	3.774.409

(a) A situação líquida da "Avenida 35" e da "Imoseagle Cinco" inclui prestações suplementares nos montantes de 145.725 Euros e 3.790.000 Euros, respectivamente, das quais 40.242 Euros e 1.895.000 Euros concedidas pelo Grupo Privado Holding, respectivamente (Nota 11).

Os dados financeiros retirados das contas individuais da "Avenida 35" relativos ao exercício de 2005, podem ser resumidos da seguinte forma:

		2005			
	Sede	Percentagem participação efectiva	Activo	Lucro/ (Prejuízo)	Situação líquida (b)
Avenida 35 – Sociedade Imobiliária	Lisboa	25%	5.730.034	(68.992)	5.120.079

(b) A situação líquida inclui prestações suplementares no montante de 5.210.967 Euros, das quais 214.469 Euros concedidas pelo Grupo Privado Holding.

Em 26 de Março de 2006, a sociedade "Avenida 35" alienou ao Fundo de Investimento Fechado Libertas I, pelo montante global de 6.100.000 Euros, o prédio urbano sito na Avenida da Liberdade, nºs 29 a 41, e prédio urbano sito na Travessa da Glória, nºs 15, 17 e 19. Esta alienação gerou uma mais valia de 393.119 Euros e permitiu à "Avenida 35" reembolsar parte das prestações suplementares.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2005 e 2006 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras consolidadas pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Avenida 35	Imoseagle Cinco	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	-	-	-
Aquisição	500.000	-	500.000
Prestações suplementares	214.469	-	214.469
Resultados em associadas (Notas 24 e 35)	(500.000)	-	(500.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	**214.469**	**-**	**214.469**
Aquisição	-	2.500	2.500
Prestações suplementares	(174.227)	1.895.000	1.720.773
Transferência para activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	-	(568.750)	(568.750)
Resultados em associadas (Nota 24)	50.992	-	50.992
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	**91.234**	**1.328.750**	**1.419.984**

15. Imposto sobre o Rendimento

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 eram os seguintes:

	2006	2005
Activos por impostos correntes:		
• Imposto sobre o rendimento a recuperar	8.986.603	6.416.388
Passivos por impostos correntes:		
• Pagamentos por conta	3.439.812	2.660.517
• Pagamento especial por conta	15.752	73.114
• Estimativa de imposto corrente do exercício	(4.355.299)	(4.269.059)
	(899.735)	(1.535.428)
	8.086.868	**4.880.960**

A rúbrica "Imposto sobre o rendimento a recuperar" resulta de três liquidações adicionais de imposto pagas no primeiro semestre de 2004, no primeiro semestre de 2005 e no primeiro semestre de 2006. As liquidações referem-se à correcção efectuada pela Administração Fiscal, relativamente aos exercícios de 1999 a 2003, da imputação do lucro tributável da Sucursal Financeira Exterior na Zona Franca da Madeira (sujeita a regime de isenção temporária) dos resultados da sua participação no capital do Banco Privado Português (Cayman) e da Geste.

As correcções aos exercícios de 1999 e 2000 não originaram liquidações adicionais de imposto, mas apenas correcções ao reporte de prejuízos fiscais. A correcção no montante total de 8.600.744 Euros relativa ao exercício de 2001 ocorreu em 2004, tendo resultado no pagamento adicional de IRC no montante de 3.560.641 Euros.

No exercício de 2005, a correcção ao exercício de 2002, no montante de 8.374.774 Euros, originou um pagamento adicional de imposto de 2.855.747 Euros. Em 2006, a correcção ao exercício de 2003, originou um pagamento adicional de imposto no montante de 2.570.215 Euros.

O Conselho de Administração do Banco considera correcto o procedimento fiscal adoptado, pelo que após pagamento das liquidações adicionais de imposto deduziu impugnação judicial, sendo, na sua opinião, recuperável o montante pago. Adicionalmente, o advogado do Banco considera como bastante provável o sucesso das impugnações judiciais, pelo que não foi constituída qualquer provisão.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade e das suas subsidiárias relativas aos exercícios de 2003 a 2006 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer outra correcção seja significativa para as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006.

O detalhe e o movimento, ocorrido nos impostos diferidos, durante os exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	2006						
					Alteração de taxa		
	Saldos em 31.12.2005	Variação em resultados	Transferências	Variação em capital próprio	Resultados	Capital próprio	Saldos em 31-12-2006
Campanhas publicitárias	208.519	(69.506)	-	-	(5.055)	-	133.958
Imputação de lucros de sociedades sujeitas a um regime fiscal priviligiado	311.834	(148.762)	-	-	(5.930)	-	157.142
Prejuízos fiscais reportáveis	-	17.975	-	-	-	-	17.975
Activos intangíveis	60.795	(56.870)	-	-	(143)	-	3.782
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	827	-	(827)	-	-	-	-
	581.975	(257.163)	(827)	-	(11.128)	-	312.857
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	827	(1.056.994)	-	38.406	(1.017.761)
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(378.472)	328.265	-	-	1.826	-	(48.381)
	(378.472)	328.265	827	(1.056.994)	1.826	38.406	(1.066.142)
	203.503	**71.102**	**-**	**(1.056.994)**	**(9.302)**	**38.406**	**(753.285)**

	2005				
	Saldos em 31.12.2004	Adopção das IFRS *(Nota 35)*	Variação em resultados	Variação em capital próprio	Saldos em 31-12-2005
Imputação de lucros de sociedades sujeitas a um regime fiscal priviligiado	-	97.090	214.744	-	311.834
Campanhas publicitárias	-	208.519	-	-	208.519
Activos intangíveis	-	60.795	-	-	60.795
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	827	827
	-	366.404	214.744	827	581.975
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(400.000)	(27.882)	49.410	-	(378.472)
	(400.000)	**338.522**	**264.154**	**827**	**203.503**

A partir do exercício de 2007, de acordo com o Artigo 14º da Lei das Finanças Locais, a derrama passa a corresponder, no máximo, a 1,5% sobre o lucro tributável. Até ao final do exercício de 2006, correspondia a 10% sobre a colecta. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo Privado Holding registou os impostos diferidos activos e passivos originados por diferenças temporárias que se esperam reverter no exercício de 2007 e seguintes, com base na taxa de 26,5%, ou seja, 25% (taxa de IRC) acrescida de derrama. O impacto da alteração de taxa correspondeu a um ganho de 29.104 Euros.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto, verificadas nos exercícios de 2006 e 2005, pode ser demonstrada como se segue:

	2006		2005	
	Taxa	**Imposto**	**Taxa**	**Imposto**
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		**22.442.671**		**17.476.879**
Imposto apurado com base na taxa nominal	27,50%	6.171.735	27,50%	4.806.142
Impacto do regime de tributação da actividade da				
Sucursal Financeira Exterior da Madeira (Nota 2.12)	3,22%	723.169	-3,10%	(542.387)
Lucros de sociedades sujeitas a um regime fiscal privilegiado	-13,39%	(3.005.558)	-2,97%	(519.058)
Mais-valias contabilísticas de alienação de investimentos financeiros	-	-	-1,98%	(346.415)
Benefícios fiscais	-0,33%	(74.427)	-0,55%	(96.164)
Outros	2,13%	478.580	4,02%	702.787
	19,13%	**4.293.499**	**22,92%**	**4.004.905**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o IRC a pagar tem a seguinte composição:

	2006	**2005**
Imposto sobre lucros:		
• Privado Holding, S.A.	664.439	1.022.000
• Banco Privado	3.300.000	3.098.649
• Restantes subsidiárias	390.860	148.410
Imposto sobre lucros da Privado Holding e Subsidiárias	4.355.299	4.269.059
Pagamentos por conta	(3.439.812)	(2.660.517)
IRC a pagar	**915.487**	**1.608.542**

16. Outros Activos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Devedores e outras aplicações		
Património artístico	4.365.210	4.400.728
Comissões a receber:		
• Comissões de gestão e custódia de activos	3.800.491	2.463.370
• Entidades geridas pela Capital Advisers	547.577	404.871
• Serviços de consultoria (*Corporate Advisory*)	402.429	479.037
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	987.808	733.677
Associado em projectos imobiliários	805.908	-
Adiantamentos a fornecedores	210.185	110.337
Colaboradores	37.367	24.609
Aplicações – conta caução	23.188	23.188
Outros	782.215	67.308
	11.962.378	**8.707.125**
Despesas com encargo diferido		
Rendas e alugueres	150.766	219.306
Seguros	31.008	24.896
Outras	145.300	221.302
	327.074	**465.504**
Contas de regularização activas		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	596.304.605	498.888.251
Outras operações activas a regularizar	1.375.408	593.984
	597.680.013	**499.482.235**
	609.969.465	**508.654.864**

Em 29 de Novembro de 2006, o Grupo **Privado Holding** alienou à Fundação Serralves património artístico, que se encontrava em exposição naquela instituição, pelo montante de 991.750 Euros. Com a alienação do património artístico o Grupo **Privado Holding** registou uma mais valia de 363.001 Euros (Nota 29).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rúbrica "Comissões de gestão e custódia de activos" corresponde à remuneração do **Banco Privado** e **Banco Privado (Cayman)** pela sua actividade de gestão de activos de clientes referentes ao quarto trimestre de 2006 e 2005. Estas comissões são cobradas no mês imediatamente subsequente ao final de trimestre.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rúbrica "Entidades geridas pela Capital Advisers" corresponde às comissões cobradas pela gestão das sociedades Ctema, Ceará e Stichting Ellipse Foundation.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rúbrica "IVA a recuperar" inclui 395.601 Euros relacionados com o pedido de reembolso de IVA apresentado pelo Banco, relativo ao direito de dedução conferido pela aplicação do método do "pró-rata", relativamente aos exercícios de 1999 e 2000. No exercício de 2005, os montantes relativos aos exercícios de 2001 a 2003 foram realizados.

A rúbrica "Associado em projectos imobiliários" corresponde ao valor do crédito concedido ao accionista fundador da sociedade "Vale da Rã" e detentor do restante capital. Este crédito não vence juros nos primeiros dois anos e encontra-se garantido por hipoteca de terrenos.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rúbrica "Devedores e outras aplicações – Outros" inclui o valor a liquidar pela Fundação Serralves pela aquisição de património artístico da Sociedade, no montante de 495.875 Euros, correspondente à segunda e última prestação. De acordo com o contrato de compra e venda celebrado, esta prestação será liquidada até ao dia 29 de Junho de 2007.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rúbrica "Operações de bolsa a liquidar" corresponde ao montante a receber resultante da venda de títulos, cuja liquidação financeira ocorre no exercício subsequente.

17. Recursos de Outras Instituições de Crédito

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
No país:		
Empréstimos a curto prazo	173.026.798	153.553.887
Outros recursos	424.152	47.588
	173.450.950	**153.601.475**
No estrangeiro:		
Outros recursos	80.231.693	40.733.977
Empréstimos a curto prazo	10.000.000	5.384.260
Depósitos à ordem	-	807.551
	90.231.693	**46.925.788**
	263.682.643	**200.527.263**
Juros a pagar	1.508.505	541.977
	265.191.148	**201.069.240**

A rúbrica "Empréstimos a curto prazo – no país" corresponde essencialmente a recursos obtidos junto das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca, Mafra, Bombarral, Leiria, Torres Novas e Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os recursos de outras instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura, em termos de prazos residuais de vencimento:

	2006	2005
Até três meses	228.815.848	172.936.640
De três meses a um ano	31.375.300	23.132.600
De um a cinco anos	5.000.000	5.000.000
	265.191.148	**201.069.240**

Os débitos para com instituições de crédito têm a seguinte composição por moeda e vencem juros às seguintes taxas anuais:

	Moedas		Taxas médias	
	2006	2005	2005	2004
No país:				
Empréstimos a curto prazo				
• Euros	100,0%	97,7%	4,01%	3,31%
• Yenes Japoneses	-	2,3%	-	0,15%
Outros recursos				
• Euros	100,0%	100,0%	-	-
No estrangeiro:				
Outros recursos				
• Euros	99,8%	99,4%	-	-
• Dólares Norte-Americanos	0,2%	0,5%	-	-
• Yenes Japoneses	-	0,1%	-	-
Empréstimos a curto prazo				
• Euros	100,0%	-	3,42%	-
• Libras Esterlinas	-	71,0%	-	4,70%
• Coroas Suecas	-	29,0%	-	0,90%
Depósitos à ordem				
• Libras Esterlinas	-	59,9%	-	-
• Euros	-	32,3%	-	-
• Reais Brasileiros	-	5,2%	-	-
• Yenes Japoneses	-	1,7%	-	-
• Dólares Norte-Americanos	-	0,6%	-	-
• Coroas Suecas	-	0,3%	-	-

18. Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Depósitos de residentes:		
Depósitos à ordem	103.973.561	31.233.313
Depósitos a prazo	154.935.522	106.171.277
	258.909.083	**137.404.590**
Depósitos de não residentes:		
Depósitos à ordem	113.324.171	128.945.072
Depósitos a prazo	42.335.388	32.494.871
	155.659.559	**161.439.943**
	414.568.642	**298.844.533**
Cheques e ordens a pagar	89.111	86.855
Juros a pagar de depósitos	1.922.762	1.594.714
	416.580.515	**300.526.102**

Os recursos de clientes e outros empréstimos, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os respectivos prazos residuais até ao vencimento:

	2006	2005
Até três meses	314.340.012	232.523.978
De três meses a um ano	88.380.014	53.277.020
De um a cinco anos	11.848.616	13.043.535
	414.568.642	**298.844.533**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os depósitos a prazo de clientes residentes e não residentes venciam juros às seguintes taxas de juro médias anuais e encontravam-se denominados nas seguintes moedas:

	Moedas		Taxas médias	
	2006	2005	2006	2005
• Euros	87,79%	86,65%	2,97%	2,99%
• Dólares Norte-Americanos	10,85%	13,29%	4,34%	2,98%
• Libras Esterlinas	1,36%	0,05%	4,58%	3,94%

19. Outros Passivos Subordinados

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rúbrica apresenta a seguinte composição:

	2006	2005
Obrigações de caixa subordinadas	7.481.968	7.481.968
Juros de obrigações de caixa subordinadas	36.007	37.962
	7.517.975	**7.519.930**

A rúbrica "Obrigações de caixa subordinadas" corresponde a 748.196.846 obrigações de caixa subordinadas, com o valor unitário de 0,01 Euros, emitidas em 24 de Novembro de 1998 por subscrição particular pelo **Banco Privado**.

O pagamento de juros efectua-se semestral e postecipadamente, em 24 de Maio e 24 de Novembro de cada ano, correspondendo a taxa de juro à média aritmética simples das taxas Euribor a 6 meses, divulgada cerca das 11 horas de Lisboa na página Reuters LBOA, registadas nos últimos cinco dias úteis, contados a partir do antepenúltimo dia útil inclusive, anterior ao período semestral de contagem de juros, acrescida de 1 ponto percentual e arredondada, se necessário, para o 1/16 de ponto percentual superior.

A amortização será feita ao par, de uma só vez, no dia 24 de Maio de 2008. No entanto, poderá ser efectuado o reembolso antecipado da totalidade da emissão, por iniciativa do emitente (*call option*) no vencimento dos 11º, 13º e 16º cupões, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, sendo atribuído um prémio de 0.125, 0.100 e 0.075 de ponto percentual do valor nominal reembolsado, respectivamente, para cada uma das datas referidas.

20. Outros Passivos

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Sector Público Administrativo:		
• Retenção de impostos na fonte	518.359	248.830
• Contribuições para a Segurança Social	154.519	148.614
Encargos a pagar:		
• Férias e subsídio de férias	1.144.974	901.824
• Outros	442.310	301.411
Credores por operações sobre valores mobiliários	692.208.401	528.311.900
Fornecedores	53.297	401.086
Outros	42.846	2.442
	694.564.706	**530.316.107**

Em 31 de Dezembro 2006 e 2005, a rúbrica "Encargos a pagar – Outros" inclui a estimativa de encargos com serviços de custódia de títulos prestados por outras instituições financeiras ao Banco e a estimativa de despesas correntes a pagar no exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rúbrica "Credores por operações sobre valores mobiliários" corresponde ao montante a pagar resultante da compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorre no exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2005, o saldo da rúbrica "Fornecedores" inclui o montante de 304.680 Euros (Nota 12) referente à dívida com o contrato de locação financeira do imóvel sito na Rua Mouzinho da Silveira, nº 12. Este contrato de locação financeira foi celebrado com o Banco Comercial Português, S.A. e terminou em Agosto de 2006.

21. Capital Subscrito e Prémios de Emissão

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital da Sociedade era composto por 50.000 acções com o valor nominal de 1 Euro cada, subscritas por cinco accionistas, em partes iguais.

Em 22 de Dezembro de 2004, a totalidade das acções representativas do capital social do Banco Privado foram entregues pelos seus detentores para realização em espécie do aumento de capital da Sociedade. Na sequência desta operação foram emitidas 125.000.000 acções, com valor nominal de 1 Euro e um prémio de emissão de 16 cêntimos por acção.

Na mesma data, foi efectuado um aumento de capital reservado a novos accionistas tendo sido subscritas e realizadas em dinheiro 25.000.000 acções representativas do capital da Sociedade, com valor nominal e um prémio de emissão de 1 Euro por acção.

Desta forma, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital da Sociedade está representado por 150.050.000 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscrito e realizado.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a estrutura accionista é a seguinte:

	2006		2005	
	Nº de Acções	%	Nº de Acções	%
Joma Advisers	20.362.104	13,57	18.750.000	12,50
Francisco Pinto Balsemão	9.675.579	6,45	9.031.250	6,02
Partners Equity Trust	9.512.505	6,34	9.512.505	6,34
Saviotti, SGPS, S.A.	9.502.315	6,33	8.750.000	5,83
Alfa Europa Eco, S.A.	8.147.556	5,43	7.502.500	5,00
Sofip, SGPS, S.A.	4.469.875	2,98	8.717.875	5,81
Outros (participações inferiores a 5%)	88.380.066	58,90	87.785.870	58,50
	150.050.000	**100,00**	**150.050.000**	**100,00**

Em 22 de Dezembro de 2004, no processo de aumento de capital reservado a novos accionistas da Privado Holding, o *Partners Equity Trust*, entidade constituída sob as leis da República da Nova Zelândia que tem como objecto social exclusivo a gestão do programa de atribuição de acções a colaboradores da Privado Holding, subscreveu um lote de 5.000.000 acções da Privado Holding.

Para financiar a aquisição destas acções, esta entidade obteve um crédito junto do Banco Privado Português (Cayman), Ltd., tendo constituído um contrato de penhor sobre as acções como garantia do financiamento obtido.

Durante o ano de 2005, uma Instituição de Crédito Austríaca assegurou este financiamento, em termos similares aos anteriormente assegurados pelo Banco Privado Português (Cayman), Ltd., por um prazo total de três anos, tendo por garantia o penhor dessas acções.

Ainda durante o ano de 2005, os colaboradores englobados no programa de atribuição de acções referente ao quadriénio 2000-2003, exerceram as respectivas opções de compra de acções atribuídas, tendo alienado as mesmas ao *Partners Equity Trust*, num lote global de 4.512.505 acções.

Para a aquisição deste lote, esta entidade obteve um novo crédito junto do Banco Privado Português (Cayman), Ltd., tendo constituído um contrato de penhor sobre este lote de acções como garantia do financiamento obtido.

22. Outros Instrumentos de Capital

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o saldo desta rúbrica corresponde ao valor do prémio das opções de atribuição de acções da Privado Holding aos colaboradores do Banco, bem como à diferença entre os dividendos atribuídos a acções próprias e os juros de financiamento concedido pelo Banco Privado Português (Cayman), Ltd. para a sua aquisição (Notas 24 e 35).

A disponibilização das opções aos colaboradores está condicionada à sua permanência nos quadros do Banco em 31 de Dezembro de 2007. Adicionalmente, o número de opções atribuídas a cada colaborador é variável de acordo com o número de meses em que esteve abrangido pelo plano e pelo facto de ser membro executivo do Conselho de Administração do Banco.

O Grupo Privado Holding estima que os colaboradores, pelo exercício das opções a atribuir, venham a subscrever 8.960.413 acções.

Adicionalmente, o valor das opções foi calculado utilizando como referência o preço pelo qual as acções da Privado Holding foram transaccionadas no último trimestre do exercício de 2006 (2,12 Euros por acção). Desta forma, o valor da opção foi calculado pela actualização, a taxas médias de mercado, da diferença entre o valor de transacção observado no final de 2006 e o preço de exercício da opção (2 Euros), ou seja, 0,1109 Euros por acção.

O Conselho de Administração entende que o valor da opção apurado desta forma, não diverge significativamente do valor que resultaria, caso fosse utilizado um modelo de avaliação de opções.

23. Acções Próprias

Durante o ano de 2005, os colaboradores englobados no programa de atribuição de acções referente ao quadriénio 2000-2003, exerceram as respectivas opções de compra, tendo alienado as acções adquiridas ao *Partners Equity Trust*, num lote global de 4.512.505 acções.

Para a aquisição deste lote, esta entidade obteve um novo crédito junto do Banco Privado Português (Cayman), Ltd. para financiar a aquisição destas acções, tendo sido constituído um contrato de penhor sobre este lote de acções como garantia do financiamento obtido, sendo este lote de 4.512.505 acções, valorizadas a 2 Euros cada, a que se refere o valor em balanço em 31 de Dezembro de 2005.

No âmbito de uma operação de liquidez realizada no exercício de 2006, os accionistas da Sociedade foram convidados a transmitir intenções de compra/venda de acções. Na sequência desta operação, a Privado Holding adquiriu um lote de 3.001.000 acções pelo valor de 2,12 Euros cada, correspondentes a 2% do capital. O Conselho de Administração prevê alienar este lote de acções durante o primeiro semestre de 2007.

24. Reservas, Resultados Transitados e Lucro do Exercício

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as rúbricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2006	2005
Outras reservas e resultados transitados:		
• Reserva legal	5.223.996	3.683.474
• Resultados transitados	9.144.384	2.553.357
	14.368.380	**6.236.831**
Reservas de justo valor	2.822.848	(2.180)
Lucro do exercício	18.181.606	13.471.974
	35.372.834	**19.706.625**

Reserva legal

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 9 de Julho de 2005, foi deliberada a distribuição de dividendos antecipados no montante de 3.517.500 Euros, dos quais 117.210 Euros atribuídos a acções próprias.

Na Assembleia Geral da Sociedade realizada em 31 de Março de 2006, foi deliberada a distribuição adicional de dividendos relativos ao exercício de 2005, no montante de 5.701.900 Euros, dos quais 361.475 Euros atribuídos a acções próprias.

Lucro do exercício

A determinação do resultado líquido consolidado nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser demonstrada da seguinte forma:

	2006	2005
Resultado líquido individual da Privado Holding (Contas estatutárias)	**15.182.590**	**10.993.522**
Contribuição das filiais para o resultado:		
• Banco Privado Português, S.A.	14.889.449	8.011.033
• PCapital	519.640	(5.838)
• Privado Geste	12.963.623	4.501.589
• Banco Privado Português (Cayman), Ltd.	(17.349)	9.325.939
• Geste Advisers	8.489.247	4.749.058
• Privado Development Capital Advisers, Ltd.	592.990	1.133.943
• Privado Development Capital Promoters, Ltd.	(232)	(4.301)
• Privado Fundos	(5.340)	(8.301)
• Kinetics	179.415	42.693
• Imoprivado	(68.518)	18.165
• BPP – Escritório de Representação no Brasil, Ltda	(65.153)	(99.393)
	37.477.772	**27.664.587**
Ajustamentos ao resultado líquido do Grupo:		
• Contribuição para o resultado das empresas associadas (Nota 14)	50.992	(500.000)
• Anulação da mais valia realizada com a venda da Geste Advisers	-	(1.259.691)
• Eliminação dos dividendos recebidos pela Privado Holding:		
- Banco Privado Português, S.A.	(7.368.624)	(8.386.664)
- Privado Geste	(8.301.509)	(2.225.000)
• Eliminação dos dividendos recebidos pelo Banco Privado:		
- Banco Privado Português (Cayman), Ltd.	(9.325.939)	(7.099.639)
- Privado Development Capital Advisers	(1.133.943)	(353.054)
- Geste Advisers	-	(848.172)
• Eliminação dos dividendos recebidos pela Privado Geste:		
- Geste Advisers	(8.250.000)	(4.600.000)
• Interesses minoritários (Nota 25)	32.434	-
• Anulação dos juros de financiamento concedido para aquisição de acções próprias (Nota 35)	(303.410)	(70.750)
• Impacto da conversão das contas individuais para IFRS:		
- Provisões para riscos gerais de crédito e risco-país, liquidas de impostos diferidos	121.243	156.835
Resultado líquido consolidado	**18.181.606**	**13.471.974**

O provisionamento do crédito nas demonstrações financeiras individuais do **Banco Privado Português, S.A.** foi determinado de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, com as alterações introduzidas pelo Aviso do Banco de Portugal nº 8/03, de 30 de Junho, de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas. Para efeitos consolidados, o crédito a clientes é reconhecido em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade.

No exercício de 2005, o **Banco Privado** procedeu à venda da sua participação na Geste Advisers à Privado Geste, pelo montante 7.550.000 Euros, tendo obtido uma mais valia no montante de 1.259.691 Euros. No processo de consolidação esta mais valia foi anulada.

25. Interesses Minoritários

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor das participações de terceiros em filiais e a parcela do lucro consolidado atribuível a accionistas minoritários tem a seguinte distribuição por entidade:

	Participações	Lucro
Belt	1.979.749	20.244
Vale da Rã	186.641	12.190
	2.166.390	**32.434**

26. Juros e Rendimentos e Juros e Encargos Similares

Estas rúbricas têm a seguinte composição:

	2006	2005
Juros e rendimentos similares:		
Juros de crédito interno	14.468.173	7.769.946
Juros de outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	12.709.419	9.148.563
Juros de aplicações em instituições de crédito	2.107.483	5.196.506
Juros de activos financeiros detidos para negociação	362.276	928.872
Outros juros e rendimentos similares	3.181.149	156.346
	32.828.500	**23.200.233**
Juros e encargos similares:		
Juros de depósitos a prazo de clientes	11.986.615	6.343.461
Juros de depósitos á ordem de clientes	3.650.474	2.193.753
Juros de recursos de instituições de crédito – a prazo	1.394.816	185.345
Juros de outros passivos subordinados	296.941	387.022
Juros de recursos de instituições de crédito – de curto prazo	67.920	1.863.733
Outros juros e encargos similares	3.072.944	51.814
	20.469.710	**11.025.128**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as rúbricas "Outros Juros e Rendimentos similares" e "Outros Juros e encargos similares" respeitam essencialmente a juros de instrumentos financeiros derivados *swaps*.

27. Rendimentos e Encargos com Serviços e Comissões

Uma das actividades das Subsidiárias da Privado Holding refere-se à gestão de activos financeiros de investidores institucionais e particulares. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as comissões obtidas pelo Grupo Privado Holding têm o seguinte detalhe:

	2006	2005
Rendimentos de serviços e comissões		
***Private Banking*:**		
• Estratégias de investimento	8.759.708	7.340.135
• Comissões de gestão directamente cobradas a clientes	2.947.713	2.566.300
• Fundos de investimento	2.018.276	779.183
• Comissões de custódia	1.742.339	1.602.109
Corporate Advisory	357.911	520.284
Entidades geridas pela Capital Advisers:		
• Stichting Ellipse Foundation	310.040	287.462
• Ceará	251.366	387.261
• Ctema	86.820	115.399
• Frasema Properties, Ltd.	-	500.000
Private Equity	5.988.034	3.437.982
Comissões por serviços bancários e outras comissões	676.171	1.114.250
	23.138.378	**18.650.365**
Encargos com serviços e comissões		
Por operações sobre valores mobiliários	824.805	466.264
Por serviços de custódia	484.078	431.526
Por outros serviços bancários	685.665	314.281
	1.994.548	**1.212.071**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rúbrica "Fundos de investimento" inclui as comissões obtidas pela gestão do fundo *Iberian Opportunities Fund*, nos montantes de 1.549.941 Euros e 779.183 Euros, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2006, o saldo desta rúbrica inclui ainda comissões de intermediação em operações com outros fundos de investimento mobiliário.

Em 31 de Dezembro de 2006, o saldo da rúbrica "*Private Equity*" apresentava o seguinte detalhe:

	Estruturação e montagem	Gestão	Intermediação	Total
Kendall Develops, SL	715.517	2.473.902	749.850	3.939.269
Liminorke – SGPS, S.A.	820.800	195.399	-	1.016.199
Zenith – SGPS, S.A.	100.377	560.128	3.068	663.573
Ashurst Management, Ltd.	-	-	350.000	350.000
Cimbalo	-	18.993	-	18.993
	1.636.694	**3.248.422**	**1.102.918**	**5.988.034**

No exercício de 2005, a rúbrica "*Private Equity*" inclui um montante aproximado de 519.228 Euros, relativamente ao encerramento da actividade da sociedade Whangharei. Ltd, sob gestão Banco Privado (Cayman).

No exercício de 2005, a rúbrica "*Private Equity*" inclui uma comissão no montante de 400.000 Euros, como resultado da liquidação parcial dos empréstimos concedidos a entidades sob a sua gestão.

No exercício de 2005, a rúbrica "*Private Equity*" inclui comissões de estruturação e montagem da sociedade Kendall Develops, SL, sob gestão do Banco Privado, no montante de 1.210.848 Euros.

28. Resultados em Operações Financeiras

Estas rúbricas têm a seguinte composição:

	2006	2005
Resultados cambiais		
• Reavaliação da posição cambial	2.559.237	4.398.075
Resultados em activos e passivos detidos para negociação:		
• Instrumentos de dívida	297.059	1.072.149
• Instrumentos de capital	2.728.489	1.149.251
• Instrumentos de derivados		
- Opções	(87.132)	-
- *Forward rate agreement*	(103.873)	460.518
	2.834.543	**2.681.918**
Resultados em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
• Instrumentos de dívida	(1.416.017)	167.621
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda		
• Instrumentos de capital	827.460	162.466
	4.805.223	**7.410.080**

Em 31 de Dezembro de 2006, a rúbrica "Resultados em activos e passivos detidos para negociação – Instrumentos de capital" inclui a mais valia realizada no primeiro trimestre de 2006 com a alienação de uma participação na Brisa – Auto-estradas de Portugal, S.A., no montante de 1.133.806 Euros. Esta participação era inferior a 1% e também tinha sido adquirida no primeiro trimestre de 2006.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rúbrica "Resultados em activos financeiros disponíveis para venda" inclui a mais valia realizada pela alienação da participação de 7% na sociedade Kendall Develops, SL, no montante de 794.300 Euros (Nota 7).

29. Outros Resultados de Exploração

Estas rúbricas têm a seguinte composição:

	2006	2005
Outros rendimentos de exploração		
Mais valias em activos não financeiros:		
• Vale da Rã (Nota 3)	4.400.000	-
• Cidade Jardim	950.000	-
• Património artístico (Nota 16)	363.001	-
Impostos indirectos	99.331	121.848
Despesas notariais	-	181.876
Juros indemnizatórios	-	58.057
Outros	61.729	39.572
	5.874.061	**401.353**
Outros encargos de exploração		
Impostos:		
• Directos	337.937	171.316
• Indirectos	76.573	46.761
Donativos e quotizações	411.213	103.408
Outros	72.089	47.522
	897.812	**369.007**
	4.976.249	**32.346**

No exercício de 2006, a Privado Geste cedeu a clientes a posição contratual que detinha desde o final de 2005, para a aquisição de vinte fracções de luxo no bairro "Cidade Jardim", sito na região nobre da cidade de São Paulo – Brasil. Com a cedência da posição, a Privado Geste registou uma mais valia de 950.000 Euros.

A rúbrica de "Outros rendimentos de exploração – Impostos indirectos" corresponde ao IVA a recuperar, resultante do apuramento definitivo da taxa de pró-rata. A Sociedade apenas procede ao apuramento da taxa de pró-rata definitiva no exercício subsequente.

30. Custos com Pessoal

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Órgãos de gestão:		
• Remunerações	723.346	537.356
• Programa de atribuição de acções	76.008	76.008
Empregados:		
• Remunerações	6.620.336	6.028.428
• Programa de atribuição de acções	255.087	255.087
Encargos sociais obrigatórios		
• Encargos relativos a remunerações	960.105	914.399
• Outros encargos sociais obrigatórios	297.475	256.437
Outros custos com o pessoal	544.542	194.930
	9.476.899	**8.262.645**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a Sociedade não dispunha de quadro próprio de pessoal, estando as tarefas inerentes ao seu funcionamento a cargo do efectivo do Banco Privado e das restantes subsidiárias. O número de efectivos ao serviço do Banco e das restantes subsidiárias, nestas datas, estava decomposto pelas seguintes funções:

	2006	2005
Administradores	4	4
Directores – Coordenadores	2	2
Directores	21	18
Directores – Adjuntos	9	7
Sub-Directores	18	15
Outros quadros	60	64
Administrativos	19	17
	133	**127**

31. Outros Gastos Administrativos

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Serviços especializados	4.065.199	4.014.480
Deslocações, estadias e representação	1.829.519	1.468.362
Rendas e alugueres	1.558.374	1.469.397
Publicidade e edição de publicações	977.949	1.004.364
Comunicações	660.746	697.726
Água energia e combustíveis	329.385	245.674
Material de consumo corrente	312.948	251.024
Outros serviços de terceiros	210.850	159.939
Conservação e reparação	175.589	138.057
Seguros	119.456	83.015
Publicações	28.114	46.105
Outros fornecimentos de terceiros	130.876	217.213
	10.399.005	**9.795.356**

32. Imparidade

O movimento na Imparidade nos exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	2006				
	Saldos em 31.12.2005	Reforços	Utilizações	Diferenças de câmbio	Saldos em 31-12-2006
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	254.302	-	-	(26.512)	227.790
Imparidade para crédito a clientes (Nota 10)	9.853	-	-	-	9.853
	264.155	**-**	**-**	**(26.512)**	**237.643**

	2005				
	Saldos em 31.12.2004	Adopção das IFRS *(Nota 35)*	Reforços	Utilizações	Saldos em 31-12-2005
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	33.037	134.302	86.963	-	254.302
Imparidade para crédito a clientes (Nota 10)	1.056.264	(940.980)	-	(105.431)	9.853
Imparidade para outros activos	821.916	(14.492)	-	(807.424)	-
	1.911.217	**(821.170)**	**86.963**	**(912.855)**	**264.155**

33. Passivos Contingentes e Compromissos

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rúbricas extra patrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2006	2005
Passivos eventuais:		
• Garantias prestadas	4.345.980	3.809.651
• Activos dados em garantia	433.342	433.342
	4.779.322	**4.424.993**
Compromissos:		
• Sistema de Indemnização aos Investidores	**1.019.358**	**845.414**
Depósito e guarda de valores, dos quais:		
• Estratégias de investimento e SPV	940.935.497	732.584.885
• Outros clientes	3.049.236.299	2.213.992.272
	3.990.171.796	**2.946.577.157**
Valores administrados, dos quais:		
• Estratégias de investimento e SPV	691.196.106	634.142.252
• Outros clientes	3.013.709.617	2.112.220.085
	3.704.905.723	**2.746.362.337**
Serviços prestados por terceiros, dos quais:		
• Estratégias de investimento e SPV	1.609.698.668	732.584.885
• Outros clientes	2.776.515.074	1.422.753.979
	4.386.213.742	**2.155.338.864**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o saldo da rúbrica "Activos dados em garantia" corresponde ao valor dos títulos dados em garantia pelo Banco para cobertura de compromissos assumidos.

Na rúbrica "Depósito e guarda de valores" estão registados os valores das carteiras de títulos geridas pela Sociedade e subsidiárias e depositadas na própria instituição.

A rúbrica "Valores administrados" corresponde ao valor do património líquido das carteiras sob gestão e depositadas na própria instituição. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, este património inclui a valorização dos SPV's sob gestão do Grupo Privado Holding nos montantes de 1.309.601.608 Euros e 1.089.896.378 Euros, respectivamente. Desta forma, nestas datas, o valor líquido dos restantes patrimónios, geridos pelo Grupo Privado Holding, ascende a 2.395.304.115 Euros e 1.656.465.959 Euros, respectivamente

Na rúbrica de "Serviços prestados por terceiros" estão registados os valores das carteiras de títulos geridas pela Sociedade e subsidiárias, à sua guarda e integrados na carteira própria, e depositados em outras instituições de crédito.

34. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas do Grupo todas as empresas controladas pelo Grupo Privado, as empresas associadas e os órgãos de gestão do Banco.

Órgãos de gestão

Em 2006 e 2005, os custos suportados relativos à remuneração, bem como o programa de atribuição de acções ao Conselho de Administração do Banco ascendem a 799.354 Euros e 613.364 Euros, respectivamente (Nota 30).

Em 2006 e 2005 não foram pagos prémios aos membros do Conselho de Administração do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os órgãos de gestão têm operações de crédito, contratadas junto do Banco, no montante de 193.000 Euros. O Banco não tem qualquer responsabilidade adicional ou benefício de longo prazo concedido ao Conselho de Administração, para além dos acima referidos.

35. Impacto da Adopção dos IFRS

O impacto da adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro pode ser resumido como segue:

		Capital Próprio		
	Notas	31/12/05	31/12/04	Resultado 2005
Saldos de acordo com o PCSB		**213.231.502**	**202.065.214**	**14.078.828**
Impacto das normas adoptadas a partir de 1 de Janeiro de 2005				
Reclassificação das acções próprias	(a)	(9.025.010)	(9.025.010)	- Anulação de
outros registos contabilísticos associados a acções próprias	(a)	-	-	(70.750)
Valorização da carteira de títulos	(b)	217.916	42.733	175.183
Variação da reserva de justo valor		-	-	3.007
Despesas com encargo diferido – Campanhas publicitárias	(c)	(758.252)	(550.741)	(207.511)
Imparidade	(d)	1.046.196	821.170	225.026
Outros instrumentos de capital	(e)	-	-	(331.095)
Anulação da consolidação da Holma	(f)	52.560	680.444	(22.923)
Activos tangíveis (Nota 12)		-	(37.937)	37.937
Activos intangíveis (Nota 13)		(221.071)	(341.189)	120.118
Equivalência patrimonial (Nota 14)		(500.000)	-	(500.000)
Impostos diferidos (Nota 15)	(g)	303.504	338.522	(35.846)
Provisão para riscos e encargos	(h)	2.000.000	2.000.000	-
Saldos de acordo com as IFRS – contas pró-forma		**(6.884.157)**	**(6.072.008)**	**(606.854)**
		206.347.345	**195.993.206**	**13.471.974**

(a) De acordo com o PCSB, as acções próprias eram registadas no activo. De acordo com o IAS 1, as acções próprias são registadas como uma dedução ao capital próprio. Com a adopção das IFRS, os registos contabilísticos associados à distribuição de dividendos a acções próprias, bem como os juros de financiamento concedido pelo Banco Privado Português (Cayman), Ltd. para a sua aquisição, foram anulados em resultados transitados e no resultado líquido, respectivamente. Por sua vez, a diferença entre os dividendos e os juros foi registada por contrapartida da rúbrica "Outros instrumentos de capital" (Nota 22).

(b) Este impacto resulta da valorização ao justo valor de títulos anteriormente registados na carteira de investimento.

(c) As despesas incorridas com campanhas de publicidade eram registadas de acordo com o PCSB na rúbrica de "Outros activos" e amortizadas linearmente por contrapartida de custos em três anos.

(d) Com a adopção das IFRS o Banco passou a determinar a imparidade de crédito concedido, das responsabilidades com garantias prestadas, bem como dos activos financeiros disponíveis para venda de acordo com os critérios descritos na Nota 2.6. d). Como resultado, foi reconhecido um ajustamento de transição positivo de acordo com o seguinte detalhe (Nota 32):

Imparidade de crédito e provisões para garantias prestadas	955.472
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	(134.302)
	821.170

(e) O prémio da opção de aquisição de acções é periodificado linearmente em custos com pessoal desde o início do programa de atribuição de acções até à respectiva data de disponibilização aos colaboradores, em contrapartida de capitais próprios "Outros instrumentos de capital", de acordo com a política descrita na Nota 2.15.

(f) Com a adopção das IFRS, a Sociedade deixou de consolidar a Holma, na medida em que apenas controla 10% desta Sociedade.

(g) De acordo com as normas anteriores e a prática no sector bancário em Portugal, a Sociedade não registava impostos diferidos activos. Até 31 de Dezembro de 2005, a Sociedade apenas registava impostos diferidos passivos de instrumentos financeiros derivados.

(h) O Banco eliminou a provisão para riscos e encargos constituída no exercício de 2004, no montante de 2.000.000 Euros, por não constituir uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados e por não ser provável o futuro dispêndio de recursos. Esta provisão destinava-se a fazer face a potenciais contingências decorrentes da actividade de gestão de activos do Grupo Privado Holding.

36. Instrumentos Financeiros

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IAS 32 relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Grupo.

Risco cambial

Em 31 de Dezembro de 2006, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	Moeda							
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra Esterlina	Iene	Real Brasileiro	Coroa Sueca	Outras	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.965.868	2.074	-	-	24	-	2.131	5.970.097
Disponibilidades em outras instituições de crédito	87.120.420	3.503.691	360.736	633.221	43.412	20.442	90.159	91.772.081
Activos financeiros detidos para negociação	120.336.828	-	-	-	286.442	291.440	2.417	120.917.127
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	249.949.216	7.521.670	-	-	-	-	-	257.470.886
Activos financeiros disponíveis para venda	27.712.442	420.783	-	-	242.234	-	-	28.375.459
Aplicações em instituições de crédito	150.955.015	-	-	-	-	-	-	150.955.015
Crédito a clientes	265.314.225	37.301.911	21.673	109.220	-	332.641	88.104	303.167.774
Activos não correntes detidos para venda	1.498.404	1.607.821	-	-	8.313.683	-	-	11.419.908
Outros activos	609.176.720	-	759.750	-	2.458	-	25.537	609.964.465
	1.518.029.138	**50.357.950**	**1.142.159**	**742.441**	**8.888.253**	**644.523**	**208.348**	**1.580.012.812**
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação	(670.153)	(4.149)	-	-	-	-	-	(674.302)
Recursos de outras instituições de crédito	(264.858.966)	(329.921)	(2.261)	-	-	-	-	(265.191.148)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(376.031.314)	(36.602.389)	(3.418.248)	(514.206)	(67)	-	(14.291)	(416.580.515)
Outros passivos subordinados	(7.517.975)	-	-	-	-	-	-	(7.517.975)
Outros passivos	(691.434.740)	(2.969.453)	(159.874)	-	-	-	(639)	(694.564.706)
	(1.340.513.148)	**(39.905.912)**	**(3.580.383)**	**(514.206)**	**(67)**	**-**	**(14.930)**	**(1.384.528.646)**
Exposição líquida	**177.515.990**	**10.452.038**	**(2.438.224)**	**228.235**	**8.888.186**	**644.523**	**193.418**	**195.484.165**

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de o Grupo ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade do Grupo alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2006, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	Prazos Residuais Contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.970.097	-	-	-	-	-	-	5.970.097
Disponibilidades em outras instituições de crédito	91.772.081	-	-	-	-	-	-	91.772.081
Activos financeiros detidos para negociação	353.646	29.750	24.975.507	33.292.556	4.260.000	46.976.890	11.028.778	120.917.127
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	15.374.039	94.816.418	63.895.606	17.290.648	65.971.177	122.998	257.470.886
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	28.375.459	28.375.459
Aplicações em instituições de crédito	-	146.617.586	268.244	4.069.185	-	-	-	150.955.015
Crédito a clientes	105.938.108	35.371.441	90.656.059	30.789.408	37.552.758	2.860.000	-	303.167.774
Activos não correntes detidos para venda	-	-	11.419.908	-	-	-	-	11.419.908
Outros activos	-	601.932.530	1.412.786	-	-	-	6.619.149	609.964.465
	204.033.932	**799.325.346**	**223.548.922**	**132.046.755**	**59.103.406**	**115.808.067**	**46.146.384**	**1.580.012.812**
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	(358.902)	-	-	-	-	(315.400)	(674.302)
Recursos de outras instituições de crédito	(80.655.844)	(146.926.498)	(32.608.806)	-	(5.000.000)	-	-	(265.191.148)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(217.297.732)	(102.586.417)	(84.747.757)	(4.269.345)	(7.679.264)	-	-	(416.580.515)
Outros passivos subordinados	-	-	(36.007)	(7.481.968)	-	-	-	(7.517.975)
Outros passivos	-	(693.190.147)	(1.374.559)	-	-	-	-	(609.964.465)
	(297.953.576)	**(943.061.964)**	**(118.767.129)**	**(11.751.313)**	**(12.679.264)**	**-**	**(315.400)**	**(1.384.528.646)**
Gap de liquidez	**(93.919.644)**	**(143.736.618)**	**104.781.793**	**120.295.442**	**46.424.142**	**115.808.067**	**45.830.984**	**195.484.166**

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, se alterar em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2006, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito ao risco de taxa de juro	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	5.953.717	16.380	5.970.097
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	91.772.081	-	91.772.081
Activos financeiros detidos para negociação	41.972.699	67.915.647	11.028.781	120.917.127
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	86.373.935	171.096.951	-	257.470.886
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	28.375.759	28.375.459
Aplicações em instituições de crédito	150.886.500	-	68.515	150.955.015
Crédito a clientes	-	303.167.774	-	303.167.774
Activos não correntes detidos para venda	-	-	11.419.908	11.419.908
Outros activos	-	2.601.939	607.362.526	609.964.465
	279.233.134	**642.508.109**	**658.271.569**	**1.580.012.812**
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	(255.072)	(419.230)	(674.302)
Recursos de outras instituições de crédito	(183.026.798)	(80.655.844)	(1.508.506)	(265.191.148)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(197.270.911)	(217.297.732)	(2.011.872)	(416.580.515)
Outros passivos subordinados	-	(7.481.968)	(36.007)	(7.517.975)
Outros passivos	-	-	(694.564.706)	(694.564.706)
	(380.297.709)	**(305.690.616)**	**(698.540.321)**	**(1.384.528.646)**
Gap de liquidez	**(101.064.575)**	**336.817.493**	**(40.268.752)**	**195.484.166**

Em 31 de Dezembro de 2006, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

	Prazos de Refixação de Taxa					
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	De 1 a 3 anos	Indeterminado	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	-	-	5.953.717	5.953.717
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	91.772.081	-	-	-	91.772.081
Activos financeiros detidos para negociação	-	67.915.622	25	-	-	67.915.647
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	118.323.478	23.905.189	-	28.868.284	171.096.951
Crédito a clientes	118.488.199	47.836.504	128.241.247	8.601.824	-	303.167.774
Outros activos	-	-	2.601.939	-	-	2.601.939
	118.488.199	**325.847.685**	**154.748.400**	**8.601.824**	**34.822.001**	**642.508.109**
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	(255.072)	-	-	-	(255.072)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(80.517.613)	-	-	(138.231)	(80.655.844)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	(217.297.732)	(217.297.732)
Outros passivos	-	-	(7.481.968)	-	-	(7.481.968)
	-	**(80.772.685)**	**(7.481.968)**	**-**	**(217.435.963)**	**(305.690.616)**
Exposição líquida	**118.488.199**	**245.075.000**	**147.266.432**	**8.601.824**	**(182.613.962)**	**336.817.493**

37. Relato por Segmentos

Para dar cumprimento aos requisitos da Norma IAS 14, a Sociedade adoptou os segmentos de negócio que representam as suas áreas de actividade aglutinadas por natureza de originação, e que, no seu conjunto, visam assegurar uma plataforma dinâmica de negócio de banca de investimento. A saber:

- ***Private banking*** – Inclui a actividade de gestão discricionária e não discricionária de activos financeiros de particulares e de pequenas e médias empresas (particulares e empresas), bem como de empresas especializadas no sector (institucionais).

- ***Private equity*** – Inclui a actividade de gestão de activos financeiros específicos em contraste com a actividade de gestão diversificada de activos financeiros realizada no segmento de *private banking*.

- ***Proprietary portfolio*** – Inclui a actividade de negociação de títulos da Sociedade (carteira própria).

- ***Corporate advisory*** – Corresponde à actividade de aconselhamento e intermediação de fusões e aquisições de empresas.

- ***Real Estate*** – Corresponde à actividade de gestão e intermediação imobiliária.

- **Outros** – Restantes actividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a distribuição dos resultados e das principais rúbricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2006							
	Private Banking							
	Particulares e empresas	Institucionais	Private equity	Real estate	Proprietary portfolio	Corporate advisory	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	13.377.071	13.509.749	1.756.946	-	4.184.734	-	-	32.828.500
Juros e encargos similares	(6.888.742)	(9.116.617)	(1.746.698)	-	(2.717.653)	-	-	(20.469.710)
I.	6.488.329	4.393.132	10.248	-	1.467.081	-	-	12.358.790
Rendimentos de serviços e comissões	15.468.037	115.650	5.988.034	338.186	870.560	357.911	-	23.138.378
Encargos com serviços e comissões	(1.466.346)	(164.707)	(5.229)	(6.512)	(350.254)	(1.500)	-	(1.994.548)
II.	14.001.691	(49.057)	5.982.805	331.674	520.306	356.411	-	21.143.830
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	169.190	-	-	169.190
Resultados de operações financeiras	200.063	(1.610.049)	699.346	33.274	5.482.589	-	-	4.805.223
III.	200.063	(1.610.049)	699.346	33.274	5.651.779	-	-	4.974.413
Resultados em filiais e associadas	-	-	-	50.992	-	-	-	50.992
Outros resultados de exploração	-	-	-	5.424.556	-	-	(448.307)	4.976.249
IV.	-	-	-	5.475.548	-	-	(448.307)	5.027.241
Total	**20.690.083**	**2.734.026**	**6.692.399**	**5.840.496**	**7.639.166**	**356.411**	**(448.307)**	**43.504.274**
Outros custos e proveitos								(25.322.668)
Resultado líquido do exercício								**18.181.606**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	5.970.097	-	-	5.970.097
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	91.772.081	-	-	91.772.081
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	120.917.128	-	-	120.917.128
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	257.470.886	-	-	-	-	-	257.470.886
Activos financeiros disponíveis para venda	1.178.665	-	24.926.220	2.024.350	242.234	-	3.990	28.375.459
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	150.955.015	-	-	150.955.015
Crédito a clientes	12.550.092	259.852.792	30.764.890	-	-	-	-	303.167.774
Activos não correntes detidos para venda	-	-	2.537.400	568.750	8.313.758	-	-	11.419.908
Propriedades de investimento	-	-	-	398.828	-	-	-	398.828
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	674.302	-	-	674.302
Recursos de outras instituições de crédito	-	164.579.765	-	-	100.611.383	-	-	265.191.148
Recursos de clientes e outros empréstimos	271.732.513	82.480.364	62.317.853	49.785	-	-	-	416.580.515
Activo líquido total	**875.081.327**	**257.347.886**	**56.781.252**	**5.293.738**	**378.193.500**	**402.429**	**31.485.245**	**1.604.585.377**

	2005							
	Private Banking							
	Particulares e empresas	Institucionais	Private equity	Real estate	Proprietary portfolio	Corporate advisory	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	8.214.332	8.962.423	2.886.870	-	3.136.608	-	-	23.200.233
Juros e encargos similares	(4.013.641)	(5.944.500)	(79.657)	-	(987.330)	-	-	(11.025.128)
I.	4.200.691	3.017.923	2.807.213	-	2.149.278	-	-	12.175.105
Rendimentos de serviços e comissões	12.538.582	612.852	3.437.982	1.002.660	501.397	556.892	-	18.650.365
Encargos com serviços e comissões	(934.916)	-	-	-	(277.149)	(6)	-	(1.212.071)
II.	11.603.666	612.852	3.437.982	1.002.660	224.248	556.886	-	17.438.294
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	78.578	-	-	78.578
Resultados de operações financeiras	537.971	327.754	-	-	6.544.355	-	-	7.410.080
III.	537.971	327.754	-	-	6.622.933	-	-	7.488.658
Resultados em filiais e associadas	-	-	-	(500.000)	-	-	-	(500.000)
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	-	32.346	32.346
IV.	-	-	-	(500.000)	-	-	32.346	(467.654)
Total	**16.342.328**	**3.958.529**	**6.245.195**	**502.660**	**8.996.459**	**556.886**	**32.346**	**36.634.403**
Outros custos e proveitos								(23.162.429)
Resultado líquido do exercício								**13.471.974**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	6.618.611	-	-	6.618.611
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	49.603.770	-	-	49.603.770
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	91.896.069	-	-	91.896.069
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	206.625.270	-	-	-	-	-	206.625.270
Activos financeiros disponíveis para venda	642.013	-	5.823.254	807.550	-	-	3.990	7.276.807
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	47.303.069	-	-	47.303.069
Crédito a clientes	271.679.251	-	39.342.808	-	-	-	-	311.022.059
Activos não correntes detidos para venda	-	-	587.500	-	-	-	-	587.500
Recursos de outras instituições de crédito	50.931.161	150.138.079	-	-	-	-	-	201.069.240
Recursos de clientes e outros empréstimos	240.288.751	53.978.550	6.258.801	-	-	-	-	300.526.102
Activo líquido total	**774.281.659**	**206.625.270**	**44.753.562**	**1.426.891**	**195.444.707**	**479.037**	**24.681.498**	**1.247.692.624**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a distribuição dos resultados por áreas geográficas é a seguinte:

		2006							
		Portugal							
		Continente	Zona franca da Madeira	Total	Ilhas Cayman	Espanha	África do Sul	Brasil	Total
Juros e rendimentos similares		22.222.382	1.195.211	23.417.593	7.678.197	697.944	1.034.766	-	32.828.500
Juros e encargos similares		(13.504.890)	(1.582.342)	(15.087.232)	(4.173.201)	(680.788)	(440.225)	(88.264)	(20.469.710)
	I.	8.717.492	(387.131)	8.330.361	3.504.996	17.156	594.541	(88.264)	12.358.790
Rendimentos de serviços e comissões		6.028.655	3.964.420	9.993.075	11.611.863	1.179.764	90.387	263.289	23.138.378
Encargos com serviços e comissões		(1.293.110)	(36.741)	(1.329.851)	(500.954)	(61.855)	(70.886)	(31.002)	(1.994.548)
	II.	4.735.545	3.927.679	8.663.224	11.110.909	1.117.909	19.501	232.287	21.143.830
Rendimentos de instrumentos de capital		167.110	-	167.110	363	-	470	1.247	169.190
Resultados de operações financeiras		1.000.834	2.941.083	3.941.917	596.977	(216.144)	202.859	279.614	4.805.223
	III.	1.167.944	2.941.083	4.109.027	597.340	(216.144)	203.329	280.861	4.974.413
Resultados em filiais e associadas		50.992	-	50.992	-	-	-	-	50.992
Outros resultados de exploração		(367.648)	4.445.352	4.077.704	(12.514)	18.652	(859)	893.266	4.976.249
	IV.	(316.656)	4.445.352	4.128.696	(12.514)	18.652	(859)	893.266	5.027.241
	Total	**14.304.325**	**10.926.983**	**25.231.308**	**15.200.731**	**937.573**	**816.512**	**1.318.150**	**43.504.274**
Outros custos e proveitos									(25.322.668)
Resultado líquido do exercício									**18.181.606**

		2005							
		Portugal							
		Continente	Zona franca da Madeira	Total	Ilhas Cayman	Espanha	África do Sul	Brasil	Total
Juros e rendimentos similares		15.555.957	634.030	16.189.987	6.367.611	261.395	381.240	-	23.200.233
Juros e encargos similares		(8.039.766)	(76.131)	(8.115.897)	(2.506.923)	(249.178)	(151.298)	(1.832)	(11.025.128)
	I.	7.516.191	557.899	8.074.090	3.860.688	12.217	229.942	(1.832)	12.175.105
Rendimentos de serviços e comissões		4.344.526	2.288.986	6.633.512	10.453.326	1.001.898	132.747	428.882	18.650.365
Encargos com serviços e comissões		(961.185)	(25.278)	(986.463)	(190.174)	(27.299)	(962)	(7.173)	(1.212.071)
	II.	3.383.341	2.263.708	5.647.049	10.263.152	974.599	131.785	421.709	17.438.294
Rendimentos de instrumentos de capital		78.758	-	78.578	-	-	-	-	78.578
Resultados de operações financeiras		(5.251.386)	5.357.134	105.748	7.238.627	7.158	(60.973)	119.520	7.410.080
	III.	(5.172.808)	5.357.134	184.326	7.238.627	7.158	(60.973)	119.520	7.488.658
Resultados em filiais e associadas		(500.000)	-	(500.000)	-	-	-	-	(500.000)
Outros resultados de exploração		211.835	(31.000)	180.835	(55.318)	(39.682)	(1.641)	(51.848)	32.346
	IV.	(288.165)	(31.000)	(319.165)	(55.318)	(39.682)	(1.641)	(51.848)	(467.654)
	Total	**5.438.559**	**8.147.741**	**13.586.300**	**21.307.149**	**954.292**	**299.113**	**487.549**	**36.634.403**
Outros custos e proveitos									(23.162.429)
Resultado líquido do exercício									**13.471.974**

Privado Holding, SGPS, S.A.
Inventário de Títulos em 31 de Dezembro de 2006
(Montantes expressos em Euros)

	Quantidade	Moeda	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Menos valias	Mais valias	Valor de mercado	Juro	Valor de balanço
Detidos para Negociação										
Instrumentos de dívida										
De emissores públicos										
Obrigações de dívida pública portuguesa										
OT PGB 4,875 08/17/07	10.000	EUR	100,82%	99,85%	10.082	(97)	-	9.985	182	10.167
OT 6.625% 02/07	3.990	EUR	100,90%	100,37%	4.026	(21)	-	4.005	169	4.174
OT 5.375 06/08	49	EUR	102,02%	101,05%	50	-	-	50	1	51
					14.158	**(118)**	**-**	**14.040**	**352**	**14.392**
De outros emissores										
Obrigações emitidas por residentes										
CXGD FLOAT SET 49	10.148.000	EUR	100,33%	100,60%	10.181.836	-	27.052	10.208.888	-	10.208.888
EDP-25ªEM. 11/23/08	24	EUR	100,00%	100,00%	24	-	-	24	-	24
SEMAPA	21	EUR	100,00%	100,00%	21	-	-	21	-	21
G.D.L. 08/13	1	EUR	100,00%	99,44%	1	-	-	1	-	1
					10.181.882	**-**	**27.052**	**10.208.934**	**-**	**10.208.934**
Obrigações emitidas por não residentes										
ALOFP FLOAT 03/09	18.000.000	EUR	103,26%	102,00%	18.586.426	(226.426)	-	18.360.000	-	18.360.000
NATGRE FLOAT JUL/49	15.037.000	EUR	105,88%	100,50%	15.920.915	(808.730)	-	15.112.185	435	15.112.620
HUNTSM 10.125 JUL/09	12.495.000	EUR	100,89%	101,70%	12.605.838	-	101.577	12.707.415	-	12.707.415
GM 4.375% 10/07	11.000.000	EUR	99,69%	99,59%	10.966.130	(10.790)	-	10.955.340	-	10.955.340
CXGD FLOAT 49/14	10.351.000	EUR	100,39%	100,54%	10.391.720	-	15.279	10.406.999	-	10.406.999
BANIF FLOAT 29/12/2049	10.000.000	EUR	100,00%	100,00%	10.000.000	-	-	10.000.000	11.128	10.011.128
F M CREDIT 4.875% 05/17/07	10.000.000	EUR	99,91%	99,90%	9.991.466	(1.466)	-	9.990.000	-	9.990.000
RHA 8% 06/10	4.000.000	EUR	105,84%	106,50%	4.233.694	-	26.306	4.260.000	-	4.260.000
GMAC 5.625% JUL/07	4.000.000	EUR	100,20%	100,50%	4.007.829	-	12.171	4.020.000	-	4.020.000
TUI FLOAT 17/08/09	2.000.000	EUR	100,89%	101,10%	2.017.702	-	4.298	2.022.000	-	2.022.000
DZBK FLOAT 49	700.000	EUR	102,53%	103,35%	717.723	-	5.727	723.450	-	723.450
NXPBVT 10/15/13	500.000	EUR	101,75%	101,38%	508.750	(1.850)	-	506.900	6.904	513.804
ALSTOM ALOFPFLOAT 07/08	200.000	EUR	100,95%	100,80%	201.900	(300)	-	201.600	1.466	203.066
ALAFP 5.625% 03/07	24.392	EUR	102,25%	100,25%	24.941	(487)	-	24.454	1.098	25.552
					100.175.034	**(1.050.049)**	**165.358**	**99.290.343**	**21.031**	**99.311.374**
Instrumentos de capital										
Acções emitidas por residentes										
PORTUCEL	340.000	EUR	2,15	2,4	731.000	-	85.000	816.000	-	816.000
IMPRESA - SGPS	66.750	EUR	4,41	4,68	294.315	-	18.075	312.390	-	312.390
SONAE INDÚSTRIA - SGPS	22.114	EUR	7,29	7,5	161.203	-	4.652	165.855	-	165.855
BANCO BPI S.A	14.919	EUR	5,74	5,91	85.627	-	2.544	88.171	-	88.171
					1.272.145	**-**	**110.271**	**1.382.416**	**-**	**1.382.416**
Acções emitidas por não residentes										
SANOFI-AVENTIS	6.500	EUR	70,33	69,95	457.162	(2.487)	-	454.675	-	454.675
GRIFOLS	44.636	EUR	7,4	10,1	330.522	-	120.302	450.824	-	450.824
SOGECABLE	16.000	EUR	25,33	27	405.343	-	26.657	432.000	-	432.000
FASTWEB SPA	6.750	EUR	37,96	43,32	256.220	-	36.190	292.410	-	292.410
TELE 2	26.250	EUR	9,68	11,06	254.002	-	36.361	290.363	-	290.363
SOLARWORLD AG	5.425	EUR	44,45	47,6	241.164	-	17.066	258.230	-	258.230
ENAGÁS	10.485	EUR	18,43	17,62	193.204	(8.458)	-	184.746	-	184.746
H&R WASAG AG	3.100	EUR	49,1	38,92	152.204	(31.552)	-	120.652	-	120.652
RED ELECTRICA DE ESPANA	3.607	EUR	32,04	32,49	115.561	-	1.630	117.191	-	117.191
NATRA SA	8.920	EUR	8,73	10,82	77.845	-	18.669	96.514	-	96.514
H&R WASAG AG-DIREITOS	3.100	EUR	-	3	-	-	9.300	9.300	-	9.300
ORIFLAME COSMETICS SA-SDR	35	EUR	27,6	30,81	966	-	112	1.078	-	1.078
					2.484.193	**(42.497)**	**266.287**	**2.707.983**	**-**	**2.707.983**
Unidades de participação										
PRIVADO LIQUIDEZ DINAMICA	245.474	EUR	10,19	10,59	2.502.000	-	97.551	2.599.551	-	2.599.551
PRIVADO MULTIBONDS FI	229.067	EUR	10,04	10,15	2.300.001	-	24.354	2.324.355	-	2.324.355
TOTTA RENDIMENTO CHINA 6%	658.400	EUR	0,97	1	635.610	-	22.724	658.334	-	658.334
PRIVADO IBERIAN OPPORTUNITIES FI	30.000	EUR	10	11,67	300.000	-	50.172	350.172	-	350.172
SANTANDER RENDIMENTO CHINA 6%	325.150	EUR	0,96	0,99	311.155	-	10.776	321.931	-	321.931
TOTTA SUPER INV	230.400	EUR	1,05	1,06	242.761	-	2.477	245.238	-	245.238
CP SUPER INV	221.950	EUR	1,05	1,06	233.910	-	2.334	236.244	-	236.244
SANTANDER SUPER INV	178.900	EUR	1,06	1,06	189.229	-	1.192	190.421	-	190.421
KENDALL	3.006	EUR	1	1,48	3.006	-	1.443	4.449	-	4.449
BPI CAP SEG EURO	4.500	EUR	0,97	0,99	4.349	-	99	4.448	-	4.448
CREDITO PREDIAL GARANTIDO 6 ANOS	3.600	EUR	0,9	0,9	3.249	(9)	-	3.240	-	3.240
					6.725.270	**89)**	**213.122**	**6.938.383**	**-**	**6.938.383**
					120.852.682	**(1.092.673)**	**782.090**	**120.542.099**	**21.383**	**120.563.482**

Privado Holding, SGPS, S.A.
Inventário de Títulos em 31 de Dezembro de 2006
(Montantes expressos em Euros)

	Quantidade	Moeda	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Menos valias	Mais valias	Valor de mercado	Juro	Valor de balanço
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados										
Instrumentos de dívida										
De emissores públicos										
Obrigações de dívida pública portuguesa										
OT 5.375 06/08	10.250.000	EUR	108,03%	101,05%	11.072.601	(714.976)	-	10.357.625	288.299	10.645.924
OT PGB 5.85 05/20/10	1.000.000	EUR	107,72%	103,22%	1.077.214	(45.014)	-	1.032.200	36.062	1.068.262
					12.149.815	**(759.990)**	**-**	**11.389.825**	**324.361**	**11.714.186**
De outros emissores										
Obrigações emitidas por residentes										
OB SUB CEMAH	2.500.000	EUR	100,00%	100,00%	2.500.000	-	-	2.500.000	27.823	2.527.823
CEMAH II SUBORDINADAS 28/12/2011	1.500.000	EUR	100,00%	100,00%	1.500.000	-	-	1.500.000	572	1.500.572
					4.000.000	**-**	**-**	**4.000.000**	**28.395**	**4.028.395**
Obrigações emitidas por não residentes										
FORTIS FLOAT 12/07	30.000.000	EUR	100,00%	97,84%	30.000.000	(648.000)	-	29.352.000	35.312	29.387.312
FARIRWAY CDO 6% 06/16	20.050.000	EUR	99,78%	101,28%	20.005.000	-	300.966	20.305.966	33.417	20.339.383
CDO FORTIS EUR 300 07/07/2008	20.000.000	EUR	98,50%	98,66%	19.700.000	-	32.000	19.732.000	279.433	20.011.433
F M CREDIT 4.875% 05/17/07	11.500.000	EUR	102,19%	99,90%	11.751.680	(263.180)	-	11.488.500	350.199	11.838.699
FORTIS CNL 4.6% 18/04/07	10.000.000	EUR	100,00%	100,00%	10.000.000	-	-	10.000.000	332.222	10.332.222
FTD FORTIS 6.3% 04 OUT 2007	10.000.000	EUR	100,00%	100,42%	10.000.000	-	42.000	10.042.000	239.750	10.281.750
GAUGUIN 04/10/13	10.000.000	EUR	100,00%	100,31%	10.000.000	-	31.000	10.031.000	102.031	10.133.031
FTD FORTIS EUR 166 07/07/2008	10.000.000	EUR	100,00%	99,84%	10.000.000	(16.000)	-	9.984.000	108.822	10.092.822
HVB ALSTOM BASELL TUI	10.000.000	EUR	100,00%	100,40%	10.000.000	-	40.000	10.040.000	16.803	10.056.803
HVB STR 12/20/07	10.000.000	EUR	100,00%	100,22%	10.000.000	-	22.000	10.022.000	18.233	10.040.233
REGAT 14 A1 21/12/2013	8.000.000	EUR	98,81%	100,95%	7.905.000	-	171.000	8.076.000	10.453	8.086.453
FTD DC C GHUICHARD	7.500.000	EUR	100,00%	99,94%	7.500.000	(4.500)	-	7.495.500	74.312	7.569.812
CLIMBER BNP PARIBAS EUROSTOXX 50	7.000.000	EUR	100,00%	102,74%	7.000.000	-	191.590	7.191.590	-	7.191.590
CERTS COMMODITIES GS	5.000.000	EUR	100,00%	106,86%	5.000.000	-	342.950	5.342.950	-	5.342.950
HVB STRNT 03/20/07 4.65 (TAXA FIXA)	5.000.000	EUR	100,00%	100,18%	5.000.000	-	9.000	5.009.000	189.229	5.198.229
CLN SAS ALTRIA GMAC	5.000.000	EUR	100,00%	100,38%	5.000.000	-	19.000	5.019.000	153.144	5.172.144
ALLEGRO INV CORP	5.000.000	EUR	100,00%	103,13%	5.000.000	-	156.500	5.156.500	-	5.156.500
FTD VNU FIAT TDC ALC 4.14% 9/2/07	5.000.000	EUR	100,00%	99,30%	5.000.000	(35.000)	-	4.965.000	184.575	5.149.575
FOR FOR 2Y	5.000.000	EUR	100,00%	99,91%	5.000.000	(4.500)	-	4.995.500	102.917	5.098.417
BAYER HYPO VEREI HVB 6.25% 09/20/07	5.000.000	EUR	100,00%	100,17%	5.000.000	-	8.500	5.008.500	87.329	5.095.829
HVB STRNT 03/20/07	5.000.000	EUR	100,00%	100,32%	5.000.000	-	16.000	5.016.000	10.235	5.026.235
5-YEAR COMMODITY-LINKED NOTES 10USD	4.000.000	USD	100,00%	108,41%	3.037.206	-	255.480	3.292.686	-	3.292.686
GOLDMAN SACHS ACÇÕES VS OBRIGAÇÕES	3.000.000	EUR	99,50%	107,80%	2.985.000	-	249.000	3.234.000	-	3.234.000
OCELOT CDO II CLASSE C - COMBO A	3.000.000	EUR	100,00%	97,76%	3.000.000	(67.200)	-	2.932.800	170.203	3.103.003
5-YEAR COMMODITY-LINKED NOTES 10EUR	3.000.000	EUR	100,00%	102,00%	3.000.000	-	60.000	3.060.000	-	3.060.000
ALLNCE FLOAT 09/21/10	3.000.000	EUR	99,88%	99,92%	2.996.400	-	1.161	2.997.561	3.149	3.000.710
RESIDENTIAL REINS CAT BOND	4.000.000	USD	100,00%	94,00%	3.037.206	(182.233)	-	2.854.973	27.384	2.882.357
FORTIS FLOAT 03/16	3.000.000	EUR	99,80%	94,38%	2.994.000	(162.600)	-	2.831.400	3.500	2.834.900
GOLDMAN SACHS 5% 15 YR	3.000.000	EUR	99,00%	82,90%	2.970.000	(483.000)	-	2.487.000	31.667	2.518.667
ATUGRP FLOAT 01/10/2014	2.000.000	EUR	105,63%	103,00%	2.112.500	(52.500)	-	2.060.000	53.907	2.113.907
OCELOT CDO II CLASSE D - COMBO BBB	2.000.000	EUR	100,00%	96,74%	2.000.000	(65.200)	-	1.934.800	132.685	2.067.485
BANIF FLOAT 11/03/10	1.000.000	EUR	99,93%	99,92%	999.250	(50)	-	999.200	6.304	1.005.504
AIOLOS LTD	1.000.000	EUR	100,00%	98,25%	1.000.000	(17.500)	-	982.500	17.794	1.000.294
OPR 2006-1A A2A	1.000.000	EUR	100,00%	100,00%	1.000.000	-	-	1.000.000	-	1.000.000
DEXIA CREDIT LOCAL	1.000.000	EUR	98,50%	98,50%	985.000	-	-	985.000	-	985.000
PREPS 2005 1B2	1.000.000	EUR	93,86%	92,08%	938.600	(17.820)	-	920.780	15.841	936.621
BNP WORLD BSK 08/10 CBK	1.114.000	USD	100,50%	100,50%	850.091	-	-	850.091	-	850.091
CASCADIA LIMITED	1.000.000	USD	100,00%	98,50%	759.301	(11.389)	-	747.912	4.111	752.023
CXGD FLOAT 49/14	487.000	EUR	100,90%	100,54%	491.383	(1.748)	-	489.635	-	489.635
					239.017.617	**(2.032.420)**	**1.948.147**	**238.933.344**	**2.794.961**	**241.728.305**
					255.167.432	**(2.792.410)**	**1.948.147**	**254.323.169**	**3.147.717**	**257.470.886**

Privado Holding, SGPS, S.A.
Inventário de Títulos em 31 de Dezembro de 2005
(Montantes expressos em Euros)

	Quantidade	Moeda	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Menos valias	Mais valias	Valor de mercado	Juro decorrido	Valor de balanço
Detidos para Negociação										
Instrumentos de dívida										
De emissores públicos										
Obrigações de dívida pública portuguesa										
OT 5.375 06/08	200.000	EUR	108,38%	105,75%	216.764	(5.268)	-	211.496	5.625	217.121
OT PGB 9,5 02/06	62.262	EUR	104,74%	100,86%	65.214	(2.415)	-	62.799	5.040	67.839
					281.978	**(7.683)**	**-**	**274.295**	**10.665**	**284.960**
De outros emissores										
Obrigações emitidas por residentes										
BPI OB CX SUB	950.100	EUR	100,03%	100,00%	950.369	(72)	-	950.297	13.772	964.069
SANTANDER CABAZ DIVERSIFICAÇÃO	238.850	EUR	112,11%	114,00%	267.783	-	4.514	272.297	-	272.297
CRÉDITO PREDIAL VAR 10/06	89.750	EUR	103,68%	109,32%	93.053	-	5.062	98.115	-	98.115
OBRIG CX "CREDITO PRED CABAZ DIVER."	68.150	EUR	111,79%	116,80%	76.184	-	3.415	79.599	-	79.599
SANTANDER EURO MAIS	43.000	EUR	103,97%	106,70%	44.709	-	1.172	45.881	-	45.881
OBRIG CX "SANTANDER INV BANCA"	39.000	EUR	115,66%	117,00%	45.108	-	522	45.630	-	45.630
TOTTA CABAZ DIV	37.400	EUR	112,51%	113,34%	42.078	-	311	42.389	-	42.389
BANCO TOTTA AÇORES VAR 10/06	29.600	EUR	103,96%	106,34%	30.772	-	705	31.477	-	31.477
					1.550.056	**(72)**	**15.701**	**1.565.685**	**13.772**	**1.579.457**
Obrigações emitidas por não residentes										
BOMBARDIER 6.125% 05/14/07	27.030.000	EUR	102,45%	103,19%	27.691.405	-	201.366	27.892.771	1.047.783	28.940.554
F M CREDIT FLOAT JAN/06	15.010.000	EUR	100,15%	99,94%	15.032.141	(30.952)	-	15.001.189	-	15.001.189
HUNTSM 10.125 JUL/09	12.495.000	EUR	99,57%	103,99%	12.441.073	-	552.727	12.993.800	-	12.993.800
ALSTOM 5% JUL/06	9.493.000	EUR	101,44%	101,00%	9.629.668	(42.550)	-	9.587.118	3.463	9.590.581
ALOFP FLOAT 03/09	5.500.000	EUR	103,07%	103,10%	5.669.017	-	1.483	5.670.500	-	5.670.500
T 6% NOV/06	5.100.000	EUR	102,57%	102,54%	5.231.223	(1.938)	-	5.229.285	-	5.229.285
GMAC 4% FEV/06	4.010.000	EUR	99,23%	99,73%	3.979.277	-	19.896	3.999.173	-	3.999.173
TUI FLOAT 17/08/09	2.000.000	EUR	104,25%	102,95%	2.084.967	(25.967)	-	2.059.000	-	2.059.000
DEXIA CREDIT LOCAL	1.000.000	EUR	98,50%	98,50%	985.000	-	-	985.000	-	985.000
BNP WORLD BSK 08/10 CBK	1.114.000	USD	100,50%	100,50%	949.029	-	-	949.029	-	949.029
					83.692.800	**(101.407)**	**775.472**	**84.366.865**	**1.051.246**	**85.418.111**
Instrumentos de capital										
Acções emitidas por residentes										
JERÓNIMO MARTINS-SGPS	101.033	EUR	12,77	12,70	1.290.212	(7.093)	-	1.283.119	-	1.283.119
Unidades de participação emitidas por não residentes										
PRIVADO LIQUIDEZ DINAMICA	245.474	EUR	10,19	10,31	2.502.000	-	27.971	2.529.971	-	2.529.971
TISHMAN SPEYER REAL ESTATE VENT LP	35.182	USD	8,89	8,89	312.850	-	-	312.850	-	312.850
					2.814.850	**-**	**27.971**	**2.842.821**	**-**	**2.842.821**
					89.629.896	**(116.255)**	**819.144**	**90.332.785**	**1.075.683**	**91.408.468**

Privado Holding, SGPS, S.A.
Inventário de Títulos em 31 de Dezembro de 2005
(Montantes expressos em Euros)

	Quantidade	Moeda	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Menos valias	Mais valias	Valor de mercado	Juro decorrido	Valor de balanço
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados										
Instrumentos de dívida										
De emissores públicos										
Obrigações de dívida pública portuguesa										
OT 5.375 06/08	10.400.000	EUR	108,02%	105,78%	11.234.526	(233.201)	-	11.001.325	296.387	11.297.712
OT PGB 4,875 08/17/07	413.000	EUR	105,74%	103,12%	436.706	(10.841)	-	425.865	7.502	433.367
					11.671.232	**(244.042)**	**-**	**11.427.190**	**303.889**	**11.731.079**
Obrigações de dívida púbica estrangeira										
ICTZ 0% JUL/06	5.000.000	EUR	98,66%	98,54%	4.933.220	(6.415)	-	4.926.805	-	4.926.805
TURKEY 9,625% 11/06	352.000	EUR	109,49%	105,75%	385.405	(13.165)	-	372.240	2.877	375.117
					5.318.625	**(19.580)**	**-**	**5.299.045**	**2.877**	**5.301.922**
De outros emissores										
Obrigações emitidas por residentes										
OB SUB CEMAH	2.500.000	EUR	100,00%	100,00%	2.500.000	-	-	2.500.000	18.689	2.518.689
Obrigações emitidas por não residentes										
LMETEL 6.375% 05/06	18.500.000	EUR	102,06%	101,81%	18.881.843	(47.813)	-	18.834.030	802.807	19.636.837
GMAC 5.75% FEV/06	16.100.000	EUR	99,20%	100,09%	15.971.822	-	142.668	16.114.490	812.915	16.927.405
F M CREDIT 4.875% 05/17/07	11.500.000	EUR	102,22%	100,76%	11.754.932	(167.532)	-	11.587.400	350.199	11.937.599
FORTIS CNL 4.6% 18/04/07	10.000.000	EUR	100,00%	100,00%	10.000.000	-	-	10.000.000	408.350	10.408.350
FORTIS CNL 4.2% 18/04/06	10.000.000	EUR	100,00%	100,00%	10.000.000	-	-	10.000.000	372.822	10.372.822
FTD DC C GHUICHARD	7.500.000	EUR	100,00%	100,00%	7.500.000	-	-	7.500.000	145.847	7.645.847
MO 4.5% 04/06/06	7.000.000	EUR	100,97%	100,42%	7.067.803	(38.473)	-	7.029.330	233.394	7.262.724
FIAT 5.75% 05/25/06	6.000.000	EUR	101,81%	100,90%	6.108.456	(54.456)	-	6.054.000	207.945	6.261.945
F M CREDIT 5.5% 05/06	6.000.000	EUR	101,99%	100,70%	6.119.315	(77.315)	-	6.042.000	219.699	6.261.699
CLN SAS ALTRIA GMAC	5.000.000	EUR	100,00%	100,00%	5.000.000	-	-	5.000.000	206.774	5.206.774
TARGET DOUBLE INVERSE FLOATER NOTE	5.000.000	EUR	100,00%	100,00%	5.000.000	-	-	5.000.000	199.415	5.199.415
FOR FOR 2Y	5.000.000	EUR	100,00%	100,00%	5.000.000	-	-	5.000.000	184.144	5.184.144
FOR FOR	5.000.000	EUR	100,00%	100,00%	5.000.000	-	-	5.000.000	172.514	5.172.514
RABOBK MTN 6%	5.000.000	EUR	99,75%	100,00%	4.987.500	-	12.500	5.000.000	63.288	5.063.288
CREDIT LINKED ACCRUAL 4.75%	5.000.000	EUR	100,00%	100,00%	5.000.000	-	-	5.000.000	45.692	5.045.692
JUPINT 5.4575 STR NT	5.000.000	EUR	100,00%	100,00%	5.000.000	-	-	5.000.000	8.244	5.008.244
JUPINT 5.345% 10/12/06	5.000.000	EUR	100,00%	100,00%	5.000.000	-	-	5.000.000	8.054	5.008.054
RHA 6% MAR/06	4.500.000	EUR	102,95%	102,50%	4.632.538	(20.038)	-	4.612.500	207.123	4.819.623
T 6% NOV/06	4.600.000	EUR	103,49%	102,54%	4.760.582	(43.972)	-	4.716.610	30.247	4.746.857
RESIDENTIAL REINS CAT BOND	4.000.000	USD	100,00%	100,00%	3.390.693	-	-	3.390.693	30.641	3.421.334
5-YEAR COMMODITY-LINKED NOTES 10USD	4.000.000	USD	100,00%	100,00%	3.390.693	-	-	3.390.693	-	3.390.693
GOLDMAN SACHS 5% 15 YR	3.000.000	EUR	99,00%	100,15%	2.970.000	-	34.500	3.004.500	31.667	3.036.167
DEXMA 10/17/15	3.000.000	EUR	99,90%	99,90%	2.997.061	(61)	-	2.997.000	36.986	3.033.986
KFW 05/20/15	3.000.000	EUR	98,50%	100,00%	2.955.000	-	45.000	3.000.000	20.219	3.020.219
GOLD FORT KNOX 5%	3.000.000	EUR	100,00%	100,00%	3.000.000	-	-	3.000.000	12.329	3.012.329
REGAT 14 A1 21/12/2013	3.000.000	EUR	97,00%	100,00%	2.910.000	-	90.000	3.000.000	2.905	3.002.905
5-YEAR COMMODITY-LINKED NOTES 10EUR	3.000.000	EUR	100,00%	100,00%	3.000.000	-	-	3.000.000	-	3.000.000
OCELOT CDO II CLASSE C - COMBO A	3.000.000	EUR	100,00%	100,00%	3.000.000	-	-	3.000.000	-	3.000.000
ALLNCE FLOAT 09/21/10	3.000.000	EUR	99,89%	99,88%	2.996.597	(197)	-	2.996.400	1.817	2.998.217
FIAT 5.5% 12/13/06	2.500.000	EUR	101,99%	101,81%	2.549.708	(4.458)	-	2.545.250	6.781	2.552.031
OCELOT CDO II CLASSE D - COMBO BBB	2.000.000	EUR	100,00%	100,00%	2.000.000	-	-	2.000.000	-	2.000.000
AVALON RE 06/06/08	1.500.000	USD	100,00%	100,00%	1.271.510	-	-	1.271.510	8.267	1.279.777
GMAC 4% FEV/06	1.000.000	EUR	99,84%	99,73%	998.414	(1.114)	-	997.300	35.616	1.032.916
AIOLOS LTD	1.000.000	EUR	100,00%	100,00%	1.000.000	-	-	1.000.000	8.468	1.008.468
CASCADIA LIMITED	1.000.000	USD	100,00%	100,00%	847.673	-	-	847.673	-	847.673
F M CREDIT 5.625% JUN/06	245.000	EUR	100,72%	99,05%	246.770	(4.097)	-	242.673	7.853	250.526
FORTIS STRNT JUL/06	16.000	EUR	100,00%	100,00%	16.000	-	-	16.000	506	16.506
					182.324.910	**(459.526)**	**324.668**	**182.190.052**	**4.883.528**	**187.073.580**
					201.814.767	**(723.148)**	**324.668**	**201.416.287**	**5.208.983**	**206.625.270**

expressão
na interpretação

É nossa obrigação interpretar todos os sinais que o mercado emite, de forma a poder adequar as melhores soluções financeiras às necessidades dos nossos clientes.

Refira-se que o Banco tem levado a cabo inúmeros eventos com artistas de referência como o Maestro António Victorino D' Almeida, Maria João Pires, Camané, João Braga e Kátia Guerreiro, destacando-se a fadista Mariza, que de longa data tem mantido uma regular colaboração com o Banco nas suas iniciativas.

E foi precisamente com três espectáculos – dois no Porto na Casa da Música e um em Lisboa no Centro Cultural de Belém – que as comemorações do décimo aniversário do Banco Privado assumiram maior brilho e dimensão, tendo a consagrada artista sido aplaudida por mais de 3 000 convidados do Banco.

10
anos

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Accionistas da
Privado Holding SGPS, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Privado Holding SPGS, S.A. e Subsidiárias (Sociedade) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade e os negócios da Sociedade, bem como das empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado da Sociedade em 31 de Dezembro de 2006, a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2006 preparado pelo Conselho de Administração.

Apreciámos igualmente a Certificação Legal das Contas, elaborada pelo Revisor Oficial de Contas vogal deste Conselho, a qual inclui um ênfase relativa à aplicação pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (IFRS) pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerar o assunto descrito no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 20 de Março de 2007

Prof. Doutor António Soares Pinto Barbosa
Presidente

Dr. Miguel Filipe Ferreira Morais
Vogal

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães
Vogal

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Privado Holding SGPS, S.A. e Subsidiárias (Sociedade), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 1.604.585.377 Euros e capitais próprios de 218.090.854 Euros, incluindo um resultado líquido de 18.181.606 Euros, a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Privado Holding SGPS, S.A. e Subsidiárias em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Ênfase

5. Conforme divulgado na Nota 2.1 do Anexo às demonstrações financeiras, a Sociedade adoptou pela primeira vez em 2006, na apresentação das suas demonstrações financeiras, as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (IFRS). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano de Contas para o Sistema Bancário - PCSB) para as IFRS, o Banco seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 - Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2005, pelo que a informação financeira referida àquela data e ao exercício de 2005, anteriormente apresentada de acordo com o PCSB, foi reexpressa para as IFRS, para efeitos de comparabilidade. As divulgações relativas ao processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia são apresentadas na Nota 35.

Lisboa, 20 de Março de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

BANCO PRIVADO PORTUGUÊS